

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO
DOUTORADO – DINTER

HISTÓRIAS DE VIOLÊNCIA ATRÁS DAS GRADES

GISLEINE CREPALDI SILVA

JOÃO PESSOA – PARAÍBA

DEZEMBRO/2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MATO GROSSO
DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL

HISTÓRIAS DE VIOLÊNCIA ATRÁS DAS GRADES

GISLEINE CREPALDI SILVA

JOÃO PESSOA – PARAÍBA

DEZEMBRO/2012

GISLEINE CREPALDI SILVA

HISTÓRIAS DE VIOLÊNCIA ATRÁS DAS GRADES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Doutorado Integrado em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, por Gisleine Crepaldi Silva, sob a orientação da Professora Doutora Maria de Fátima Pereira Alberto, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Psicologia Social.

JOÃO PESSOA – PARAÍBA

DEZEMBRO/2012

S586h Silva, Gisleine Crepaldi.

Histórias de violência atrás das grades / Gisleine Crepaldi Silva.-- João Pessoa, 2012.

156f.

Orientadora: Maria de Fátima Pereira Alberto

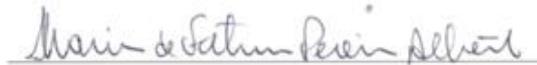
Tese (Doutorado) – UFPB/CCHLA-IFMT

*1. Psicologia Social. 2. Violência – mulheres - presídio.
3. Violência de gênero. 4. Contexto social.*

HISTÓRIAS DE VIOLÊNCIA ATRÁS DAS GRADES

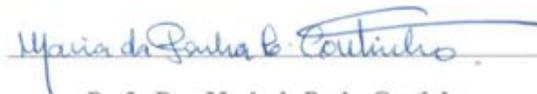
GISLEINE CREPALDI SILVA

Banca Examinadora



Profa. Dra. Maria de Fátima Pereira Alberto

(UFPB – Orientadora)



Profa. Dra. Maria da Penha Coutinho

(UFPB – Membro Interno)



Profa. Dra. Joana Azevedo Lima

(FAVIP – Membro Externo)



Prof. Dr. Wilson Conciani

(IFB – Membro Externo)



Prof. Dr. Tony Inácio da Silva

(IFMT – Membro Externo)

Para o desenvolvimento desta pesquisa e das demais atividades do Curso, a aluna teve o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio de bolsa de estudo.

DEDICATÓRIA

Às meninas/mulheres que me confiaram suas
histórias.

DEDICATÓRIA ESPECIAL

Ao meu pai (saudades) e à minha mãe. Ao meu marido,
à minha filha e ao meu filho.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Pai e à Santa Maria, Mãe de Deus, pelos milagres da vida e na vida.

A toda a minha família, pelas conversas, pela companhia, pela torcida e pela ajuda. Família é família. Ninho é ninho.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Maria de Fátima Pereira Alberto, uma profissional exemplar e uma pessoa maravilhosa, a quem agradeço pela orientação e pelos ensinamentos.

À banca de defesa: Prof. Dr. Tony Inácio, Prof. Dr. Wilson Conciani, Prof^a Dr^a Joana Azevedo Lima pelas grandes contribuições e Prof^a Dr^a Maria da Penha Coutinho, que, além das significativas contribuições, colaborou também como leitora.

Ao meu grupo de Dinter, lontras brilhantes que singraram as águas difíceis.

A todas as pessoas da Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, pelo trabalho do dia-a-dia.

A todas as pessoas do NUPEDIA, pelas discussões no grupo, em especial à Mayara Limeira Freira, pela ajuda no Alceste, à Fernanda Moreira Leite e Silvaneide Paulino de Souza, pela ajuda na formatação e ao Orlando Júnior Vieira Macedo, pela ajuda constante e pelo bom humor.

A todas as pessoas do Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba que contribuíram para estruturar o Dinter.

Aos anjos e anjas que, na forma de gente, cuidaram de mim durante essa caminhada.

A todas as pessoas que trabalham no Presídio Feminino Ana Maria do Couto May e que contribuíram enormemente para a realização desta pesquisa.

A todas as meninas que viraram mulheres e que compartilharam comigo as suas histórias de vida.

A Pi, nariz de Pi, Pitoca Bárbara, nariz de Pipoca.

“... A juíza tinha que saber, isso aqui não educa ninguém, isso aqui não resolve, eu preciso de ajuda.” (Mulher 25).

Resumo

Esta tese tem como objetivo analisar a história de vida e o envolvimento com a violência de mulheres que cumprem pena num presídio feminino em Cuiabá, Mato Grosso. Para compreender esta realidade, foi utilizada a Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky como arcabouço teórico. As categorias teóricas enfocadas nesta tese são violência, violência de gênero, subjetividade e contexto social. O ALCESTE foi a ferramenta metodológica para a análise do material. Assim foi constituído um *corpus* das entrevistas e logo em seguida a análise dos dados. As mulheres que colaboraram com a pesquisa contaram suas histórias de vida através de entrevista com questões abertas que pretendiam investigar o contexto social da infância, da adolescência até chegar à fase da vida adulta. Todas as mulheres entrevistadas contaram histórias de violência ocorrida durante a infância, a adolescência e a vida adulta. O objetivo geral desta tese é analisar a história de vida e o envolvimento com a violência de mulheres que cumprem pena num presídio feminino em Cuiabá. Para tanto, os objetivos específicos são: a) caracterizar o contexto social da infância e da adolescência das mulheres apenadas; b) caracterizar a violência como uma dimensão de gênero; c) identificar os elementos que as levaram à transgressão; d) identificar o crime que cometeram e a pena imputada; e) caracterizar a organização social implantada por essas mulheres dentro do presídio como forma de enfrentar as dificuldades cotidianas. Os resultados foram apresentados em 4 dendrogramas, sendo que o primeiro apresentou diferentes tipos de violência em todas as fases a vida. O segundo apresentou antagônicos sentimentos, ora expressos pela falta de esperança, ora expressos pelo desejo de um futuro melhor. O terceiro identificou os crimes de: tráfico de drogas, homicídio, latrocínio, estelionato, roubo, furto e estupro, com penas variando entre provisórias até 66 anos. Os elementos motivadores estão ligados a questões econômicas, sociais e culturais. O quarto apresentou as relações de solidariedade e de conflitos no dia-a-dia. Todos os dendrogramas apresentaram violência de gênero. A história de vida dessas mulheres compõe todo o seu processo de subjetivação desde a infância até a vida adulta dentro da prisão.

Palavras-chave: violência, violência de gênero, mulheres, subjetividade

Resumen

Esta tesis tiene como objetivo analizar la historia de vida y el involucramiento con la violencia de las mujeres que cumplen condena en una cárcel de mujeres en Cuiabá, Mato Grosso. Para comprender esta realidad se utilizó la teoría histórico-cultural de Vigotsky como marco teórico. Las categorías teóricas de esta tesis son: violencia de género, la subjetividad y el contexto social. La herramienta metodológica para el análisis del material fue El ALCESTE. Así se formó un corpus de entrevistas y enseguida los datos fueron analizados. Las mujeres que colaboraron con la búsqueda contaron sus historias de vida a través de entrevistas con preguntas abiertas con la finalidad de investigar el contexto social de la niñez, la adolescencia hasta llegar a la etapa de la edad adulta. Todas las mujeres entrevistadas hicieron relatos de violencia ocurridos durante la niñez, la adolescencia y la edad adulta. El objetivo general de esta tesis es analizar la historia de la vida y la implicación con la violencia de las mujeres que cumplen condena en una cárcel de mujeres en Cuiabá. Por lo tanto, los objetivos específicos son: a) caracterizar el contexto social de la niñez y la adolescencia de las mujeres apenadas b) caracterizar la violencia como una dimensión de género, c) identificar los elementos que llevaron a la transgresión d) identificar la delincuencia que cometieron y la pena recibida e) caracterizar la organización social establecida por estas mujeres dentro de la prisión como una forma de hacer frente a las dificultades cotidianas. Los resultados fueron presentados en cuatro dendrogramas. El primero presentó diferentes tipos de violencia en todas las etapas de la vida. El segundo mostró los sentimientos antagónicos, a veces expresadas por la desesperanza, a veces expresadas por el deseo de un futuro mejor. El tercero identificó crímenes de tráfico de drogas, asesinato, robo, hurto, robo y robo y violación con penas que van de provisional a 66 años. Los factores de motivación están relacionados con los derechos económicos, sociales y culturales. El cuarto tenía relaciones de solidaridad y los conflictos en el día a día. Todos los dendrogramas mostraron la violencia de género. La historia de vida de estas mujeres compone todo su proceso subjetivo de la niñez a la edad adulta en la cárcel.

Palabras clave: violencia, violencia de género, las mujeres, la subjetividad

Abstract

This thesis aims at analyzing the history of life and involvement with the violence of women imprisoned in a female prison in Cuiabá in the state of Mato Grosso. In order to understand this reality it was used Vygotsky's cultural-historical Theory as theoretical framework. The theoretical categories focused in this study were: violence, gender violence, subjectivity and social context. The software ALCESTE served as methodological tool for analyzing the verbal material. It was constructed a corpus of interviews and following it was done the data analysis. The women who collaborated with this study spoke about their life stories by means of open questions interviews prepared to investigate the social context of their childhood, adolescence until they reach the stage of adulthood. All interviewed women told stories of violence occurred during their childhood, adolescence and adulthood. The general objective of this thesis was to analyze the history of life and involvement with the violence of women imprisoned in a female prison in Cuiabá. Based on this, the specific objectives were: a) characterize the social context of childhood and adolescence of imprisoned women b) to characterize the violence as a gender dimension, c) identify the elements that led to the transgression d) identify crimes they committed and the sentence charged e) characterize the social organization established by these women in the prison as a way to face the daily difficulties. The results were presented in 4 dendrograms. The first introduced different types of violence at all stages of the women's life. The second revealed antagonistic feelings, sometimes described by hopelessness, sometimes expressed by the desire of a better future. The third dendrogram identified the crimes: drug trafficking, murder, larcenies, frauds, robbery and theft and rape, with sentences ranging from provisional up to 66 years. The motivating elements were associated to aspects of economic, social and cultural orders. The forth graphic presented the relations of solidarity and conflicts in the women's quotidian. All dendrograms presented issues associated to gender violence. These women's history of life, delineate the whole processes of their subjectivation, starting from their childhood to adulthood in the prison.

Keywords: violence, gender violence, women, subjectivation.

Lista de siglas

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

DPPG – Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação

FUNPEN – Fundo Penitenciário Nacional

IDDD - Instituto de Defesa do Direito de Defesa

IFMT – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

InfoPen – Sistema Integrado de Informações Penitenciárias

LEP - Lei da Execução Penal nos Estados

NUPEDIA – Núcleo de Pesquisa e Estudos em Desenvolvimento da Infância e Adolescência

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Nacional

SESC - Serviço Social do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

Gírias da prisão

Alvará ou o pão acabou = quando a polícia entra no raio

Amarelinho = preso do presídio masculino Pascoal Ramos

Balsa = levar alguma mercadoria

Bebê ou pan = telefone

Bereu = bilhete

Bigorna = porta

Bichão = presas perigosas

Boi = vaso sanitário

Bonde = ir embora

Coração = chip

Corró = quando chega à cadeia pela primeira vez

Cubículo = cela

Fazer 2 ou zerar = defecar

Ferrari = cachimbo, ou, ela tá pilotando a Ferrari = ela está cachimbando

Ficar de direitinha = ficar limpando o raio sozinha

Galinha = que fala com o marido da outra

Jega = cama

Jogar no peito da polícia = pedir para sair do cubículo/raio

Julia = marmitta/comida

Jumbo = compra que a família manda

Mamadeira = carregador

Mil corre = fazer inúmeras atividades para obter algum lucro, ganho ou obter algum objeto de consumo.

Noiada = drogada.

Passar o trator = jogar na pista para bater.

Pico = tomar cocaína na veia com água destilada.

Pirolito = janela.

Porquinho = resto de comida.

Quieto = cortina.

Rabo quente = instrumento elétrico utilizado para ferver água.

Rachichada = fedida, não tomar banho depois de evacuar.

Raio = divisão dos cubículos, geralmente por tipo de crime.

Rasgou = dissolução de relacionamento entre marido e mulher ou companheiro(a)s.

Rastejo = deitada no chão sem colchão.

Talarica = colocada na banca pra fazer conferência (julgamento).

Tereza = queima de papel enquanto se evacua para não passar o cheiro; pode significar também sacola com linha para transportar materiais entre as celas.

Toca = espaço embaixo da cama, também chamado de túmulo.

Tranca = quando fecha a cela 18 horas.

Zumbi = drogada.

Sumário

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1: Contextualização e características da violência contra a mulher	35
1.1 Um breve histórico da violência contra a mulher.....	35
1.2 Caracterização dos tipos de violência contra a mulher.....	38
1.3 Das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher.....	39
1.4 Definição da violência doméstica e violência familiar.....	41
1.5 Caracterização dos tipos de violência contra a criança e a adolescente.....	43
1.6 A profusão da violência estrutural contra a mulher e o papel do Estado.....	46
1.7 A violência cometida por mulheres.....	49
1.8 Violação de direitos nos presídios femininos brasileiros.....	51
1.9 Tentativas de ressocialização das mulheres apenadas no Brasil.....	53
CAPÍTULO 2: Gênero, violência, subjetividade, vivência e consciência	57
2.1 Gênero.....	61
2.2 Violência.....	63
2.3 Subjetividade.....	65
2.4 Consciência.....	67
2.5 Vivência.....	74
CAPÍTULO 3: Método	79
3.1 Locus.....	81
3.2 Amostra.....	82

3.3 Instrumento.....	83
3.4 Procedimento.....	84
3.5 Análise.....	84
3.6 Dados Biossociodemográficos.....	88
3.7 Blocos de Análise.....	88

CAPÍTULO 4: A história de vida e o envolvimento com a violência.....90

4.1 Dados biossociodemográficos.....	91
4.2 Contextualização.....	93
4.2.1 Contextualização das mulheres participantes.....	93
4.2.1.1 Mulher 1.....	93
4.2.1.2 Mulher 2.....	94
4.2.1.3 Mulher 3.....	95
4.2.1.4 Mulher 4.....	96
4.2.1.5 Mulher 5.....	97
4.2.1.6 Mulher 6.....	98
4.2.1.7 Mulher 7.....	99
4.2.1.8 Mulher 8.....	100
4.2.1.9 Mulher 9.....	100
4.2.1.10 Mulher 10.....	101
4.2.1.11 Mulher 11.....	102
4.2.1.12 Mulher 12.....	103
4.2.1.13 Mulher 13.....	104
4.2.1.14 Mulher 14.....	105

4.2.1.15 Mulher 15.....	105
4.2.1.16 Mulher 16.....	106
4.2.1.17 Mulher 17.....	106
4.2.1.18 Mulher 18.....	107
4.2.1.19 Mulher 19.....	107
4.2.1.20 Mulher 20.....	108
4.2.1.21 Mulher 21.....	108
4.2.1.22 Mulher 22.....	109
4.2.1.23 Mulher 23.....	109
4.2.1.24 Mulher 24.....	110
4.2.1.25 Mulher 25.....	110
4.2.1.26 Mulher 26.....	111
4.2.1.27 Mulher 27.....	112
4.3 Resultados das entrevistas advindos do Alceste.....	113
4.3.1 Bloco: contexto social da infância e da adolescência e a maioria dentro do presídio.....	114
4.3.1.1 Classe 1 – Acontecimentos da infância e o entorno familiar.....	116
4.3.1.2 Classe 2 – Fatos da adolescência.....	120
4.3.1.3 Classe 3 – A maioria dentro do presídio.....	125
4.3.2 Bloco: repercussões na vida das mulheres apenadas.....	131
4.3.2.1 Classe 1 – Novas perspectivas de vida.....	133
4.3.2.2 Classe 3 – Vontade de mudança de vida e falta de esperança.....	136
4.3.2.3 Classe 2 – Contestações e existência de códigos de conduta dentro da penitenciária.....	141
4.3.2.4 Classe 4 – Códigos de resistência e elementos para a vida futura.....	144

4.3.2.5 Classe 5 – A mudança de comportamento e de pensamento dentro da prisão.....	147
4.3.3 Bloco: motivo da pena a ser cumprida	151
4.3.3.1 Classe 1 – As circunstâncias, a identificação dos crimes e o tempo das penalidades.....	152
4.3.3.2 Classe 2 – Elementos motivadores para o crime.....	156
4.3.4 Bloco: organização social dentro do presídio.....	159
4.3.4.1 Classe 1 – Vivências, reivindicações de direitos e a maneira de lidar com as dificuldades do dia-a-dia.....	162
4.3.4.2 Classe 2 – Críticas ao sistema, laços de solidariedade, traços de resistência e vida sexual dentro do presídio.....	169
4.3.4.3 Classe 3 – Convivência social e os momentos antagônicos dentro do presídio.....	174
4.3.4.4 Classe 4 – O enquadramento de corpos e mentes: sentimentos e atitudes para a sobrevivência diária.....	180
Capítulo 5: Discussão dos resultados.....	186
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	210
REFERÊNCIAS.....	218
APÊNDICES.....	232

INTRODUÇÃO

Atualmente o Brasil ocupa uma posição de destaque dentre os países com maior população carcerária do mundo: 422.590 mil habitantes. Em sete anos essa população dobrou de tamanho, estando o país atrás somente dos Estados Unidos, com uma população carcerária de 2.299.116; da China, cuja população encarcerada é de 1.565.771 e da Rússia, cujo número de encarcerados é de 894.855 pessoas. Como apontam os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011), a população encarcerada no Brasil é muito alta e crescente. Para falar em encarceramento feminino no brasileiro, que atualmente é de 24.068, nos últimos quatro anos houve um aumento de 37,47%, tendo uma média anual de 11,99%. Calcula-se que ao findar 2012 a população carcerária feminina represente 7,65% do total, sendo que até agora a média é de 6,12%. Após o cumprimento das penas, o índice de reincidência também é alto: em torno de 80% dos ex-detentos voltam a cometer crimes e são novamente presos. Desse modo, observa-se que o cumprimento das penalidades em presídios não está sendo favorável para a diminuição da violência no Brasil e para que os ex-presidiários não retornem ao cárcere. Por sua amplitude e disseminação, a questão da violência passou a ser discutida e estudada por várias áreas do conhecimento e por diferentes setores da sociedade com o objetivo de entendê-la, identificar os fatores que a determinam e a potencializam a fim de encontrar soluções de enfrentamento para tentar arrefecê-la a níveis compatíveis com a ordem social estabelecida. Destarte tornam-se importantes maiores discussões historiográficas sobre a violência e sobre o sistema penitenciário. Interessa-nos referendarmos o papel da Psicologia Social quanto às pesquisas, estudos e aportes para a implementação de políticas públicas e, em especial, na subjetivação do sujeito e na subjetivação social.

Nesta tese será analisada a história de vida das mulheres que atualmente cumprem pena no Presídio Feminino Ana Maria do Couto May, em Cuiabá, Mato Grosso. A história de vida dessas mulheres está permeada pelos mais diversos tipos de violência. Para aclarar os diversos tipos de violência que são demonstrados neste trabalho investigativo, utilizaremos a definição de violência de Minayo (2003), para quem a violência tem uma natureza complexa e envolve as pessoas em sua totalidade biopsíquica e social, de modo dinâmico. O conceito de violência que utilizamos nesta tese está baseado nas relações entre seres humanos nas quais alguém se sobrepõe a outro e o subjuga. No rol dessa violência serão açambarcados os maus-tratos; a intimidação moral; a crueldade; o constrangimento físico e moral; a coação; a imposição de um grau significativo de dor e os sofrimentos evitáveis; o abandono material e afetivo; e a violação dos direitos civis.

A violência contra a mulher é um assunto que ganha proporções cada vez maiores no Brasil e no mundo, segundo dados apontados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e no Brasil pela SPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres). Nos países que possuem bases democráticas, há uma demanda, cada vez maior, por políticas públicas que objetivam arrefecer e/ou eliminar as violências relacionadas à violência de gênero. No Brasil, foi sancionada a Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, visando também coibir todo e qualquer tipo de discriminação, dando suporte para a criação de juizados e delegacias especializadas e a garantia dos direitos civis.

Para tratar especificamente de violência de gênero utilizaremos Saffioti e Almeida (1995), para quem o conceito violência de gênero não significa apenas violência contra a mulher, mas também violência contra a criança e o adolescente, que

são alvos da violência masculina. Compartilhamos também da ideia que Scott (1995) oferece sobre violência de gênero, que, segundo ela não deve ser vista apenas como a dominação masculina sobre a mulher, mas ir além dela. Com isso a violência de gênero passa a ser entendida a partir das relações de poder. Para Scott (1995) gênero possui uma dimensão relacional, que trata da construção social das diferenças percebidas entre os sexos e como o poder é articulado nesse campo. A autora constrói, nesse aspecto, com a ajuda foucaultiana, um conceito de jogo de forças que não é fixo e nem localizado em pessoa ou instituição, mas está diluído nas relações sociais. Essa análise foge das construções binárias e estanques entre homens e mulheres e reforça que gênero é relacional. Desse modo abordaremos a violência de gênero nesta tese como uma história relacional, porque o homem não possui um poder masculino absoluto, as mulheres também detêm parcelas desse poder, muito embora sejam desiguais e nem sempre podem arrefecer a dominação masculina ou a violência que elas sofrem. Assim, é possível analisar a violência de gênero em diferentes possibilidades de subjetivação e singularização dentro do contexto da violência que as apenas sofreram e/ou praticaram.

Compreender o fenômeno da violência contra a mulher é reconhecer a discriminação histórica da mulher. Cabe aqui investigar a história das mulheres apenas que foram submetidas a um histórico de violência. A violência contra a mulher é discutida no terreno dos direitos humanos, porque quando ela ocorre, existe a violação dos direitos humanos. Trata-se de uma violação relacionada ao gênero constituída social, econômica e politicamente, com bases ideológicas e historicamente enraizada.

A violência é um fenômeno complexo e existem diversas pesquisas que colaboram para tal entendimento. Segundo Scott (1995) e Saffioti (1987 e 1995) o custo

dessa violência reflete-se em dados concretos. No mundo, a cada cinco dias de falta no trabalho, um é decorrente da violência sofrida por mulheres dentro de suas casas. A cada cinco anos sofrendo violência, um ano a menos de vida. No Brasil, 76% dos crimes cometidos contra a mulher acontecem dentro da própria casa e o agressor é o próprio marido ou companheiro. A violência doméstica custa para o país 10,5% do seu Produto Interno Bruto. Cabe, assim, entender a história dessas mulheres dentro da sociedade brasileira e quais os elementos que propiciam a produção da violência e a exclusão social. Para tanto são elencadas categorias de violência sofrida pelas mulheres: violência física, psicológica, sexual, moral ou estrutural e em quais espaços essa violência ocorre: doméstico, familiar, de trabalho e na sociedade em geral. Tal violência possui aspectos subjetivos, pois na situação relacional o sujeito interage com o meio, absorve suas influências, emanam outras respostas e há forças plurais numa constante constituição do reconhecimento do outro e do próprio eu. Nesse processo que é histórico e social, a violência contra a mulher tem um caráter mutável, abstrato e, através da subjetividade, manifesta-se, revela-se, converte-se, materializa-se e objetiva-se no sujeito.

Embora a violência possa estar presente em todos os sujeitos e em todos os espaços, a violência de gênero mais frequente é a do homem contra a mulher (Saffioti, 1995). A vivência dessa mulher com a violência gera uma “naturalização” de conduta, como se fosse “normal” o poder do macho sobre a fêmea, prevalecendo uma forma de conduta que se repete ao longo das gerações (Lima, 2012).

A violência de gênero vivida por uma criança e um adolescente dentro e fora do lar envolve um sofrimento subjetivo, representado mais tarde nas suas relações sociais quando adultas. Isto não é determinista, porém colabora para a vivência de atos violentos, seja na escolha de parceiros violentos, seja na criação da prole, sendo essas

atitudes violentas baseadas no convívio da época em que foram vítimas. A relação de violência baseia-se numa relação de poder o qual tem duas faces: o da potência e o da impotência. Nessa linha frágil de conduta, a potência está relacionada ao masculino e é dada ao homem com a característica da força e da vitória. É nessa força e nessa vitória masculina que se origina e perpetua a violência (Cunha, 2010).

A violência social cresce na mesma medida que o encarceramento. As pesquisas realizadas pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa (2007) explicitam que o perfil que mais corresponde à mulher presa no Brasil na atualidade é jovem, mãe solteira, afrodescendente e, na maioria dos casos, condenada por envolvimento com tráfico de drogas.

Segundo a Secretaria de Justiça do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá existem, aproximadamente, 305 mulheres cumprindo pena no Presídio Feminino Ana Maria do Couto May, outras 55 estão espalhadas pelas delegacias.

Ainda, segundo o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (2007), em relação aos principais crimes cometidos pela mulher adulta no Brasil estão: o tráfico de drogas, furto, roubo, crimes contra o patrimônio, lesão corporal, crime contra os costumes, crime contra pessoas, extorsão mediante sequestro, homicídio e sequestro, sendo que o crime que mais cresce é o de tráfico de drogas.

Neste sentido o conceito de violência de gênero será utilizado para entender a estrutura que se forma em torno de uma categoria que, por sua vez, também não é estanque e imutável; há de se considerar inúmeras situações em que as mulheres transgridem padrões. Essas transgressões provocam mudanças, que são muitas vezes necessárias para dar voz ao feminino num mundo de leis destinadas àqueles que pretendem dominar e explorar (Saffioti, 2001). Por seu turno, também é importante o fato de as mulheres produzirem a violência de gênero dentro de uma sociedade

androcêntrica e adultocêntrica, fato que poderá provocar outras situações de violência durante a vida adulta.

O fato de as mulheres estarem imbricadas em relações sociais de violência provocou o interesse em pesquisar acerca das características de mulheres que foram vítimas e que vivenciaram a violência ao longo da vida adulta e que, nesse processo, acabaram cumprindo uma pena. Assim, será seguido um roteiro de investigação para mostrar se a violência sofrida por elas na infância/adolescência contribuiu para robustecer os atos violentos na vida adulta e quais as questões subjetivas que envolvem esse processo.

Para entender a história de vida dessas mulheres abordamos a teoria Histórico-Cultural de Vygotsky, que nos fornece bases para a compreensão dessas mulheres inseridas na sociedade. Tal abordagem indica que elas são sujeitos constituídos social e culturalmente, o que proporciona uma análise acerca das experiências vivenciadas enquanto sujeitos históricos. Nesta relação o sujeito está intrinsecamente ligado ao social e para entendê-lo torna-se mister compreender as questões subjetivas do processo e as suas vivências.

A subjetividade será tratada como o encontro social com o individual (Vygotsky, 1987). Desse encontro nasce o sujeito que se manifesta nas suas relações e nas suas práxis sociais. Para analisarmos o histórico de violência sofrido pelas apenas, será importante conhecer como foram constituídas suas trajetórias históricas e como ocorreram as vivências que foram incorporadas à subjetividade de cada uma, as ações em que as apenas estão inseridas num determinado contexto social e se existe uma influência deste contexto sobre elas. Nesse sentido as subjetividades são compostas de determinantes estruturais e singulares e nessa concepção a subjetividade será tratada como a interação entre os participantes sociais permeados por sua cultura e

sistematizados no processo de socialização das apenadas. Destarte, as formas de violência que se apresentaram e que se apresentam na vida de cada uma será considerada a partir da autorreferência de violência, ou seja, apenas quando elas retratarem e reconhecem aquela relação de subjugo e de domínio.

A vivência será tratada como propôs Vygotsky em 1916: vivência é uma participação impactante na realidade que cerca uma pessoa, sem nenhum julgamento *a priori*, que tem aspectos tidos como racionais (caso do pensamento e do raciocínio para a resolução de problemas) e irracionais (caso dos afetos e sensações). Sendo assim, vivência é a relação da pessoa com o mundo, desde que nasce até a formação dos sistemas psicológicos terciários (como consciência e personalidade).

Segundo Toassa (2009), o processo de tomada de consciência entendida como as relações de compreensão que se estabelece com o meio confere o desenvolvimento das vivências. Assim sendo, a criança vivencia a sua realidade de um modo qualitativamente maior em relação à idade anterior, mas não tem possibilidade de efetivar novos interesses e capacidades, a partir do núcleo externo, que estão ligados à percepção da criança sobre a identidade social e o interno, que estão ligados às suas memórias, pensamentos e percepções. Para Toassa (2009) e conforme Polivanova (2002) as vivências opõem-se e são fundamentais para o surgimento de uma crise. As crises são compostas por uma contradição entre a estrutura da personalidade individual e do ser social.

Nesta tese, as vivências das mulheres apenadas irão justamente implicar na narrativa que elas possuem da realidade externa, ou seja, de como perceberam certos fatos e objetos que circundavam as suas realidades e como formaram a consciência de si e do mundo. A consciência das vivências será tratada conforme as teorias de Vygotsky (1933-1934), ou seja, a partir dos relatos é que procuraremos entender a constituição

desse sujeito social. A partir da consciência de certos fatos, objetos e consciência de si, abordaremos as suas respectivas histórias de vida e analisaremos a constituição sociocultural dessas mulheres. Compartilharemos com Toassa (2009) a ideia de que os estados de consciência são dialéticos e voluntários, ou seja, aquela narrativa, ocorrida naquele momento determinado, tem uma característica ímpar. Caso ocorresse num outro dia, ou num outro ambiente, poderiam existir inúmeras variações da mesma narrativa da história de vida de uma mesma pessoa. Também nos apropriaremos da ideia de que não existe uma narrativa sem rupturas, determinadas pelo materialismo mecanicista, mas sim que existem efeitos sendo produzidos constantemente na realidade social dessas apenadas. As influências sofridas pelo meio e a incessante produção de respostas sociais culminam numa trama de relações únicas e que podem dar subsídios para o entendimento de outros conceitos, como violência e violência de gênero.

Segundo Minayo (2006) a violência por si só não constitui um problema de saúde pública, mas torna-se, na medida em que afeta a saúde coletiva e individual das pessoas e requer políticas públicas e práticas para o seu enfrentamento. As políticas públicas trazem em seu bojo um processo de elaboração, implantação e obtenção de resultados, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder. Para que isto ocorra, é necessário haver mediações sociais e institucionais para a obtenção de um mínimo de consenso e, assim, obter eficácia. Logo, elaborar uma política pública significa decidir quem tomará certas decisões e quais os objetivos a serem alcançados com essas decisões. Esse escopo está intimamente relacionado com o regime político da região e da cultura política vigente. Para ser uma política pública, é necessário que os resultados ou os benefícios a serem alcançados tenham passado pelo debate público. Nesse aspecto a posição ativa da sociedade nas questões de interesse geral torna-se mister para a publicização das políticas. Para a tese em questão utilizaremos conceitos de políticas

públicas que estejam especialmente relacionados aos setores considerados como vulneráveis. Há uma necessidade de entender em que medida tais políticas estiveram presentes ou ausentes na vida das mulheres apenadas.

A ideia de pesquisar sobre mulheres surgiu durante a graduação, quando pesquisei sobre mulheres na imprensa de Mato Grosso. O recorte feito naquela época era de mulheres que combatiam o comunismo no Brasil. Desenvolvi uma pesquisa baseada em fonte primária, num jornal mato-grossense chamado A Cruz. Busquei analisar os significados dos discursos desse jornal, de ordem católica, durante o governo de Getúlio Vargas no Brasil e restringi o tempo ao período estadonovista (1937-1945).

Desenvolvi a convicção de que o uso de fontes primárias, aliada a conceitos adequados aos objetos de estudo, pode ser importante subsídio para o material investigado. Depois, no curso de mestrado, usei o mesmo critério: escolhi um tema ligado à Educação e descobri que havia uma importante revista que circulou em Mato Grosso durante 1916 a 1950, escrito e dirigido por mulheres. Essa revista, chamada A Violeta, trazia inúmeros discursos a favor da educação feminina. Como tinha a necessidade de restringir ainda mais o período, optei pelo que mais conhecia: o período estadonovista. Utilizei, neste mote também, a fonte oral, porque havia pessoas vivas que poderiam ajudar na compreensão do pensamento daquelas escritoras e do período em questão. Nasceu, assim, uma paixão incrível pela temática de gênero. Mas só estudar e escrever algumas coisas sobre o tema deixava-me inquieta. Queria fazer algo, mostrar os vários estudos que já existiam sobre mulheres e que não eram divulgados. Então foi criado o Encontro Nacional de Estudos Dirigidos para Mulheres. Mas colocá-lo em prática, reunindo pessoas das mais diversas categorias e trazer assuntos relacionados à mulher não foi tarefa fácil. Contei com a ajuda da grande amiga e colega de trabalho Terezinha de Jesus Barros Pinheiro, hoje professora aposentada e presidente do evento,

que já está na sexta edição. Foi este trabalho que me despertou a atenção para a mulher apenada. Durante alguns encontros tivemos inúmeras apresentações de trabalhos e chamaram minha atenção os relacionados à mulher na prisão, à mulher e as leis, à mulher e o tráfico de drogas e à mulher vivenciando os mais diferentes contextos de violência.

Assim nasceu a ideia constituir um objeto de pesquisa, o qual são as mulheres apenadas do presídio feminino Ana Maria do Couto May, localizado em Cuiabá, Mato Grosso. As pessoas, quando estão privadas de liberdade, tendem a se transformar, pois as experiências trazem sempre novos parâmetros do mundo e as pessoas não são sempre iguais e não reagem igualmente diante de uma mesma situação. Destarte a compreensão da violência cometida e/ou sofrida por essas mulheres está inserida dentro de uma teoria histórico-cultural, que culminou no pagamento da pena por um crime cometido dentro de um contexto social.

Esse caráter processual e dinâmico na vida das mulheres serve de subsídio para estudar a relação das mulheres com a violência e um acontecimento na vida delas será identificado como uma ação ocorrida no passado e dentro do cotidiano da história de vida. Tal acontecimento configura uma vivência que toma lugar num determinado tempo, podendo haver movimentos dessas ações a partir do conteúdo psicológico de uma pessoa. Esse acontecimento é acessado a partir da materialização da consciência, ou seja, relacionado ao âmbito interno, e contado a partir das experiências das mulheres, da história social duplicada, reflexos reversíveis e dialogismo (Lima, 2012).

A consciência, enquanto estrutura do organismo conhecedor humano, pode ser estudada através do reflexo. Segundo Vygotsky (2004), os reflexos se entrelaçam de tal modo que a resposta de um se torna o excitante de outro reflexo e assim sucessivamente. Como podem ocorrer várias conexões semelhantes, podem existir

também reflexos condicionados e outras conexões produzidas a partir de uma experiência que geraria um mecanismo hereditário em cadeia. Pavlov (2004) usa as relações existentes entre estímulo e resposta que servem para explicar o comportamento involuntário e as reações emocionais condicionadas. Desse modo, quando uma criança passa por uma vivência, a forma como ela concebe algo, o significado que isto tem para ela e como ela se relaciona afetivamente diante de certo acontecimento produz reações instintivas.

Quando uma entrevistada narra a sua história de vida, materializa a sua consciência, que está referendada pelos sentimentos (dimensão afetiva), pelas vontades (relativas à motivação) e associada também ao pensamento (perpassada pela dimensão cognitiva). Desse modo a experiência determina a consciência por meio de mecanismos de reflexos reversíveis, que podem ser criados pelo próprio sujeito em que um excitante se torna uma reação e vice-versa. Assim é formada a base do comportamento social, imitando o comportamento do outro e tendo respostas análogas a uma situação já vivenciada. Para Vygotsky (2004) a experiência social se refere à experiência do sujeito com outras pessoas e suas relações. Para ele os fenômenos psicológicos são sociais e dependem das experiências sociais, nas quais são absorvidos os artefatos culturais. A experiência social é aquela que inclui a maneira na qual as pessoas dirigem a atenção para um comportamento considerado padrão e neste meio regulador das ações e atitudes. Por isso diferencia-se dos outros animais, porque há uma regulação entre os espaços e indivíduos permeados pela vontade de cada um. Vygotsky cria um conceito para explicar o valor da experiência social nos seres humanos: trata-se da zona de desenvolvimento próxima, que se refere à distância entre o nível do desenvolvimento atual e o nível potencial para o desenvolvimento. Assim o indivíduo passa por

experiências internas e dá respostas a partir daquilo que é constituído na sua história de vida.

Diante de tais argumentos o objetivo desta tese é analisar a história de vida e o envolvimento com a violência de mulheres que cumprem pena num presídio feminino em Cuiabá. Para tanto, os objetivos específicos são: a) caracterizar o contexto social da infância e da adolescência das mulheres apenadas; b) caracterizar a violência como uma dimensão de gênero; c) identificar os elementos que as levaram à transgressão; d) identificar o crime que cometeram e a pena imputada; e) caracterizar a organização social implantada por essas mulheres dentro do presídio como forma de enfrentar as dificuldades cotidianas.

Para atingir tais objetivos, esta tese compõe-se dos seguintes capítulos: o capítulo um aborda a contextualização e características da violência contra a mulher, apontando alguns aspectos históricos dessa violência e as suas consequências, também caracterizando as formas e definidas as violências de cunho familiar e doméstico e estrutural, bem como os tipos de violência cometida por mulheres, a violação dos direitos e as tentativas de ressocialização das mulheres apenadas.

No capítulo dois apresentaremos algumas categorias teóricas necessárias para se entender esta tese, quais sejam: gênero, violência e subjetividade, consciência e vivência. Esses preceitos conceituais serão fundamentais para analisar a história de vida das mulheres apenadas, a relação delas com as outras pessoas e com o mundo e as repercussões dos acontecimentos ocorridos na vida de cada uma.

No capítulo três exporemos o método como uma articulação entre o qualitativo e o quantitativo. Utilizaremos Minayo (2007) para tratar das propriedades numéricas, que tem o objetivo de trazer os dados, os indicadores e as tendências observáveis, as qualidades intrínsecas da história, das relações sociais, das representações, crenças e

opiniões. Para a referida autora, essas duas vertentes são capazes de produzir interpretações daquilo que os humanos fazem, demonstrar como vivem, como agem e pensam. Cada um tem seu papel e seu lugar de adequação. Ao fazer uma análise qualitativa e quantitativa constrói-se a possibilidade de analisar não apenas as regularidades e as frequências, mas também as relações sociais, as histórias de vida, o contexto no qual o sujeito está inserido.

No capítulo quatro trataremos as falas das mulheres encarceradas, desde a infância até os dias na prisão, apresentadas em quatro blocos: o primeiro retrata o contexto social em que elas viveram durante a infância e a adolescência; o segundo demonstra quais as repercussões que a prisão trouxe para vida dessas mulheres; o terceiro detecta o crime cometido por elas e a pena imputada; no último e quarto bloco a vida na prisão e o modo como se organizam para viverem reclusas. Nesse capítulo são apresentadas também as lembranças relacionadas à vida privada e ao papel social que cada uma exerceu antes da prisão, sendo também elencadas as vivências pessoais e o comportamento que adquiriram dentro da instituição penal.

No capítulo cinco apresentaremos a discussão dos resultados através de uma análise do material à luz das constituições objetivas e subjetivas que formaram as mulheres que hoje cumprem penas e que foram vítimas de violência, de acordo com a teoria de Vygotsky. No último capítulo tecemos algumas considerações sobre o trabalho.

Também é necessário informar que cárcere, penitenciária, cadeia e prisão são palavras utilizadas com a intenção de identificar o lugar de cumprimento de pena e o lugar institucionalmente arquitetado pela justiça de forma a recolher as pessoas que devem pagar por uma pena. A palavra pena é utilizada com o sentido de punição, de

cumprimento de sentença, enquanto que a palavra apenas refere-se àquela mulher que cumpre pena por um crime cometido.

Sendo assim, a relevância deste trabalho consiste em apresentar e discutir resultados sobre a história de vida de mulheres que cumprem pena e o envolvimento com a violência a partir do referencial teórico que aborda o sujeito como alguém datado e historicamente constituído. As mulheres que foram vítimas e/ou produziram violência estão imbricadas na atual formatação dos direitos humanos, o que nos remete a um esforço de avaliar o alcance das políticas públicas e as proposições para que sejam aperfeiçoadas para melhor atender ao direito dessas pessoas. A combinação da parte teórica com a parte empírica proporciona um vasto material para o redimensionamento de políticas públicas para esses sujeitos de direitos, com suas especificidades e necessidades.

CAPÍTULO 1

Contextualização e características da violência contra a mulher

“... Ela falou que minha mãe ia bater ne mim e, como eu apanhava muito, eu acreditei.” (Mulher 2).

Este capítulo tratará da contextualização e características da violência contra a mulher. Serão demonstrados alguns aspectos históricos desta violência e as suas consequências; serão caracterizadas as formas e definidas as violências de cunho familiar e doméstico e estrutural, bem como os tipos de violência cometida por mulheres, a violação dos direitos e as tentativas de ressocialização das mulheres apenadas.

1.1 Um breve histórico da violência contra a mulher

A violência contra a mulher possui um caráter histórico, desde os tempos bíblicos há registros de violações gravíssimas contra a mulher, sem base protetora ao direito à vida, à liberdade e à disposição do seu corpo. Desde a antiguidade há registros de uma preterição da mulher em relação ao homem e uma exacerbação do machismo e do patriarcado em muitas regiões do mundo. Segundo Seixas (1998), nas chamadas grandes civilizações da antiguidade a mulher tinha pouca expressão, era vista como um reflexo do homem, cabendo-lhe a tarefa de servi-lo sendo vista como um instrumento de procriação. Há mais ou menos 2.500 anos alicerçou-se a ideia de superioridade do homem em relação à mulher (Agambem, 2002). Nas civilizações gregas, a mulher era tida como um ser sub-humano, inferior ao homem, sendo desprezada moral e

socialmente. Na Alexandria romanizada a filosofia helenista compactuou com a filosofia de Platão e declarava ser a mulher inferior e menos racional que o homem, e as raízes para essa explicação baseavam-se no dogma teológico hebraico. A mulher era vista como a causadora de todo o mal, além de ter sido criada a partir do homem.

Na Idade Média à mulher cabia orar, trabalhar e procriar, nada lhe era permitido, não ocupava cargos religiosos, não lhe era permitido pertencer à classe guerreira, não podia escolher seus maridos e a virgindade feminina era enaltecida e obrigatória. (Seixas, 1998). Foram criados os cintos de castidade e comumente a reclusão em torres, masmorras e conventos serviam para tirar de circulação as mulheres que não convinham mais aos maridos, pais ou outros familiares. Entretanto, como é a partir da Idade Média que a mulher passa então a ter mais responsabilidade pelos seus atos e, conseqüentemente ser punida, foi institucionalizado o Tribunal de Inquisição. (Nascimento, 2012). Quando ela fugia das normas que a igreja católica pregava para a sociedade, era passível de morrer nas fogueiras da chamada Santa Inquisição.

Nos séculos XVI e XVII a mulher tinha quatro vezes mais possibilidades do que o homem de ser acusada de crime de feitiçaria e ser executada por isso. No caso de bruxaria, havia pena diferenciada para homens e mulheres e sempre as mulheres eram punidas com mais rigor. Segundo Seixas (1998) na Idade Moderna o mundo viu esposas serem queimadas em piras funerárias, mulheres sendo incentivadas ao suicídio para “salvaguardar” a honra da família no caso de estupro.

Atualmente, os números registrados de violência contra a mulher crescem em todos os níveis. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2009), o índice de violência contra a mulher, cometida pelo marido ou companheiro, varia entre 13% a 61%. A violência psicológica ou emocional oscila entre 10% a 51%. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2009) a violência sexual varia de 6% a 59%. Muitas

vezes a violência contra a mulher acaba em assassinato. Entre 40% e 70% das mulheres mortas são assassinadas por seus maridos e namorados em países como a Austrália, Canadá, Estados Unidos, Israel e África do Sul. Na Colômbia, a cada seis dias uma mulher é assassinada por seu marido ou companheiro, enquanto centenas de mulheres foram sequestradas, estupradas e mortas nos últimos dez anos em Ciudad Juárez, no México.

No Brasil, especificamente, criou-se a Lei n.º11.340/2006, numa tentativa de defender a mulher contra agressões físicas, sexuais, psicológicas e de qualquer ato ou omissão que lhe cause morte, lesão, sofrimento ou dano moral ou patrimonial. Tal lei, também conhecida como Lei Maria da Penha, além de ser uma tentativa de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, também tenta tomar medidas protetoras referentes aos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Embora a aplicação de uma nova lei no Brasil seja um processo altamente complexo, torna-se necessário entendê-la como uma opção entre as inúmeras políticas públicas necessárias para atender a uma determinada demanda social. A criação da Lei Maria da Penha, no Brasil, é um reflexo dos números assustadores de violência contra a mulher: a cada quinze minutos uma mulher é agredida, segundo relatório recebido pelo Ministério da Justiça referente aos dados de 2011.

Dados pesquisados por Araújo, Martins e Santos (2004) apontam que o espaço doméstico e familiar é onde ocorre a maioria dos casos de violência contra mulher, cerca de 60%. O agressor, na maioria dos casos, mantém ou manteve com a vítima uma relação de proximidade ou intimidade, sendo namorado, marido ou companheiro. Na maioria dos casos o agressor possui relações atuais com a vítima, cerca de 46% contra

23% de relações passadas. A violência física é a mais frequente compondo 58% do total, sendo 32% com lesão corporal. A violência psicológica aparece com 36% e a sexual com 6%. Segundo os autores, os motivos das agressões são os mais variados: discussões por ciúmes, ameaças de separação, problemas financeiros, questões relacionadas com os filhos e alcoolismo estão no topo das motivações. Todas essas práticas de violência estão calcadas na cultura patriarcal e machista, baseada na relação de poder do homem sobre a mulher.

1.2 Caracterizando os tipos de violência contra a mulher

A assinatura, em 1994, do documento da convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, também conhecida como Convenção de Belém do Pará, define o que é violência contra a mulher e explica as formas dessa violência e os lugares onde ela pode acontecer. Para efeitos dessa Convenção, a violência contra a mulher é qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual, psicológico e dano patrimonial, tanto no âmbito público como no privado. Segundo a Lei Maria da Penha, é caracterizada violência doméstica qualquer ato que o agressor tenha causado à vítima numa relação interpessoal, em que o agressor conviva ou já tenha convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outras coisas, estupro, maus-tratos e abuso sexual. A Lei coíbe também qualquer agressão que tenha ocorrido na comunidade e que seja perpetrada por qualquer pessoa que tenha cometido, entre outras coisas: abuso sexual, tortura, maus-tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro, assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar. Fica caracterizada como violência

contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada em gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral e material. No âmbito da família, compreende indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidades ou por vontade expressa. Tal relação independe de coabitação ou de orientação sexual. A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

Sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher temos os seguintes estudos: Secretaria especial de políticas públicas para as mulheres (2010), Camargo (1998), Diniz (2007), Kronbauer (2005), Casique (2006). Sobre a violência de gênero, existem pesquisas feitas por Scott (1986, 1994, 1995), Saffioti (1987, 1989, 1997, 1999, 2001, 2004), Narvaz (2004); Bruschini (1993), Azevedo e Guerra (1989), Morgado (2004) e Casique (2006). Sobre violência física e psicológica trataram: Sugg (1992), World Health Organization (WHO, 1997), Schraiber (2002 e 2005), Silva (2003), Lettiere (2008). Sobre a violência sexual, temos estudos: Ministério da Saúde (2002 e 2012), Bento (2006) e Butler (2003).

1.3 Das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher

Segundo dados do Ministério da Justiça (2011) 7,2 milhões de mulheres com mais de 15 anos já sofreram agressão no Brasil, sendo as formas mais comuns a violência doméstica e familiar. São consideradas formas de violência doméstica e familiar, dentre outras coisas, a violência física, sendo qualquer atitude que ofenda sua integridade ou saúde corporal; a violência psicológica, considerada qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que prejudique ou que vise degradar o pleno desenvolvimento de suas ações, comportamentos, decisões; a violência sexual,

entendida como qualquer ação ou tentativa de manter relação sexual não desejada ou de subtrair da mulher qualquer vantagem em virtude de atos sexuais ou que anule o exercício relacionado a esse direito; a violência patrimonial, caracterizada como qualquer conduta que retenha, subtraia, destrua algum bem material ou instrumento de uso, que venha a arrefecer seus recursos econômicos ou que impeça o uso de bens de qualquer ordem destinados a satisfazer as suas necessidades; a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

A violência doméstica e familiar contra a mulher está presente em várias classes sociais, e a histórica discriminação por gênero ainda coloca a mulher na situação de vítima das estruturas machistas e patriarcais. Sobre a violência doméstica e familiar, Saffioti (1995) faz uma comparação entre a vida privada dos humanos e um galinheiro, no que tange às relações de poder. Assim como o galo com suas bicadas exerce a dominação em um terreiro, o homem também usa instrumentos de força e, especialmente, ideológicos para manter o controle da família e da vida doméstica. Assim como o território do galo é demarcado geograficamente, o domínio do homem sobre as demais pessoas, que podem ser mulheres, idosos, crianças, adolescentes ou qualquer outro ser humano considerado fragilizado nessa área de controle e domínio, é demarcado simbolicamente. Segundo a autora, há uma diferença importante na tessitura geográfica e simbólica: quando uma galinha abandona o terreiro, o galo não a persegue, pois ela não faz mais parte daquele território. Entretanto, para os humanos, os tentáculos do domínio são redimensionados para outros espaços. É comum, quando uma mulher sai de casa, o homem persegui-la e, muitas vezes, matá-la. Em virtude dos inúmeros crimes cometidos contra a mulher, no Brasil, foi criada a Lei Maria da Penha, cujo nome se deve em razão da história de vida de uma mulher que sofreu violência doméstica por muitos anos, inclusive com atentados de morte e sobreviveu com

sequelas graves dessa violência. No ano de 2006, é criada a lei que leva o mesmo nome da vítima, numa tentativa de coibir, arrefecer e instrumentalizar o poder público para agir nos casos de violência doméstica e familiar.

Sobre os autores que trataram sobre as formas de violência doméstica e familiar temos: Saffioti (1995, 1987 e 2001), Guareschi (2004), Rago (1998), Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres (2010) e Ministério da Justiça (2011).

1.4 A Definição da violência doméstica e violência familiar

A violência do homem contra a mulher vai além do domínio do masculino sobre o feminino. No tocante à violência doméstica está caracterizada como aquela ocorrida entre pessoas interligadas por laços consanguíneos, pelo casamento ou pelo direito consuetudinário, como ex-cônjuges ou companheiros. Na maioria das vezes esse tipo de violência ocorre em casa e as mulheres e crianças são as maiores vítimas, mas pode compreender também agregados(as) e empregados(as) domésticos(as). Muitas vezes o termo violência doméstica apresenta o mesmo significado que violência familiar, ou até mesmo intrafamiliar, quando ocorre no domicílio. Mas há uma diferença entre elas: a familiar pode ocorrer fora do ambiente doméstico, enquanto a doméstica pode ocorrer com pessoas que não pertencem necessariamente à mesma família biológica e envolve membros da família extensa ou nuclear, levando em conta a consanguinidade e a afinidade (Brushini, 1993).

Segundo Biehl (2000), esses tipos de violência são comuns. Normalmente há uma dependência emocional da vítima em relação ao agressor, além de fatores determinantes como o psicológico, o cultural, o religioso e o socioeconômico. O desenvolvimento de muitas crianças é acompanhado de palmadas e diversos castigos

físicos como maneira de educar e corrigir. Nesse ínterim, cria-se uma cultura natural da violência dentro do ambiente familiar. Ademais ocorre a violência simbólica, fruto de ideologias machistas que provocam violências ainda maiores que as corpóreas. Esse tipo é ainda mais frequente, entretanto também o mais difícil de ser denunciado e evidenciado. Nesse aspecto interessa muito mais ao agressor manter a vítima sob o seu domínio do que eliminá-la fisicamente. Quando há a ocorrência de homicídio é porque a vítima já passou por inúmeras situações de violência. No contexto dessa vivência estão as crianças, que mais tarde apresentam possibilidades de viverem novamente todo o processo, sendo os algozes da situação ou vítimas dela.

Todas as mulheres entrevistadas para esta pesquisa passaram por situações de violência, sendo que mais de 50% delas sofreram abuso sexual na infância, todos dentro do ambiente doméstico ou com familiares ou pessoas conhecidas da família. Posteriormente, quando adultas relacionaram-se com parceiros violentos ou viveram em determinadas situações que repetiram tais crimes. O abuso sexual e o estupro são considerados pelo Código Penal Brasileiro (2011) como crimes hediondos.

A violência menos reconhecida e que ocorre amiúde no ambiente doméstico e familiar é a violência patrimonial. Conforme a Lei Maria da Penha, violência patrimonial é aquela que configura retenção, subtração, destruição parcial ou total dos objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo aqueles necessários a satisfazer as suas necessidades. Segundo Minayo (1994) a violência possui um aspecto de interioridade e de exterioridade, portanto deve ser tratada em rede. Encontra-se na consciência de cada pessoa e possui prolongamentos nas instituições e nas ideologias. Também está relacionada a uma ordem e a uma quebra da ordem, de modo que o sujeito pode se

tornar o fazedor e o sofredor dos atos de violência. Todas essas tipificações de violência estão no bojo da violência estrutural.

A violência estrutural é entendida como aquela que oferece um marco à violência de comportamento e que se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos e que conduzem à submissão de grupos, classes, nações ou indivíduos, tornando-os vulneráveis e subjugados.

Diante disto a violência doméstica e familiar no bojo da violência estrutural é um dos maiores problemas enfrentados pelas mulheres e a sua existência é sentida em vários espaços. Identificar os vários tipos de violência é importante para combatê-la.

1.5 Caracterizando os tipos de violência contra a criança e a adolescente

Se existe um intenso adultocentrismo que vitimiza a criança e o adolescente, quando se trata de criança e adolescente do sexo feminino, a violência é ainda maior. Segundo Lima (2012) o adultocentrismo não se refere apenas à dominação do sujeito homem sobre a mulher, mas está inserido no contexto de um adulto homem sobre uma criança e adolescente. Trata-se de uma relação de gênero estabelecida por relações de poder, em que existe uma dominação do homem sobre os dominados. Nessa relação de poder, que é historicamente construída, a violência de gênero se dá pelo fato de o dominador exercer um papel de autoridade e domínio sobre uma mulher em razão do seu sexo. Assim o adultocentrismo passa por uma base relacional no binômio dominação-subordinação e está configurado social, econômica e politicamente. A prática do adultocentrismo tem bases na cultura familiar. A naturalização da violência,

no sentido de achar que as crianças e os adolescentes devem estar sujeitos à vontade do adulto é resultado de uma relação de subalteridade que foi construída ao longo do tempo e reflete na usurpação dos direitos humanos.

O convívio com histórias de violência favorecem cenários de violência na vida futura (Scodelario, 2002). Destarte, apontaremos as diferentes formas de violência sofrida pelas crianças e adolescentes ao longo do seu desenvolvimento. Para caracterizar as diferentes formas de violência de que as crianças e as adolescentes são vítimas, utilizaremos Azevedo e Guerra (1989), que categorizam dois processos: primeiro é o da vitimação, que é consequência das situações de desigualdades sociais e econômicas; e o segundo o da vitimização, que é a consequência das relações interpessoais e abusivas adulto-criança. Enquanto o primeiro atinge crianças e adolescentes que sofrem mais os efeitos da pobreza, o segundo é mais atingido pela violência doméstica/intrafamiliar, que estão presentes em todas as classes sociais, conforme o Ministério da Saúde (2002):

- Abuso/Violência Física: são atos agressivos praticados pelos pais e/ou responsáveis que podem ir de uma palmada até ao espancamento ou outros atos cruéis que podem ou não deixar marcas físicas evidentes, porém as marcas psíquicas e afetivas existirão. Tais agressões podem provocar: fraturas, hematomas, queimaduras, esganaduras, hemorragias internas, dentre outros, podendo, inclusive, causar até a morte.

- Abuso/Violência Sexual: geralmente praticada por adultos que gozam da confiança da criança ou da adolescente, tendo também a característica de, em sua maioria, serem incestuosos. Nesse tipo de violência, o abusador pode utilizar-se da sedução ou da ameaça para atingir seus objetivos, não tendo que, necessariamente, praticar uma relação sexual genital para configurar o abuso, apesar de que ela acontece, com uma incidência bastante alta. Mas é comum a prática de atos libidinosos diferentes da conjunção carnal como toques, carícias, exibicionismo, dentre outros, que podem não

deixar marcas físicas, mas que nem por isso deixam de ser abuso grave devido às consequências emocionais para suas vítimas.

- Abuso/Violência Psicológica: essa é uma forma de violência que praticamente não aparece nas estatísticas, por sua condição de invisibilidade. Manifesta-se na depreciação da criança ou da adolescente pelo adulto, por humilhações, ameaças, impedimentos, ridicularizações, que minam a sua autoestima, fazendo com que acredite ser inferior aos demais, sem valor, causando-lhe grande sofrimento mental e afetivo, gerando profundos sentimentos de culpa e mágoa, insegurança, além de uma representação negativa de si mesma, que podem acompanhá-la por toda a vida. A violência psicológica pode se apresentar ainda como atitude de rejeição ou de abandono afetivo; de uma maneira ou de outra, provoca um grande e profundo sofrimento afetivo às suas vítimas, dominando-as pelo sentimento de menos valia, de não-merecimento, dificultando o seu processo de construção de identificação-identidade.

- Negligências: este tipo de violência pode se manifestar pela ausência dos cuidados físicos, emocionais e sociais, em função da condição de desassistência de que a família é vítima. Mas também pode ser expressão de um desleixo propositadamente infligido em que a criança ou a adolescente são mal cuidadas, ou mesmo, não recebem os cuidados necessários às boas condições de seu desenvolvimento físico, moral, cognitivo, psicológico, afetivo e educacional.

- Trabalho Infantil: esse tipo de violência contra crianças e adolescentes tem sido atribuído à condição de pobreza em que vivem suas famílias, que necessitam da participação dos filhos para complementar a renda familiar, resultando no processo de vitimação, já mencionado. Porém, se considerarmos que muitas dessas famílias obrigam suas crianças e adolescentes a trabalharem, enquanto os adultos apenas recolhem os pequenos ganhos obtidos e, quando não atendidos em suas exigências, cometem abusos,

podemos dizer que a exploração de que são vítimas essas crianças e esses adolescentes configuram uma forma de violência doméstica/intrafamiliar tanto pela maneira como são estabelecidas as condições para que o trabalho infantil se realize como pelo fim a que se destina: usufruir de algo obtido através do abuso de poder que exercem, para satisfação de seus desejos, novamente desconsiderando e violando os direitos das crianças e das adolescentes, engendrando formas de subordinação, exploração e vitimação dessas pessoas que, ao se tornarem adultas, terão grandes chances de vivenciarem situações de violência ao longo das suas vidas.

Sobre a violência cometida contra crianças e adolescentes trataram: Azevedo e Guerra (1989), Scodelario (2002), Alberto e Lima (2011), Alberto, Freire e Lima (2011), Alberto e Cirino (2011). Sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes temos trabalhos de: Alberto, Santos, Maciel e Lima (2011), Alberto e Lima (2011), Lima (2012), Ministério da Saúde (2012).

1.6 A profusão da violência estrutural contra a mulher e o papel do Estado

A profusão da violência citada no item anterior acarreta o aumento da violência estrutural, que se caracteriza pela atuação de grupos econômicos ou classes dominantes que utilizam as normas e as leis para manter sua posição privilegiada. Embora a violência esteja entrelaçada em todas as categorias sociais, quando a vítima é do sexo feminino, esse fenômeno é exacerbado. Conforme Saffiotti (2004), quando se trata de violência doméstica e intrafamiliar, quase dois terços (65,8%) são mulheres, contra 34,2% de homens. O lar e as pessoas que possuem laços consanguíneos são mais danosos quando a pessoa é do sexo feminino. Entra em cena o papel historicamente atribuído à menina, à jovem, à mulher: submissão, subserviência e vitimação.

A família, que é entendida como uma instituição social básica e fundamental para o desenvolvimento da pessoa, cuja função é cuidar e transmitir valores, acabou sendo, para alguns casos estudados nesta tese, altamente nociva. Para coibir esse tipo de violência, foram criadas inúmeras políticas públicas para que o Estado intermedeie e regularize o papel social da família no Brasil. Segundo Guareschi, (2004) o conceito de políticas públicas pode ser entendido como um conjunto de ações coletivas que visam garantir os direitos sociais, configurando um compromisso público que objetiva dar conta de demandas sociais em diversas áreas de atuação.

Embora a violência contra a mulher seja milenar, o estudo sobre violência de gênero é recente e ainda carece de mais estudo, análise, investigação e divulgação (Brandão e Alves, 2004). Conforme o Mapa de Violência da Mulher 2012, entre 1980 a 2010 foram registrados quase 91 mil assassinatos de mulheres no Brasil. O número de mortes nesses 30 anos aumentou de 1.353 para 4.297, o que representa um aumento de 217,6%, ou seja, mais que o triplo. De 1996 a 2010 as taxas de assassinatos permanecem estabilizadas em torno de 4,5 homicídios para cada 100 mil habitantes. No Brasil, no ano de 2001, obtivemos os seguintes dados: 2,1 milhões de mulheres espancadas, ou seja, 175 mil espancamentos por mês; 5,8 mil por dia; 243 por hora; 4 por minuto; 15 por segundo (Safiotti, 2001). A autora ainda ressalta que a violência de gênero, além de ser cometida diretamente pelo patriarca ou por seus prepostos, cotidianamente reproduz toda a estrutura patriarcal também pelas mulheres, o que acarreta violência desse tipo entre elas e entre as crianças e adolescentes. Segundo a Fundação Perseu Abramo (2010), 7,2 milhões de mulheres foram agredidas ou espancadas, tendo como consequências cortes, marcas ou fraturas. Destas, 1,3 milhões sofreu a violência nos últimos 12 meses, o que permitiu chegar à constatação de que a cada dois minutos cinco mulheres são agredidas no Brasil. A pesquisa demonstra que

houve uma pequena diminuição no número de mulheres agredidas entre 2001 e 2010. Antes, os dados apontavam oito mulheres a cada dois minutos. A mínima diminuição dos casos de agressão pode ser atribuída à Lei Maria da Penha. Ainda segundo a Fundação Perseu Abramo, (2010), 34% das brasileiras declararam sofrer algum tipo de violência. Dentro da dinâmica familiar as posições ocupadas por quem foi vitimizado e o agente transgressor podem ser mantidas pelas mesmas pessoas por anos e a repetição dessas histórias culminam em mais atos de violência (Scodelario, 2002).

Assim como é possível notar os primeiros resultados colhidos em virtude da Lei Maria da Penha no que tange à estabilização de assassinatos, vale ressaltar que ações de suporte material (creches, atendimento médico) e econômico (igualdade de salários, iguais oportunidades de ingresso no mercado de trabalho, por exemplo) para a independência real das mulheres em relação aos homens são medidas importantes que devem ser previstas na lei, com o caráter de políticas públicas preventivas.

Cabe ao Estado propor ações preventivas que visem estabelecer o bem coletivo, entretanto, como diversas forças sociais integram o Estado, tais ações acabam por não beneficiarem uma parcela, ou grande parte da população. A análise da práxis das políticas públicas permite identificar prioridades e lacunas na gestão e nos seus reflexos dentro de uma sociedade, pois permite ter uma visão ampla de setores que necessitam de interferências para otimizarem as relações sociais de acordo com peculiaridade de cada região ou núcleo social. Destarte, as políticas públicas trazem em seu bojo um processo de elaboração, implantação e obtenção de resultados, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder. Para que isto ocorra, é necessário haver mediações sociais e institucionais a fim de conseguir consensos e, assim, obter eficácia. Logo, elaborar uma política pública significa decidir quem tomará certas decisões e quais os objetivos a serem alcançados com essas decisões. Esse escopo está

intimamente relacionado com o regime político da região e da cultura política vigente. Para ser uma política pública, é necessário que os resultados ou os benefícios a serem alcançados tenham passado pelo debate público.

Para a tese em questão utilizaremos conceitos de políticas públicas que estejam especialmente relacionados a setores considerados como vulneráveis. Há uma necessidade de entender em que medida tais políticas estiveram presentes ou ausentes na vida das mulheres apenadas. Outrossim, exploraremos a questão da pena e, em especial, a reclusão em penitenciárias. O Estado brasileiro considera a falta de liberdade a maior pena que pode ser impetrada à pessoa que cometeu um crime. A prisão sempre fez parte de uma tentativa de se aplicar uma pena legalmente. A partir disto surgem os projetos, os remanejamentos, as experiências, as discussões teóricas e as análises dos inquiridos. Ao se tornar a punição legal, ela carregou a velha questão do direito de punir com todos os problemas e todas as normas que deveriam ser aplicadas para a ressocialização da pessoa, fato que também está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento de uma série de violência. A pena, então, segundo Foucault (1977), é o castigo, o suplício, mas que confere uma estabilidade social ao disciplinarem corpos, tornando-os dóceis e úteis à sociedade. As contradições que envolvem esse tipo de punição serão analisadas também com ajuda de Agambem (2000) e Lardizabal y Uribe (1997) e Goffman (1974), que questionam a função ressocializadora das penitenciárias contemporâneas.

1.7 A violência cometida por mulheres

Outro viés abordado será a violência praticada por mulheres. Além dos crimes que levaram as presidiárias do Ana Maria do Couto May a cumprirem pena, existem violências que são cometidas por mulheres, seja por reação de defesa, seja por elas

estarem inseridas culturalmente numa situação e vivenciar novamente atos de violência. Segundo Souza (2005), torna-se importante não tratar a mulher apenas como dócil, passiva e vítima da violência, mas também analisar os processos de violência cometidos por ela. A autora se refere a algumas teorias feministas que abordam três aspectos para o estudo da violência cometida por mulheres. O primeiro deles é o fato de a realidade familiar sofrer constantes mudanças, no sentido de que as mulheres estão ocupando cada vez mais posições de chefes de família, trazendo apenas para si responsabilidades de sustento, proteção e educação e, desta maneira, valores e características que antes eram do homem ou compartilhadas com ele. A segunda está relacionada ao fato de não possuírem os seus direitos garantidos e por terem-nos violados pelos homens e até mesmo pelo Estado, logo elas acabam vivenciando novamente essa violência que, em geral, é desembocada dentro de casa e, especialmente, na prole. Uma pessoa que não tem os seus direitos respeitados dificilmente respeitaria o direito dos outros. O terceiro ponto colocado pela autora é que as mulheres que vivem numa sociedade que cultiva a violência como forma de educação tem possibilidade de usar a violência como meio de educar a prole, como castigos que afetam física, psicológica e materialmente as crianças e adolescentes, sob a alegação de estarem inserindo os filhos nas leis sociais. Esse tipo de violência também pode ser produzido de mulher para mulher.

Sobre mulheres sentenciadas, temos os seguintes estudos: Paiva (2002), quando trata de uma casa de correção e suas normas internas, Mauá e Baltiere (2012), quando tratam das condições do aprisionamento, Lima (2007), quando se reporta ao cotidiano da prisão, Viafore (2005), que trata de gravidez durante a prisão, Alves (2000), Nascimento (2012). Secretaria da Administração Penitenciária (2012), Perrot (2001) e Paiva (2002), quando retratam a situação do aprisionamento. Sobre os motivos que levaram mulheres a cumprirem pena trabalharam os seguintes autores: Perrot (2001) e

Paiva (2002), quando falam acerca dos problemas socioeconômicos que levam pessoas à prisão, Mauá e Baltiere (2012), Bluter (2003), Breitman (1999) e Brauteim (2007) e (2009), que tratam dos problemas sociais, psicológicos e fatores identitários que levam o indivíduo ao aprisionamento.

1.8 Violação de direitos nos presídios femininos brasileiros

Um dos maiores problemas a ser resolvido nas políticas públicas para as mulheres apenadas é a superlotação. Além das instalações precárias a maior parte das unidades é adaptada e funciona dentro dos presídios masculinos. É muito comum as detentas dormirem nas chamadas tocas, ou seja, embaixo da cama de outra detenta, por não ter garantida a sua acomodação. Na grande maioria dos presídios também não há creches nem berçários e não existem condições mínimas para a pretendida profissionalização e educação das apenadas. Outro problema apontado pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN, 2008), em 70% dos estabelecimentos penais brasileiros (mistos ou exclusivos para mulheres) é permitida visita íntima, entretanto o índice de presos que não recebem visitas sociais é de 20%, enquanto que o índice de presas que não recebem visita é de quase 70%. Além das questões culturais que contribuem para essas diferenças, existem outros agravantes que contribuem para essa questão, como o espaço adequado para visitas íntimas, chamado de venustério, que existe apenas na Penitenciária Feminina do estado do Espírito Santo. A falta de espaço físico para as visitas íntimas faz com que muitas mulheres optem por não receber seus maridos/companheiros. Aliás, ao contrário dos homens que podem receber visitas de namoradas, amigas, prostitutas, ou seja, de qualquer parceira sexual sem a comprovação de vínculo matrimonial, a mulher deve apresentar um documento comprobatório de casamento ou união estável, todavia muitas não o possuem. Ocorre ainda, muitas vezes,

de o marido ou companheiro estar também cumprindo pena, o que impossibilita esse tipo de visita.

Além do mais as mulheres apenas devem apresentar um atestado de saúde para a obtenção da visita íntima, entretanto as condições básicas de saúde dispensadas a elas e a falta de higiene colaboram para que o atestado de saúde lhes seja desfavorável. Muitas também usam o artifício de se recusarem a receber visitas íntimas numa tentativa de manter uma integridade emocional, quando percebem que, mesmo estando dentro dos padrões exigidos para a visita íntima, elas não a receberão. Cabe ressaltar que os dados estatísticos apontados aqui são extraídos a partir de questionários respondidos pelos governos estaduais e que muitas pesquisas devem ser feitas para verificar até que ponto aquilo que é lei chega a ser colocado em prática. O DEPEN, que é um órgão ligado ao Ministério da Justiça, assinala 27 mil mulheres presas no Brasil, distribuídas em 508 estabelecimentos penais, sendo 58 deles exclusivos para mulheres e apenas 35% dos estabelecimentos têm médico de plantão, apenas 25% têm atividades educacionais, 19% têm berçário e 16% creches. De modo que não há cumprimento da Lei da Execução Penal nos Estados. Muitas vezes o presídio que foi construído para homens é desocupado e, posteriormente, serve de presídio feminino, não tendo a estrutura necessária para atender às especificidades desse gênero. Segundo o DEPEN (2008), há também a demora no processo de deixar a criança da mãe presa sob a guarda de um familiar e quando isso ocorre também surgem problemas estruturais dentro da família que irá receber a criança: ora não possuem estrutura econômica e não dispõem de tempo para cuidar da criança, ora simplesmente não querem, seja por falta de afetividade ou por não se sentirem na obrigação.

No caso do encarceramento feminino, há uma histórica ausência de direitos, porque não há atenção dos poderes públicos para a especificidade das questões de gênero que vão desde a atenção básica à saúde, à vida sexual e reprodutiva, à educação, ao trabalho, à preservação de vínculos familiares até às políticas de reintegração social. Nesse sentido, a Convenção interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher – convenção de Belém do Pará (1994) já reconhece o estado de vulnerabilidade da mulher presa no Brasil e dispôs a responsabilidade do Estado Brasileiro em relação ao descaso e a negligência do tratamento dado às presas. Desse modo, a invisibilidade dos problemas acarreta e legitima os sintomas da desigualdade de gênero.

1.9 Tentativas de ressocialização das mulheres apenadas no Brasil

Em virtude dos números crescentes de violência no Brasil e do aumento significativo de detenções e prisões de mulheres, em 2007 o Departamento Penitenciário Nacional, juntamente com o Ministério da Justiça, firmaram um acordo para beneficiar mulheres apenadas no Brasil. No sentido de inserir nas penitenciárias práticas que promovam a capacitação profissional e a elevação da escolaridade, houve uma parceria com o Sistema S e outras iniciativas com atividades produtivas, como o desenvolvimento da cultura empreendedora e a integração familiar e comunitária. Faz parte desse acordo o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Nacional), que se torna responsável pelas pesquisas sobre o mercado de trabalho e pelos programas de iniciação e qualificação profissional; o SESI (Serviço Social da Indústria), que é o órgão responsável pelas pesquisas sobre o público-alvo e a elaboração de programas de elevação da escolaridade e pela promoção da saúde coletiva, especialmente voltada à

saúde da mulher; o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), que administra cursos de aperfeiçoamento com base na demanda pesquisada; o SESC (Serviço Social do Comércio) e o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), que oferecem ações de educação empreendedora tanto para as apenadas quanto para as egressas.

O acordo feito com os sistemas foi denominado de “Maria-Marias” e foi implantado o projeto piloto no estado do Espírito Santo. Seguindo as ideias de Foucault (1977 e 1979) tais políticas visam docilizar o comportamento das apenadas e torná-las produtivas economicamente para o país. Isso gera produção de riqueza e tenta provocar o chamado bem-estar social. Dentro das penitenciárias também ocorre um efeito de apaziguamento, pois mantém as detentas ocupadas, diminuindo as chances de processos dissociativos no meio das apenadas e entre as presas e a carceragem, ademais são arrefecidos os planejamentos de fugas e rebeliões. Existem ainda programas voltados para a promoção da saúde e para acompanhamentos jurídico e social, não apenas para as detentas, mas estendendo-se também para os seus familiares. Para custear tais atividades, recorre-se ao Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN). A previsão de verbas destinadas a implantarem melhorias nos presídios brasileiros, através do FUNPEN, está na ordem de 269 milhões de reais. Porém vale lembrar que 144 milhões estarão congelados, sob a alegação de que muitos projetos estão incompletos, além da burocracia para a execução dos projetos e falta de prestação de contas dos Estados. (FUNPEN, 2008). O DEPEN também firmou, em 2007, um acordo de cooperação técnica com a Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres da Presidência da República. Tal acordo visa reformular e reorganizar o Sistema Prisional Feminino, no que tange às instalações físicas adequadas, adequação de espaços para acolher a prole das apenadas, além da promoção da saúde, do trabalho produtivo,

acompanhamento jurídico e social para as mulheres e seus familiares. A verba para a realização de tais procedimentos também são advindos do FUNPEN. O DEPEN (2008) aponta que, além do Poder Público, há uma necessidade de apoio da sociedade civil, por isso torna-se necessário mobilizar diversos grupos para a questão de gênero nas penitenciárias, pois é a sociedade civil que irá recebê-las quando terminarem de cumprir as suas penas e muito ainda há de se fazer nesse sentido.

Todo esse quadro acima apresentado é revelador da dinâmica de desequilíbrio e desigualdade de poder nas relações de gênero na sociedade e de como isso impacta sobremaneira as mulheres quando vivenciam uma situação de encarceramento. São todas situações exemplares do quanto o padrão de discriminação sofrido pelas mulheres na sociedade se reflete e se reproduz ainda mais cruelmente na realidade vivida pelas mulheres encarceradas. Aqui estão presentes, pelo menos: a construção social de estereótipos de gênero, a tradicional divisão de papéis sociais em nossa cultura marcadamente machista e patriarcal e a estigmatização das mulheres, todas clássicas formas de discriminação e violência contra as mulheres denunciadas há séculos e que vão sendo cultuadas, reforçadas e reproduzidas ativamente pelo protagonismo carcerário do Estado.

Sobre a vida na prisão temos vários autores que escreveram sobre a vida nas penitenciárias, especialmente, estudos relacionados a homens no cárcere: Thompson (1980), Pedroso (1997), Perrot (2001), Paiva (2002), Goffman (1974) e DIEESE (2011). Sobre a mulher sentenciada, pesquisas mais específicas são encontradas em: Nascimento (2012), Viafore (2005), Soares (2002), Secretaria de Administração Penitenciária ((2012), Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (2008), Rita (2009), César (1996), Braunteim 2007 e 2009), Canazaro (2010), Ministério da Justiça

(2008), Mauá e Baltiere (2012), Lima (2007), FUNPEN (2008), Cunha (2010), Breitman (1999) e Wacquant (2001).

CAPÍTULO 2

Gênero, violência, subjetividade, vivência e consciência

“Com 12 anos eu colocava minha mãe pra dormir. Eu encostava o sofá na porta e ficava esperando. Ele amolava a faca, eu dizia, antes de chegar nela, vai ter que passar por mim.” (Mulher 25)

Neste capítulo trataremos de algumas categorias teóricas necessárias para se entender esta tese. Para tal, utilizaremos cinco categorias: gênero, violência e subjetividade, consciência e vivência. Tais preceitos conceituais são fundamentais para analisar a história de vida das mulheres apenadas, a relação delas com as outras pessoas e com o mundo e as repercussões dos acontecimentos ocorridos em suas vidas.

O conceito de gênero será baseado em Saffioti (1987), entendido numa relação mediada pelo poder, o qual, na maioria das vezes, compõe-se do poder do macho sobre a fêmea, do homem sobre a mulher. Tal autora também contribuirá para o conceito de violência que terá como pressuposto a sujeição de alguém à vontade alheia, resultando no submetimento da vítima. O conceito subjetividade será tratado à luz da teoria de Vygotsky (2004), entendendo que sujeito é uma construção histórica e social e que subjetividade é uma permanente constituição do sujeito através do reconhecimento do outro e do eu. Este autor também servirá para a compreensão da categoria vivência, pois será tratada como sendo uma participação impactante da realidade que cerca uma pessoa e compõe-se de aspectos racionais e irracionais, permeadas pela consciência, ou seja, a

maneira pela qual um sujeito compreende as suas relações com o meio. Nessa perspectiva também nos apropriaremos do conceito de consciência de Vygotsky (2004), que é colaborativo ao considerar que a consciência é o resultado da vivência das experiências. Tal resultado forma a história de vida, pois trata da experiência histórica, social e duplicada e como o sujeito constitui-se pelo meio a história vivenciada na infância constitui a sua própria subjetividade. Já a consciência será tratada como uma estrutura do sistema conhecedor do humano. Como foi teorizado por Vygotsky, a consciência consiste a partir da compreensão reflexiva, que é um entrelaçamento de sistemas de reflexos, e é função da consciência transmitir os sistemas de reflexo. Os princípios constitutivos da consciência e das funções superiores do indivíduo são fundamentados nas relações que os indivíduos estabelecem com outras pessoas e com os objetos que os rodeiam. Vygotsky (2004) também será utilizado na categoria de vivência entendida como algo que integra todas as características da personalidade do meio vivido por uma pessoa e é uma unidade dinâmica da consciência, uma unidade que tem uma relação imediata e direta na relação com o mundo. Neste sentido essa teoria contribui para analisar a história das mulheres quando define que vivenciar é participar de uma realidade impactante e retrata as experiências positivas e negativas de cada uma delas.

Segundo a Teoria Histórico-Social a subjetividade é construída por meio das relações sociais, tratando-se de um processo contínuo e traz em seu bojo constantes transformações. Há um vínculo recíproco entre o sujeito e o objeto. Desse modo o sujeito é constituído a partir das relações sociais, mas a autoconsciência de si só se dá a partir da consciência que ele tem de si e do outro. O sujeito é constituído a partir das relações de gênero, de grupo social, de categoria econômica e assim por diante. O conceito de subjetividade passa indubitavelmente pela objetividade, pois o mundo

interno está intrinsecamente ligado ao mundo externo. A interação deste vínculo faz com que se forme a subjetividade, pois há um paralelo nessa relação interconstitutiva entre o social e o individual. Tal subjetividade materializa-se e objetiva-se no sujeito, mas não é estática, nem imutável e sim dinâmica e permanentemente refeita. Logo, subjetividade significa uma permanente constituição do sujeito pelo reconhecimento do outro e do eu (Molon, 2009).

Segundo Toassa (2009) Vygotsky explicou a subjetividade como a constituição do sujeito a partir do entorno sócio-histórico, sendo que a vida de uma pessoa, o modo de ela pensar e agir constituem condições objetivas e um vínculo recíproco. Para o autor a subjetividade não é apenas fruto de estímulo/resposta, ela é mediada; o que quer dizer que um estímulo objetivo é associado a um signo, o que possibilita a internalização. São exatamente essas condições que constituem a triangulação subjetividade, gênero e violência, pois a história de vida das mulheres apenas é o fruto dessa tríade, mediada pelas condições vivenciadas. Na sua condição de sujeito ativo, essas mulheres constroem um momento de subjetivação, que é consciente, intencional, interativo e constituidor do presente. Na constituição da história de vida de cada uma delas estão os registros da subjetividade humana, pois caracteriza o sujeito num determinado espaço, cumprindo um papel social que adentra no cenário da cultura. (Toassa, 2009). Como os espaços ocupados e as relações vivenciadas foram violentos, a resposta social foi o envolvimento com a violência.

Para Vygotsky (2004), existem experiências históricas, sociais e duplicadas que são registradas na vida de uma pessoa. As experiências históricas são aquelas ocorridas no passado, cujas decisões que foram tomadas por uma determinada pessoa passaram pelas emoções, pelos sentimentos, pela razão, pela personalidade, as alternativas existentes em determinada situação e, posteriormente, foi incorporado ou internalizado

pelo sujeito, provocando uma imitação que faz emergir uma situação correlacionada às inquietantes relações sociais. Assim, a consciência é constituída no contato social, é engendrada social e historicamente, mas enquanto experiência duplicada, pois a duplicação advém do contato social consigo mesmo, ou seja, a consciência emerge de um contato social e de um contato consigo mesmo.

As experiências sociais, históricas e duplicadas se entrelaçam com a cultura de um sujeito ou grupo de indivíduos. Quando o reconhecimento do eu só ocorre mediante o reconhecimento do outro, este determina o eu e ambos são mediados socialmente. Desse modo, quando há uma cultura predominantemente machista e patriarcal, cujos sujeitos são constituídos social e historicamente nessa cultura, são estabelecidas relações do sujeito consciente com os outros sujeitos e na experiência com os outros sujeitos pela intersubjetividade. Assim, conforme Vygotsky (2004), a experiência social extrapola as interações sociais, pois o sujeito se apropria das experiências dos outros sujeitos não apenas nas interações imediatas, mas também por intersubjetividades anônimas, que se internalizam nas relações sociais.

A internalização da violência contra a mulher está intrinsecamente ligada à violência de gênero, constituída a partir do patriarcado, que infringiu à mulher um papel homogeneizador de inferioridade em relação ao homem; um papel hierárquico com primazia masculina. Essa estrutura de poder, que não é apenas ideológico, situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana. (Saffioti, 1995). Esse conceito colabora para o entendimento da história de vida das mulheres apenas que foram forjadas à ordem patriarcal. Esta base teórica ajuda a pensar o resultado desse sobrepeso de cunho machista que interferiu nas relações sociais dessas mulheres, que sofreram com maus-tratos, estupros, exploração material, dor física e psicológica. Entender em que pesa a violência de gênero na constituição social dessas

mulheres é aferir o resultado do sujeito histórico social e o lugar da práxis na construção da subjetividade delas. Essa mulher vitimizada é o resultado dessas interações e internalizações do protótipo social e compreender essas imbricações faz-se mister nesse processo porque é resultado de uma ação coletiva.

2.1 Gênero

No final da década de 1960 e durante a década de 1970, as feministas que estudavam sobre a mulher e as relações de poder mantidas pelo patriarcado denunciaram a dominação masculina sobre a mulher e o resultado desse domínio do homem sobre a mulher. Situavam os problemas do papel socialmente atribuído a ela e propunham um rompimento dessas estruturas. (Saffioti, 2004), discussões e debates que são atuais até hoje. No Brasil essas discussões ocorreram mais fortemente na década de 1990, embora já tivéssemos uma produção considerável sobre assuntos relacionados à emancipação social, econômica e política da mulher, a exemplo da revista “A Violeta”, que circulou em Mato Grosso entre 1916 e 19150. Foi com a tradução do artigo de Joan Scott (1986) que o conceito e as questões que abordam gênero como categoria analítica ganharam mais robustez. Nesse artigo o recurso do termo gênero foi apreendido como forma de recusar o biologismo da questão e imputar uma categoria que se expande por todo o corpo social, gerada pela dominação-exploração do homem sobre a mulher em todas as áreas de convivência social. Por outro lado, serviu também para dar visibilidade às forças que permeiam o controle e a violência. Especificamente em relação ao Brasil, embora tenham ocorrido inúmeras transformações nas últimas décadas, as desigualdades entre homens e mulheres são alarmantes e há uma (re)produção a respeito da dominação masculina. (Silva, 2003).

As feministas norte-americanas foram pioneiras no emprego do termo gênero

enquanto categoria relacional entre os sexos. (Scott, 1994). Os laços de subordinação/dominação calcam-se na tradição histórica, possuem como alicerce uma subjetividade cheia de significados que permite a auto-justificação domínio do homem sobre a mulher como se fosse uma lei universal. A tradição opera como princípio constitutivo de uma das formas de dominação (Saffioti, 1995). Por isso, são tão importantes estudos dirigidos para mulheres, no que tange à identidade, à personalidade, ao modo de produção, à educação, à saúde, à justiça e às relações sociais. Escritoras feministas como (Duarte, 1916-1950; Bridenthal e Konnz, 1977; Carroll, 1976; Figs, 1970; Fisher, 1979; Gimbutas, 1982; Hartman e Banner, 1974; Janeway, 1971, 1980; Lerner, 1979, 1986; Saffiotti, 1969, 1987, 1989, 1997, 1999, 2001, 2004; Louro, 1997; Scott, 1986, 1994, 1995,) possuem significativos registros, mas há muito a avançar nesta direção. O que é comum no pensamento de todas elas é que haja empoderamento das mulheres enquanto categoria social. Estes estudos permitem a interpretação relacional, as reflexões sobre o subjugamento, as forças derivantes desse subjugamento e a transformação da sociedade subjugada pelo homem.

Na coexistência relacional entre homens e mulheres, deve-se evidenciar que o patriarcado é um sistema masculino de opressão sobre as mulheres. Os estudos acerca de gênero objetivam mostrar que existem discriminações e discrepâncias no que se refere à discriminação no tratamento social, ao controle da vida sexual e reprodutiva, a implantação de menor média salarial em virtude do sexo, as dificuldades em ocupar cargos de poder, a exploração da mão de obra, e assim por diante. Segundo Scott (1986) não se trata apenas de categorias conflitantes e não basta apenas ampliar os espaços de atuação das mulheres. Trata-se de transformações que resultem na igualdade social de homens e mulheres, assim como de uma transformação de ordem qualitativa e uma nova postura adjetiva, sistemática, propositiva e representativa. É uma reorganização, dentre

outras coisas, da ordem de gênero.

Nesta tese a categoria gênero não apenas põe em relevo uma categoria analítica, mas também uma categoria histórica para a vida das mulheres apenadas. Tais estudos investigam os aspectos subjetivos dessa dominação-exploração que culminaram em histórias de violência. Aliás, imbuídas da ideologia que dá cobertura ao patriarcado, essas mulheres, ao longo da vida, sofreram todas as consequências dessa institucionalização: foram estupradas, surradas, desprezadas, negligenciadas e exploradas. Ademais, as outras mulheres que as circundaram, com maior ou com menor frequência, também assumiram as funções do patriarca, reiterando, muitas vezes, as situações de violência ao tratá-las ou educá-las segundo a lei do macho. Não obstante, essas mesmas mulheres estavam reproduzindo um sistema de coisas pelas quais também passaram e retroalimentaram os papéis e as vivências quanto ao pensar/sentir/agir. Ademais cabe levar em consideração que o adultocentrismo leva a uma hierarquia determinista que coloca o adulto em posição privilegiada diante da criança, do adolescente ou do jovem. (Lima, 2012). Mesmo que a criança e o adolescente tenham se igualado em alguns aspectos como cidadãos de direitos em relação ao adulto, as diferenças entre eles permanecem, pois ocupam espaços diferentes e compartimentalizados e, em sentidos gerais, destaca o poder do homem adulto. Desse modo, a categoria gênero, nesta tese, será tratada além da categoria dicotômica, como aquela que aglomera o sujeito histórico e as suas subjetividades.

2.2 Violência

A violência sempre existiu durante a história da humanidade. Segundo Agamben (2002) os seres humanos puderam sobreviver com pouca habilidade física, mas contaram com a coesão do grupal para estenderem seus domínios. Paradoxalmente, essa

coesão foi acompanhada pelas disputas por terras, alimentos, heranças genéticas e posteriormente por particularismos étnicos, geográficos e culturais. Inúmeras ideologias foram criadas para sustentar a violência em várias situações e para manter determinadas relações de poder. A própria palavra violência deriva do latim *vis* tem o significado de força, usada muitas vezes para tentar transformar a sociedade num determinado momento. Encontram-se registros da violência desde a antiguidade clássica: nas formas de governo, de educação, na abordagem religiosa e nas relações entre as pessoas de maneira geral. A violência já serviu como espetáculos públicos, para a manutenção da ordem, para o controle demográfico, para a destruição de povos, prolongou-se até os dias atuais e é um dos assuntos mais abordados no século XXI. Como ela compreende uma ruptura intencional de integridade da vítima, está associada às relações de violência por questões morais, religiosas, políticas, econômicas, culturais e de ordem física, psíquica, individual ou coletiva.

Como afirma Minayo (2005), a violência tem uma natureza complexa e dinâmica. Para utilizá-la enquanto categoria é necessário considerar a pluricausalidade. Deve ser tratada como um fenômeno eminentemente social, pois ela nasceu com a sociedade e está presente em todas as organizações sociais. Entretanto não basta dizer que ela tem raízes nas relações sociais, pois é muito difícil determinar suas causas e emitir um juízo de valor sobre seu sentido. Em relação à violência, a soma das verdades individuais não reproduz a verdade social e histórica, além disso, as crenças que existem a seu respeito costumam distorcer a realidade, retirando da sua definição qualquer sentido positivista e lhe dá um *status* de fenômeno complexo.

Diante dessa complexidade abordaremos Saffiotti (2004) como autora de referência para tratar dessa categoria. Portanto compreendemos violência como uma

relação entre seres humanos na qual alguém submete o outro ao seu domínio, dentro dos processos de relações sociais e nas dimensões históricas.

Para esta tese, relacionaremos gênero, subjetividade e o envolvimento das mulheres apenadas com a violência, para entendermos a constituição desse sujeito sócio-histórico e as repercussões na vida delas que culminaram com a transgressão das leis e o cumprimento da pena.

2.3 Subjetividade

Para a Teoria Histórico-Cultural o sujeito constrói-se socialmente, portanto trataremos a subjetividade como um processo constante que forma o sujeito a partir das suas relações sociais. Sendo o sujeito constituído a partir das relações sociais, a autoconsciência só é possível através da consciência que se tem do outro nessa relação dialética. (Vygosty, 2004). É desse modo que a subjetividade só pode ser compreendida quando existir uma referência de sujeitos reais e concretos dentro de certa organização social e cultural. Segundo Vygotsky, tratado em Molon (2009), a subjetividade tenta explicar a constituição do sujeito através da sua elaboração do mundo, por exemplo, a forma de agir e de pensar. Destarte, a subjetividade é construída nas circunstâncias históricas, culturais e sociais. A cultura exerce, sobremaneira, papel fundamental para o processo de subjetivação, sendo que o desenvolvimento cultural e o desenvolvimento biológico caminham *pari passu*, tornando um sujeito regulado pelas relações com o meio e com o social. Essa constituição também perpassa pelas questões individuais, pois, embora vivendo na mesma cultura, indivíduos dão significados e sentidos diferentes para determinados acontecimentos e a vivência particular é irrepetível. Essas idiossincrasias distinguem uma pessoa da outra e as singularidades são determinadas

concretamente. (Fernández Villanueva & Torregrossa, 1984; Berger & Luckmann, 2002).

A categoria subjetividade é um conceito implicado na objetividade, cuja realidade subjetivada pelo indivíduo torna o sujeito um ser ativo, capaz de dar significados às vivências de acordo com o seu psiquismo individual. As significações subjetivadas constituem o seu pensar cotidiano e as respostas sociais que este sujeito dá são baseadas na sua própria realidade, pois a subjetividade manifesta-se, revela-se, converte-se, materializa-se e objetiva-se no sujeito (Vygotsky, 1991).

Como aponta Vygosty, tratado em Molon (2009), as condições objetivas do sujeito, como a sua maneira própria de pensar e agir, são retratos das condições que vivenciou e do meio que estava inserido. São exatamente essas constituições objetivas que formaram as mulheres que hoje cumprem penas e que foram vítimas de violência. Considerando que é a partir de cada sujeito e dos significados que ele dá a cada vivência fato constituidor do seu comportamento e da sua personalidade, essas mulheres pesquisadas são os sujeitos históricos descritos por Vygotsky, pois manifestaram a realidade que vivenciaram e as relações sociais que mantiveram.

A cultura fornece os referenciais linguísticos, os signos e as maneiras de manifestação da subjetividade, tem influência na constituição da subjetividade, pois o sujeito apropria-se da realidade e o seu psiquismo se constrói com as experiências, os conhecimentos, os valores e as informações transmitidas pela tradição, pela comunicação com o outro e com a interação com diferentes grupos sociais. (Leontiev, 1978; Vygotsky, 1993). A subjetividade só pode ser entendida como produto dessas interações e mediações, pois o psiquismo é mediatizado pelas relações com o outro. O psiquismo é mediato e não imediato, sendo o meio e as relações sociais constituidores da subjetividade. (Vygotsky, 1991).

Assim, o esperado da vida e o almejado como sonho a ser realizado das mulheres apenas possuem um caráter histórico, uma marca das suas épocas referendadas pelo que se vê ao seu redor e ao seu tempo. A subjetividade como categoria de análise permite entendê-las como seres históricos, que possuem memórias e vivências organizadas pela linguagem. As narrativas, carregadas de emoção, referendam um importante material para entender a constituição desse sujeito. A fala das mulheres aborda o que ficou na memória e a experiência histórica, sendo este o material que sustenta a sua linguagem e a sua forma de se expressar no mundo. Esta é a natureza da consciência circunscrita por (Vygotsky, 2004), composta pela experiência histórica, social e duplicada. A história delas está contada em suas respectivas realidades e em suas relações com a sociedade. O caráter duplicado abrangia aquilo que o sujeito traz para si, algo adquirido no meio social que o capacita a relacionar-se com os demais e consigo mesmo. Assim a vivência de cada uma delas e o significado que cada uma delas deu aos acontecimentos determinam as seleções dos fatos narrados de acordo com as emoções, sentimentos, criatividade, razão, personalidade e assim por diante. As palavras e imagens, criadas na mente e na linguagem, formam as relações estabelecidas e as práticas sociais.

Assim, o estudo da subjetividade torna-se importante para compreender em que medida as situações de violência vivenciadas por essas mulheres contribuíram para o envolvimento com outras situações de violência e o cumprimento das suas respectivas penas.

2.4 Consciência

A consciência é a estrutura do sistema conhecedor humano. Para Vygotsky (2004) consiste a partir da compreensão reflexiva, que é um entrelaçamento de sistemas

de reflexos e é função da consciência transmitir os sistemas de reflexo. Os princípios constitutivos da consciência e das funções superiores do indivíduo são fundamentados nas relações que os indivíduos estabelecem com outras pessoas e com os objetos que os rodeiam.

Segundo Vygotsky (2009) a unidade explicativa do reflexo sintetiza algumas das suas primeiras ideias sobre a consciência, linguagem e inconsciente. O autor afirma que o pensamento é como um reflexo inibido; a linguagem (interna ou externa) como um comportamento; e a fala como uma cadeia de perguntas e respostas capazes de sofrer a influência de outros sistemas reflexos. Até que Pavlov desenvolveu uma concepção de linguagem como sendo um “segundo sistema de sinalização”, constituído por estímulos verbais. Vygotsky passa a superar o dualismo reflexológico e ver na interação da linguagem a origem da consciência humana. O materialismo Vygotskyano considera a consciência como a própria interação entre sistemas de reflexos e considera que a consciência aparece como um sistema de transmissores com qualidades e sensações secundárias. Essa análise considera que existiriam, basicamente, reflexos internos e externos. O reflexo interno pode tornar-se palavra falada e ser regido por leis causais. Quando uma emoção é traduzida em palavras temos um exemplo de interação sistêmica, e Vygotsky passa a usar dois termos: estrutura e sistema. Isto significa dizer que as estruturas funcionais fundamentam-se na capacidade de formação de novas conexões neurais sistematicamente organizadas. A palavra falada por um e ouvida por outro é a unidade básica do sistema de reflexos que servem para refletir a influência de outros sistemas. São reflexos reversíveis nos quais reside a fonte do comportamento e da consciência, havendo uma indissociável interação entre consciência e o mundo circundante (Toassa, 2009).

Embora Vygotsky (2009) tome o conceito de reflexo, ele recusa-se estudar os fenômenos da consciência como método da compreensão reflexiva. Ao relacionar os reflexos com a introspecção, aborda reflexos não manifestos (fala silenciosa) referindo-se aos que não são acessíveis através da observação por serem de ordem interna, mas que podem fazer o papel de excitantes (de forma indireta ou mediatizada) para as respostas efetivas do sujeito. Assim, o comportamento passa a ser um meio para acessar a consciência, que é tida como o reflexo do mundo vivenciado pelo sujeito e materializado através da fala interior.

Para Vygotsky, essa interiorização das funções psicológicas é que marca o desenvolvimento mental e estrutura-se em aspectos cognitivos, afetivos, psíquicos e comportamentais. Já as funções psicológicas superiores necessitam de mediações como a linguagem, a memória, a lógica, a atenção voluntária, a formação de conceitos, o pensamento verbal e a afetividade (Vygotsky, 1991).

O binômio estímulo-resposta foi adotado por Vygotsky (1991) como um método capaz de respaldar a psicologia experimental, mas admite que entre seres humanos e animais os medidores devem ser diferenciados e propõe uma análise de signos e ferramentas. Para ele os signos não correspondem aos estímulos sensoriais ou a reação verbal entre tantas outras reações, eles são essencialmente socializados e parcialmente sensoriais, pois dependem de algo fora de si mesmo. Desse modo, a conduta humana é dinâmica e dialética, pois depende de como serão estabelecidas as relações com outras pessoas e com o meio no qual o sujeito está inserido.

Mas Vygotsky alerta que:

“(...) nem tudo que é social é interpsicológico e nem tudo que é interpsicológico é intrapsicológico, isto porque a dimensão intrapsicológica acontece a partir da conversão

do signo interpsicológico em signo intrapsicológico, o que ocorre a partir da mediação dos signos (...). (Vygotsky, 1991, p. 63).

Para Vygotsky (2009) toda mediação é um processo, é a junção do eu com o outro, podendo ser os mediadores signos e instrumentos. Os signos são mediadores que exercem influência sobre o psiquismo do sujeito. Trata-se de uma mediação semiótica, na qual a linguagem e, em especial, a palavra, é essencial. Os instrumentos são aqueles mediadores que exercem influência direta sobre o objeto. Instrumentos são elementos interpostos entre um objeto social que é capaz de mediar a relação entre o indivíduo e o mundo.

Diante disso Vygotsky (2009) declara que a comunicação entre as pessoas se dá por meio de significados, que é o reflexo da própria consciência. Conhecer o significado de algo é estender o singular para o contexto universal. Para o autor significado não é a mesma coisa que sentido, para ele sentido é a soma dos eventos psicológicos que a palavra evoca na consciência, trata-se de um todo fluido e dinâmico, com zonas compostas por certa estabilidade variável, sendo o significado a zona mais estável e precisa. Como o próprio Vygotsky afirma, trata-se da questão da significação do próprio significado, deslocando a palavra em razão do seu contexto.

Vygotsky (2004, 2009) conceituou a consciência a partir de três dimensões: a experiência histórica, a experiência social e a experiência duplicada. A experiência histórica é aquela herdada culturalmente e que não foi transmitida através da genética. Assemelha-se com a experiência social, em seu bojo o componente social do comportamento humano traz tudo aquilo que foi vivenciado com o outro. A experiência duplicada ocorre no nível interno do pensamento, ela se antecipa à ação e faz com que o sujeito possa fazer escolhas diante de uma dada situação. As três dimensões estão

associadas e delas resultam a singularidade de cada sujeito. A subjetividade baseia-se na constituição do sujeito através da elaboração do mundo, assim a subjetivação de cada mulher apenas será analisada como uma constante interação com o meio, sendo capaz de dar diferentes respostas sociais ao longo da sua história vida.

A consciência, enquanto estrutura do organismo conhecedor humano, pode ser estudada através do reflexo. Segundo Vygotsky (2004), os reflexos se entrelaçam de tal modo que a resposta de um se torna o excitante de outro reflexo e assim sucessivamente. Como podem ocorrer várias conexões semelhantes, podem existir também reflexos condicionados e outras conexões produzidas a partir de uma experiência que geraria um mecanismo hereditário em cadeia. Pavlov (2004) usa as relações existentes entre estímulo e resposta que serve para explicar o comportamento involuntário e as reações emocionais condicionadas. Desse modo, quando uma criança passa por uma vivência, a forma como ela concebe algo, o significado que isto tem para ela e como ela se relaciona afetivamente diante de certo acontecimento, produz reações instintivas.

Quando uma entrevistada narra a sua história de vida, materializa a sua consciência, que está referendada pelos sentimentos (dimensão afetiva) pelas vontades (relativas à motivação) e associada também ao pensamento (perpassada pela dimensão cognitiva). Desse modo a experiência determina a consciência por meio de mecanismos de reflexos reversíveis, que podem ser criados pelo próprio sujeito em que um excitante se torna uma reação e vice-versa. Assim é formada a base do comportamento social, imitando o comportamento do outro e tendo respostas análogas a uma situação já vivenciada. Para Vygotsky (2004) a experiência social se refere à experiência do sujeito com outras pessoas e suas relações. Para ele os fenômenos psicológicos são sociais e dependem das experiências sociais, nas quais são absorvidos os artefatos culturais. A

experiência social é aquela que inclui a maneira na qual as pessoas dirigem a atenção para um comportamento considerado padrão e neste meio regulador das ações e atitudes. Por isso diferencia-se dos outros animais, porque há uma regulação entre os espaços e indivíduos permeados pela vontade de cada um. Vygotsky (2004) cria um conceito para explicar o valor da experiência social nos seres humanos: trata-se da zona de desenvolvimento proximal, que se refere à distância entre o nível do desenvolvimento atual e o nível potencial para o desenvolvimento. Assim o indivíduo passa por experiências internas e dá respostas a partir daquilo que constituído na sua história de vida.

Segundo Bozhovich (2004) o desenvolvimento da consciência na infância envolve a consciência de si mesmo e a participação ativa de autoexpressão. Um bebê recém-nascido reage a efeitos das suas próprias necessidades biológicas. Em seguida, começa a perceber os objetos e o mundo externo. Com as intermediações passa-se para uma fase de representação mental, que envolve uma força motivacional resultando na primeira síntese de componentes intelectuais e afetivas. Durante a próxima fase, a crise dos três anos, a criança tem capacidade de identificar-se como ator em um mundo repleto de objetos e interagir com eles. Nessa fase já está ciente do “eu” e tem a necessidade de ser ativa, a fim de satisfazer os próprios desejos. Durante o terceiro estágio, a crise dos sete anos, a criança desenvolve a consciência de si mesmo, como um ser social e que possui um lugar no mundo, assume um posicionamento interno e interfere na execução de sua nova atividade. Finalmente, surge a primeira fase da adolescência, idades entre 12 a 15 anos e desenvolve-se os processos de autoconsciência e autodeterminação. É quando começa a independência. Dos 15 aos 17 anos, muitas vezes chamado de período de juventude, ocorre a formação da personalidade e envolve uma reestruturação significativa das estruturas psicológicas que se formou

anteriormente e é um tempo de aglomeração de novas pessoas no seu convívio. No período da pós-adolescência existe um desenvolvimento psicológico mais específico para cada indivíduo. Quando termina uma fase de formação de personalidade, há a necessidade de impulsos geradores que reestruturam significativamente as estruturas psicológicas. É comum o adolescente encontrar obstáculos para a sua satisfação e, assim, permanecer insatisfeito. A crise na adolescência, embora diferente de uma pessoa para outra, contém elementos de insatisfação voltados para uma insatisfação social, seja por razões físicas, mentais e de relacionamentos sociais. Além das regras impostas pela família, ainda há as condições externas e um desejo de maior *status* social. É inegável a questão biológica e a reestruturação fisiológica, mas as suas vivências é que irão tornar o indivíduo, formar a sua consciência e determinar o seu posicionamento interno, o seu comportamento e o desenvolvimento da sua personalidade.

Apoiando-se em Vygotsky, Bozhovich (2004) declara que a adolescência não pode ser capturada em fórmula única e padrão. Deve levar em conta as forças motivadoras e as contradições internas e inerentes à fase do desenvolvimento, isto é, a natureza e a fenomenologia da crise que ocorre durante esse período. Nesta fase esse indivíduo já possui uma personalidade e um conjunto de características inerentes capazes de distinguir um do outro. Quando ocorre uma frustração na autoafirmação ou na autoexpressão, surge a crise, porque esta afirmação e expressão estão sujeitas ao reconhecimento do outro. A avaliação e o posicionamento do outro é que gera o bem-estar ou o mal-estar no adolescente. Em outras palavras, é o fator responsável para a nova estrutura sistêmica que desenvolve a forma de pensar, os interesses cognitivos, a capacidade de controlar o comportamento de alguém, o senso de responsabilidade, mental e os traços de caráter. Faz-se necessário observar que muitas mudanças na consciência e na personalidade ocorrem nesse período, porém as mudanças mais

importantes ocorrem no pensamento, pois assimila-se um conceito e fazem-se daí generalizações e associações. Assim, quanto maior o número de estímulos à sua personalidade, maior serão as chances de serem produzidas personalidades livres e autônomas, a fim de que o indivíduo possa se adaptar melhor às condições do meio em que vive e sentir melhor consigo mesmo.

2.5 Vivência

Para analisar a história de vida das mulheres apenas utilizaremos o conceito de vivência, pois, segundo Vygotsky, vivência entende-se como algo que integra todas as características da personalidade do meio vivido por uma pessoa. Para ele, trata-se de uma unidade dinâmica da consciência, uma unidade que tem uma relação imediata e direta na relação com o mundo. (Vygotsky, 2006). Para o Vygotsky de 1916, vivenciar é participar de uma realidade impactante, a princípio vivida sem um julgamento prévio do sujeito. Não se trata de um subjetivismo inócuo, mas as vivências retratam as experiências positivas e negativas do sujeito. Essa visão relacional do sujeito com o meio e com o objeto acompanhará o escritor em todas as suas obras. Com o passar do tempo, as vivências não se restringem apenas à emoção, mas vão se configurando como uma concepção de consciência como sistema psicológico de uma unidade de análise sistêmica e que engloba aspectos irracionais, como o afeto e o sentimento e os irracionais, como o pensamento e o raciocínio para a resolução de problemas.

Sistema é de difícil definição, mas relaciona o todo com a parte e consiste na importância dessas relações entre o sujeito e os objetos isolados. Não existem consciência nem personalidade que não variem, mas existem indivíduos históricos que possuem características em virtude das condições materiais e subjetivas de vida.

Conforme Toassa (2009), essa relação é complexa, pois trata-se das estruturas dos sistemas psicológicos terciários, como consciência e personalidade. A possível

desagregação dos mesmos também tem impactos sobre as vivências, quando não são regidos pelo pensamento consciente. Para a autora, o processo de tomada de consciência, unidade de análise da consciência que se atém exclusivamente às relações de compreensão que estabelecemos com o meio, está no desenvolvimento das vivências. A vivência inscreve-se na diferenciação do que é externo e do que é interno. Externo seria a própria realidade a que o sujeito está inserido, o próprio corpo, os processos mentais, as singularidades do sujeito enquanto ser que tem consciência do próprio mundo. O interno é formado espontaneamente e é desenvolvido no cotidiano, no decorrer das interações sociais, organizado através das interações com as outras pessoas. A consciência das vivências é a tomada de consciência desses processos por parte do seu sujeito psicológico.

O legado de vivência vigotskiana serve para a análise da história de vida das mulheres apenas uma vez que torna possível analisar o passado, em virtude de tudo o que viveram e como isso foi sentido na vida delas, e estende-se ao futuro, uma vez que é possível identificar alguns sonhos e desejos que elas possuem. A vivência está inscrita nas ações humanas, presentificam elementos que elas consideraram importantes e orientam as tomadas de decisões para a vida futura. Embora a vivência seja um substantivo abstrato, que delimita um processo psicológico unificador entre o sujeito e o objeto, exprime diversos conteúdos mentais, permeadas pelas experiências que elas têm de vida, por exemplo, seus sentidos de justiça, seus gostos estéticos, seus ideais.

Uma ideia central para a concepção do desenvolvimento humano como sujeito sócio-histórico é a ideia de que existe a mediação, ou seja, o sujeito não tem acesso direto ao objeto, mas sim que existe uma mediação através de recortes do real, operados através dos sistemas de símbolos e dá ênfase à construção do conhecimento como uma interação mediada por várias relações, ou seja, não é uma ação do sujeito sobre a

realidade, mas pela mediação feita por outros sujeitos. O outro social pode ser um objeto, a cultura e o ambiente que circundam o indivíduo. A mediação não é um interposto nesse processo, ela é a própria relação, e os mediadores podem ser os signos e os instrumentos. Os signos são mediadores que exercem ação sobre o psiquismo do sujeito, são criados socialmente e mudam de acordo com o grau de desenvolvimento do sujeito. Enquanto que os instrumentos possuem uma ação sobre o objeto, são ferramentas que podem possibilitar a interação do sujeito sobre o objeto (Vygotsky, 2004).

A linguagem é um poderoso sistema simbólico entre os grupos humanos, pois é ela que fornece os conceitos, as formas de organização do real, a mediação entre o sujeito e o objeto. É por meio dela também que as funções mentais superiores são socialmente formadas e culturalmente transmitidas assim como é ela que une os conceitos de tomada de consciência e a vivência. As sociedades e culturas diferentes produzem estruturas diferenciadas. O sujeito imbricado numa determinada cultura dará diferentes sentido para um determinado objeto ou pensamento. As relações sociais fazem com que um indivíduo tome consciência não apenas dos objetos e das outras pessoas, mas de si mesmo. É a partir dos outros que se define a igualdade e/ou a desigualdade em relação aos outros e ao sujeito em si. Nesse aspecto, ficam demarcadas as relações de significação e de sentido. O sentido é uma formação dinâmica, fluida, complexa, com várias zonas de estabilidade variada. Significado é apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso, consistindo numa zona mais uniforme, estável e exata. Em contextos diferentes a palavra muda de sentido. O significado, ao contrário, é um ponto imóvel e imutável, que permanece estável em todas as mudanças de sentido da palavra em diferentes contextos (Vygotsky, 2009).

Assim, a vivência de cada mulher apenas será analisada à luz da Teoria Histórico-Cultural vigotskiana, levando-se em conta a experiência de cada uma no nível da consciência constituída no mundo em que elas estavam inseridas e nas relações sociais que estabeleceram com o outro e com elas mesmas, o que ajudará a compreender as situações de violência pelas quais passaram e como reagiram nessas circunstâncias.

A relação entre consciência e vivência, nesta tese, apoiar-se-á na teoria Histórico-Cultural, pois ajuda a compreender como os processos de violência são entrelaçados entre o passado e o presente das mulheres apenas, uma vez que suas histórias de vida são marcadas por signos e instrumentos que exercem influência sobre as ações do psiquismo do sujeito e ações sobre o objeto. Quando a consciência é acessada, retiram-se dela elementos constituídos da experiência (histórica, social e duplicada), reflexos reversíveis e dialogismo. (Vygotsky, 2004).

Porém há de se ressaltar que existem os reflexos secundários, como a auto-consciência e a introspecção, que têm uma acessibilidade individualizada e que ocorre no âmbito particular e através da mediação. Como a consciência é um mecanismo secundário e abstrato, ela não pode ser o próprio pensamento, nem um excitante ou um reflexo subsequente. É, pois, uma estrutura do sistema conhecedor humano capaz de exprimir-se pela vontade (Vygotsky, 2004).

Quando os sentimentos (relativo à afetividade) são atravessados pelo pensamento (relativo à cognição), a vontade é que irá determinar o comportamento externizado. A experiência pela qual uma pessoa passou na vida forma uma reação, que é a base do comportamento social. Isto não quer dizer que, necessariamente, tudo o que aconteceu com ela será reproduzido, mas há grandes indicativos das respostas sociais assemelharem-se ao que ela já experienciou, porque a experiência é a base principal da consciência, que Vygotsky (2004) chamou de tríplice natureza da consciência: a

experiência social, a experiência histórica e a experiência duplicada. Embora estejam imbricadas umas nas outras, existem conceitos distintos para cada uma delas: a experiência social está relacionada às experiências vividas com outras pessoas e são repassadas no momento em que as relações sociais são efetivadas. As experiências históricas estão relacionadas a eventos históricos, realizadas por gerações anteriores e a experiência duplicada encontra-se no âmbito das idealizações, ou seja, aquelas que antecedem a ação ou comportamento em si. São aquelas experiências avaliadas antes de o sujeito externa-las.

Para Toassa (2009), um fator preponderante nessa tomada de decisões é a emoção, pois ela caracterizará os sujeitos nos seus espaços sociais e evocar as ações, já que é através das emoções que o sujeito seleciona os excitantes sociais.

Nesta tese, o sentido de compreender o sujeito é vê-lo constituir-se em si e de fora para dentro, apontando para as relações de violência que as mulheres passaram ao longo de suas vidas e quais os excitantes sociais formados a partir de então. O produto do meio, as respostas sociais e os vínculos criados com as outras pessoas configuram elementos significativos na vida de cada uma delas. Compreender a vida dessas mulheres dentro das categorias de gênero, violência, subjetividade, vivência e consciência são importantes para entender as relações que elas estabeleceram com o mundo e quais as repercussões dos acontecimentos ocorridos em suas vidas, em especial, o cumprimento das penas.

CAPÍTULO 3

MÉTODO

Em relação ao método utilizamos uma articulação entre o qualitativo e o quantitativo. Segundo Minayo (2007), as propriedades numéricas têm o objetivo de trazer os dados, os indicadores e as tendências observáveis, enquanto que as qualidades intrínsecas trazem a história, as relações sociais, as representações, as crenças e as opiniões. Essas duas vertentes são capazes de produzir interpretações daquilo que os humanos fazem, de demonstrar como vivem, como agem e pensam. Cada um tem seu papel e seu lugar de adequação. Ao fazer uma análise qualitativa e quantitativa constrói-se a possibilidade de analisar não apenas as regularidades e as frequências, mas também as relações sociais, as histórias de vida, o contexto em que o sujeito está inserido. Para a referida autora em toda abordagem qualitativa existe a abordagem quantitativa e vice-versa.

Nesta tese há uma triangulação de métodos: ocorre a aplicação das entrevistas, apura-se a magnitude dos fenômenos e enfatizam-se os objetivos, cujo foco é posto na compreensão da intensidade vivencial dos fatos e das relações humanas. Dentro desta pesquisa em Psicologia Social, interessa-nos o processo da subjetividade que, segundo a teoria Sócio-Histórica e Cultural de Vygotsky, o sujeito é histórico e individual ao mesmo tempo. O individual e o social andam juntos, sendo a subjetividade individual determinada pelo contexto histórico.

Para Minayo (2005), o enlace entre o método quantitativo e qualitativo permite operar os dados com a sua multiplicidade e inter-relacionar movimentos, de modo que o

particular está inserido no universal e, nesse ínterim, todos os particulares estão conectados.

A coleta de dados, a sua análise, bem como toda a etapa da pesquisa, levaram em conta o contexto social e histórico e a articulação dos sujeitos nesse contexto, daí a necessidade da análise subjetiva da realidade e das condições intersubjetivas do sujeito. Quando o ALCESTE sistematiza lexicalmente as palavras, ordenando-as e integrando-as nas categorias escolhidas, aponta uma frequência para que os temas tenham a medida exata de sua importância. Ele também sugere, no caso das entrevistas abertas, agrupamentos de palavras afins, até conseguir um sentido no texto. As frequências permitem consolidar uma aplicação dentro de um contexto. Prosseguindo com uma análise dos elementos, surge a compreensão do seu significado. Assim, monta-se uma conexão entre os temas abordados, que demonstram as vivências e as experiências de cada participante da pesquisa.

Segundo Minayo (2007), a triangulação de métodos abrange a análise das estruturas, dos processos e dos resultados, bem como a compreensão das relações percebidas por quem pesquisa. Como inclui aspectos objetivos e subjetivos, esse tipo de pesquisa requer uma superação da dicotomia entre qualitativo e quantitativo e permite abordar a discussão de uma quantidade expandida, representadas por partes homogêneas que formam o todo. A esse mote associam-se as sensações de forma da representação subjetiva, ou seja, o sujeito é afetado e experimenta existencialmente o fenômeno que vivencia, dando origem à unidade dialética do sistema de entendimento. Desse modo “A postura dialética leva a compreender que dados subjetivos (significados, intencionalidade, interação, participação) e dados objetivos (indicadores, distribuição e frequência e outros) são inseparáveis e interdependentes. Ela permite criar um processo

de dissolução de dicotomias: entre o quantitativo e o qualitativo; entre o macro e o micro; entre o interior e o exterior; entre o sujeito e o objeto” (Minayo, 2007, p. 364).

Estudar a violência sofrida e cometida por mulheres é um objeto tão complexo quanto qualquer outro objeto social. As suas particularidades e a sua dinâmica histórica são infinitamente ricas. Sendo o sujeito constituído socialmente e permanecendo em constante mudança faz com que a pesquisa se dialetize no processo de objetivação e subjetivação. O olhar da pesquisadora, em si mesmo, já é um objeto constituído e deve ser considerado, tal objeto misturado à fala das mulheres apenadas, do lugar onde elas se encontram, no momento em que foram elencados e analisados, constituem singularmente partes homogêneas que formam um todo. “A tomada de consciência que passa do vivido ao pensado não termina com o conhecimento, ela faz parte dele, pois o estabelecimento dos conceitos não anula a dimensão e a incursão do imaginário”. (Canguilhem, 1972, p. 55). Sendo assim, além de compreender o contexto social e histórico daquelas que compartilharam as suas histórias de vida, torna-se necessário entender a mediação inerente da pesquisa, das interferências entre o objeto e processo de investigação e análise. É posicionar-se atentamente aos limites e às possíveis formas de transformação.

3.1 Lócus:

Penitenciária Feminina Ana Maria do Couto May, situada em Cuiabá, Mato Grosso, Brasil, escolhida por ser a maior penitenciária feminina do Estado. Esse presídio foi criado em 2002, em conformidade com a estrutura da Lei nº 335/1995, e está vinculado à Secretaria de Justiça do estado de Mato Grosso. Possui vagas para 180 pessoas, mas atua com uma capacidade média de 295 detentas. Seus muros são altos, e logo que se ultrapassa o portão principal, existe um pequeno jardim, à direita funciona a

secretaria e a administração, à esquerda uma sala para a revista e a guarda de pertences. Num segundo anexo encontra-se, de um lado, a cozinha que atende à creche e às pessoas que estão de dieta, a creche, a biblioteca e a sala de aula; e de outro, o salão de beleza, uma cela separada das demais, onde ficam as presas que correm algum risco de integridade física, a sala jurídica e a sala de artesanatos. Há um corredor largo no centro que separa as dependências da saúde e a quadra de esportes. Mais adiante fica uma cozinha grande de um lado e um seguro improvisado de outro. No fundo da penitenciária estão distribuídas as celas. Há um grande número de grades e cadeados. Tal como o panótipo foucaultiano, a arquitetura foi projetada para manter um vigia e um controle das apenadas. De maneira geral as instalações são limpas.

Os principais problemas relacionados ao presídio são: a superlotação, muitas mulheres não têm cama para dormir; existem muitas queixas das apenadas em relação à falta de sol; algumas celas foram improvisadas e não possuem iluminação e ventilação necessárias; há poucos servidores públicos para a demanda; o ambiente da creche não é propício para o desenvolvimento infantil; e há poucas políticas de intervenção com o objetivo de educação e profissionalização das apenadas.

Este presídio foi criado em homenagem à cuiabana Ana Maria do Couto, chamada carinhosamente de May. Foi uma das primeiras mulheres do estado de Mato Grosso que obteve várias conquistas políticas e esportivas. Foi advogada, professora, diretora, jornalista de rádio e televisão, promotora de Justiça Militar de Mato Grosso, na época função exclusivamente masculina, presidente e vice-presidente da Câmara de Cuiabá, presidente e atleta de clubes de futebol em Cuiabá e no Rio de Janeiro.

3.2 Amostra:

A amostra foi por conveniência e a compusemos com participantes que cumprem pena na Penitenciária May Couto por terem cometido diferentes tipos de crimes. Primeiramente foi feito um levantamento com a equipe técnica da referida penitenciária e foram verificados quais os tipos de crime cometidos pelas mulheres que atualmente cumprem pena em regime fechado. Foram entrevistadas as detentas apresentadas pela equipe técnica e que atendiam à solicitação da pesquisadora. Posteriormente foram realizadas entrevistas até atingir um ponto de saturação, variando a tipificação dos crimes, totalizando 27 entrevistas. Utilizou-se aqui a concepção de saturação de Minayo (2007), segundo a qual a suspensão de inclusão de novos participantes se dá quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, certa redundância ou repetição.

3.3 Instrumento:

Foi aplicada uma entrevista com questões abertas, dividida em duas partes, sendo que a primeira consiste em dados biossociodemográficos e a segunda a história de vida das mulheres apenadas. A história de vida foi tratada seguindo desde a infância até a vivência na prisão, abordada através de temas que versaram sobre a infância, a adolescência, a fase adulta até os dias atuais. Mais especificamente, foram feitas indagações sobre episódios de violência na infância, episódios de violência na adolescência e episódios de violência na fase adulta. Tais episódios foram relacionados aos tipos de violência que sofreram, que cometeram ou as duas situações concomitantemente, quando era o caso. Foram questionadas também sobre os motivos que as levaram a cumprirem as penas em regime fechado e quais as principais dificuldades encontradas na prisão e como enfrentam tais dificuldades. A entrevista foi

concebida como uma conversa entre a entrevistadora e a entrevistada, destinada a fornecer informações pertinentes ao objeto de pesquisa.

3.4 Procedimento:

Este projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso/SES, atendendo à resolução 196/6 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas referentes a seres humanos, cujo número de protocolo é 615-2011. Também foi solicitada à Secretaria de Justiça de Mato Grosso autorização para entrar na unidade prisional para fazer as entrevistas. Em seguida contactou-se a Direção do presídio que também autorizou a entrada da pesquisadora na penitenciária.

Antes da realização das entrevistas, as participantes receberam informações sobre a pesquisa e assinaram um termo de livre consentimento, conforme a Resolução 196/96, dando consentimento para a utilização dos dados e tendo a garantia de sigilo absoluto.

3.5 Análise:

Em relação à análise de dados, o material empírico foi transcrito integralmente e, posteriormente, processado no programa informático *Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segment de Texte* (Análise Lexical Contextual de um Conjunto de Segmentos de Texto) — ALCESTE (IMAGE, 2000) (o qual realiza a análise lexical de dados textuais qualitativos). A análise foi clássica, via hierárquica descendente, que permite fazer uma análise quanti-qualitativa.

A opção pelo Alceste como método quali-quantitativo de análise das entrevistas está de acordo com a perspectiva teórica, porque faz a seleção das palavras mais significativas nos *corpus*, localizando-as em contextos individuais e coletivos.

Individuais porque situa o sujeito nas suas especificidades e coletivos porque permite visualizar os significados dos grupos a partir de cada temática abordada. Esse fato possibilita a análise quantitativa de dados qualitativos e fornece critérios provenientes do próprio material como indicador de um fenômeno de interesse científico (Camargo, 2005).

O programa Alceste possibilita a compreensão de palavras mais significativas em um dado *corpus* de análise, a partir da análise lexical, pelo radical das palavras, dentro do contexto em que aparecem no discurso e de uma temática específica. Desse modo, o *software* permite, ao mesmo tempo, a análise das palavras a partir do contexto trazido por cada sujeito e pelo grupo de sujeitos entrevistados, observando-se os aspectos subjetivos presentes nos discursos, em cada contexto.

O ALCESTE foi criado na França, em 1979, por Reinert, no Centro Nacional Francês de Pesquisa Científica (CNRS), para o sistema operacional *Windows*, e consiste na classificação estatística dos enunciados presentes no texto, por meio da distribuição do vocabulário que é utilizado ao longo dos vários níveis de contexto do discurso. O *software* é desenvolvido pela empresa IMAGE, especializada em matemática aplicada e desenvolvimento de *software* científico.

Para usar esse programa, o pesquisador inicia sua análise definindo as unidades de contexto iniciais (UCIs), as quais são separadas por linhas de comando, conhecidas como linhas com asteriscos. O conjunto de UCI constitui o *corpus* de análise processado pelo próprio programa. Posteriormente forma-se um conjunto de UCIs, derivando um *corpus* de análise, formando um conjunto textual centrado num tema. O programa organiza um *corpus* de análise a partir de um único arquivo em formato de texto, o qual pode ser um texto ou um conjunto de textos, digitado no *Word*, utilizando-se fonte *Courier* 10 e espaçamento simples, com no mínimo 1000 linhas de 70

caracteres cada uma, ou cerca de 70.000 caracteres, que representam em torno de 20 páginas de texto.

Segundo com Reinert (1990), as UCIs podem ser definidas de acordo com o pesquisador e com a natureza dos seus dados textuais. Para esta tese, o *corpus* de análise foi constituído pelo conteúdo oriundo das entrevistas, cujo material verbal de cada sujeito (em relação à pergunta do bloco de análise) foi separado pela linha com asteriscos.

No total, o *corpus* de análise desta tese apresentou 27 (vinte e sete) UCIs. Esta linha com asteriscos informa o número de identificação do sujeito e as variáveis referentes a cada UCI. As variáveis utilizadas nesta tese foram: idade, sexo, escolaridade, cor da pele, motivo da pena, duração da pena e quantidade de filhos. Como pode ser visualizado no exemplo a seguir:

```
**** *m_1 *ida_1 * *corpele_1 *escol_1 *motivpena_1 *filhos_2 *forma_1
*duracpena_1.
```

A linha de comando indica que a Mulher 1é (m_1), idade entre 18 a 28 anos (ida_1), cor da pele branca (corpele_1), grau de escolaridade fundamental incompleto (escol_1), o motivo da pena é o tráfico de drogas (motivopena_1) e a duração da pena é de até 10 anos (duracpena_1).

Após ter definido as UCIs, o programa dividiu o material em unidades de contexto elementar (UCEs), as quais se apresentam como elementos de texto, em função do tamanho do *corpus* (Camargo, 2005). O ALCESTE, deste modo, objetiva identificar os traços do uso da linguagem num discurso, possibilitando trajetórias de interpretação (Soares, 2005).

O sentido das sentenças é captado a partir das palavras que aparecem juntas no discurso do maior número de sujeitos. O *software* também agrupa as palavras em

função de suas raízes, em formas reduzidas. Por exemplo: —morar e —moro são traduzidos por —mor+.

O vocabulário das palavras refletem situações e contextos diferentes em relação a um determinado objeto. Assim, a partir do ALCESTE é possível verificar diversos modos de refletir e abordar sobre ele, compondo um mundo particular dos sujeitos entrevistados, tornando possível analisar quantitativamente os dados do texto. São quatro etapas de análises, sendo as três primeiras referentes a três operações e a quarta etapa com cinco operações. Na etapa A, o *software* reconhece as unidades de contexto iniciais, denominadas UCI e realiza a primeira leitura. Calcula a frequência das palavras a partir dos seus radicais. Na etapa B é feito o cálculo das matrizes de dados e a classificação das UCE's, que são ordenadas conforme os vocabulários apresentados. Em seguida há uma hierarquização descendente e a partição dos *corpus*. Depois formam-se as UCE's com base nas frequências das formas reduzidas. A parte mais importante é a C, quando permite uma visualização da descrição de cada classe pelos seus vocabulários distintos (léxico) e pelas palavras com asteriscos variáveis. A relação entre as Classes ocorre por meio do cálculo de Análise Fatorial de correspondência (AFC), definindo dois eixos. Na última etapa, a D, ocorrem os cálculos complementares, com detalhamento lexicais das palavras e ocorre a disposição das UCE's mais significativas de cada classe. Como este processo ocorre de modo ascendente, permite uma análise interclasses. (Camargo 2005). Para melhor compreensão de cada classe, recorre-se aos Dendrogramas, que foram constituídos a partir de quatro blocos fundamentais, representando os principais aspectos alegados pelas apenadas quanto à ida fora e dentro da prisão. Desses Blocos surgiram 14 classes. Para análise do material foram consideradas as palavras com o maior número de χ^2 . Para efeito de corte, recorreremos às

palavras que possuíam χ^2 igual ou maior que 3,84, conforme recomenda Camargo (2005).

3.6 Dados Biossociodemográficos:

Os dados biossociodemográficos foram de idade, grau de escolaridade, cor da pele, motivo da prisão, tempo de prisão e quantidade de filhos. Quanto à idade, na época das entrevistas, 5 delas tinham entre 18 a 27 anos, 15 entre 28 a 37 anos, 3 entre 38 a 47 anos e 4 entre 48 a 57 anos. Quanto à cor da pele houve predominância da cor branca, com 16 mulheres, depois a negra, com 6 mulheres e a parda, com 5 mulheres, sendo que a cor amarela aparece em quase todas as falas, entretanto refere-se à condição de não tomar sol propriamente dita, em virtude do encarceramento. Em relação ao grau de escolaridade, 14 cursaram até o nível fundamental, 10 cursaram até o nível médio, 2 iniciaram faculdade e uma tem pós-graduação. O motivo da pena mais frequente é o tráfico de drogas, seguido de homicídio, latrocínio, formação de quadrilha, furto e roubo, estupro e estelionato. O tempo de pena a ser cumprido varia entre 3 anos e 4 meses a 66 anos. Do total das entrevistadas 23 possuem pena definida e 4 são presas provisórias. Todas possuem filhos e, em relação à violência, todas declararam ter sido vítimas de violência ao longo da vida, seja no espaço público ou privado.

3.7 Blocos de Análise

A partir das 27 entrevistas submetidas ao *software* ALCESTE, aglutinamos 4 perguntas em cada bloco. Foram montados 4 blocos de análise que contemplam os objetivos do trabalho. O quadro a seguir reúne os 4 blocos de análise e as várias classes temáticas que emergiram das diferentes histórias de vida das apenadas e sua relação com a violência.

Em cada bloco de análise, primeiramente estão descritas as informações preliminares, no que concerne à formação das UCE's, a partir dos radicais das palavras. No que diz respeito aos radicais descritos pelo ALCESTE, estes foram descritos em cada bloco, a seguir, por meio do dicionário das formas reduzidas, específico de cada classe, disponibilizado pelo ALCESTE. Posteriormente, estão apresentadas as classes formadas pela temática de cada bloco de análise, bem como suas relações interclasses a partir do Dendrograma de Classificação Hierárquica Descendente.

**** *m_1 *idade_2 *corpele_3 *escol_1 *motivopena_1 *filhos_1 *duracpena_1:

Tabela 1: Visualização das linhas de comando:

Idade	1 = 18 aos 28 anos, 2= 29 aos 38 anos, 3 = 39 aos 48 anos, 4 = 49 aos 58 anos, 5 = 59 anos ou mais.
Cor da pele	1 = branca, 2 = negra, 3 = parda, 4 = índia, 5 = amarela, 6 = não definiu cor.
Escolaridade	1 = ensino fundamental incompleto, 2 = ensino fundamental completo, 3 = ensino médio incompleto, 4 = ensino médio completo, 5 = curso superior, 6 = pós-graduação.
Motivo da pena	1 = tráfico de drogas, 2 = latrocínio, 3 = homicídio, 4 = roubo e furto, 5 = estupro, 6 = estelionato.
Filhos	1 = sim, 2 = não.
Duração da pena	1 = 0 a 10 anos, 2 = 11 a 20 anos, 3 = 21 a 30 anos, 4 = 31 a 40 anos, 5 = 41 a 50 anos, 6 = 51 anos ou mais.

CAPÍTULO 4

Meninas violentas, mulheres apenadas: A história de vida e o envolvimento com a violência

Neste capítulo trataremos as falas das mulheres encarceradas, desde a infância até os dias na prisão. São quatro blocos: o primeiro retrata o contexto social em que elas viveram durante a infância e a adolescência; o segundo demonstra quais as repercussões que a prisão trouxe para vida dessas mulheres; o terceiro detecta o crime cometido por elas e a pena imputada; o último e quarto bloco mostra a vida na prisão e o modo como se organizam para viverem reclusas. Neste capítulo são apresentadas as lembranças relacionadas à vida privada e ao papel social que cada uma exerceu antes da prisão, sendo também elencadas as vivências pessoais e o comportamento que adquiriram dentro da instituição penal.

O que une todas as histórias é a violência que estas mulheres foram submetidas ao longo das suas vidas e os respectivos encarceramentos. São 27 histórias de mulheres apenadas em regime fechado, ou seja, coabitam no espaço social visto como o ápice da exclusão. As relações de violência também são reproduzidas dentro desses espaços. Como foi apontado anteriormente também há também relatos de solidariedade e, nesse ínterim, existe como condição de sobrevivência.

Esse material traz pensamentos e interpretações sociais e individuais das 27 mulheres que vivem reclusas e também aglutina as ações praticadas por elas dentro de um contexto sócio-histórico, os mecanismos de defesa e de ataque diante da luta pela sobrevivência ou por um ideal, dispositivos explícitos e implícitos diante das atuais

circunstâncias e as motivações pessoais que servem de consolo e de esperança para a vida futura.

4.1 Dados biossociodemográficos

Tabela 2: Identificação de violência sofrida e crime cometido:

IDENTIFICAÇÃO	Vítima de violência no espaço privado e público	Vítima de violência sexual	Tipo de crime	Pena imputada	Idade
Mulher 1	Sim	Sim	Tráfico e associação	10 anos, 2 meses e 15 dias	33 anos
Mulher 2	Sim	Sim	Tráfico	15 anos	34 anos
Mulher 3	Sim	Não	Tráfico	9 anos e 11 meses	38 anos
Mulher 4	Sim	Não	Estelionato, formação de quadrilha	23 anos	33 anos
Mulher 5	Sim	Não	Latrocínio	31 anos	32 anos
Mulher 6	Sim	Sim	Homicídios	66 anos	46 anos
Mulher 7	Sim	Sim	Roubo e furto	7 anos e 20 dias	34 anos
Mulher 8	Sim	Não	Estelionato	5 anos, mais uma provisória	49 anos
Mulher 9	Sim	Sim	Tráfico e associação	9 anos e 11 meses	41 anos
Mulher 10	Sim	Sim	Tráfico, transporte público e fora do Estado	7 anos, 9 meses e 18 dias	29 anos
Mulher 11	Sim	Sim	Latrocínio	Sem julgamento	31 anos
Mulher 12	Sim	Não	Tráfico, roubo e latrocínio.	28 anos	26 anos
Mulher 13	Sim	Sim	Latrocínio	24 anos	24 anos
Mulher 14	Sim	Não	Homicídio do filho	Ainda sem condenação	28 anos
Mulher 15	Sim	Sim	Estupro do filho	21 anos	31 anos
Mulher 16	Sim	Sim	Homicídio e tráfico	14 anos e 8 meses	29 anos

Mulher 17	Sim	Não	Tráfico	3 anos e 4 meses	22 anos
Mulher 18	Sim	Não	Tráfico	Provisória	21 anos
Mulher 19	Sim	Não	Tráfico	6 anos	55 anos
Mulher 20	Sim	Não	Tráfico	5 anos e seis meses	52 anos
Mulher 21	Sim	Sim	Estupro	35 anos	31 anos
Mulher 22	Sim	Não	Estupro dos filhos e conivência de estupro	37 anos	32 anos
Mulher 23	Sim	Sim	Tráfico	Provisória	21 anos
Mulher 24	Sim	Sim	Tráfico	Provisória	28 anos
Mulher 25	Sim	Sim	Tráfico	Provisória	34 anos
Mulher 26	Sim	Não	Tráfico e assalto a mão armada	11 anos e 8 meses	52 anos
Mulher 27	Sim	Não	Estupro e atentado violento ao pudor	24 anos	37 anos
TOTAL	27				

Temos na tabela 2 a identificação das mulheres a partir da enumeração das entrevistas, se foi vítima de violência (que foi separado em violência de vários tipos e violência sexual), tipo de crime cometido, a pena imputada e a idade. Nota-se que todas sofreram algum tipo de violência na vida e 14 delas violência sexual. Em relação ao crime cometido obtivemos a liderança do tráfico de drogas, sendo 16 mulheres, seguindo empatados os crimes de latrocínio e estupro com 4 mulheres cada, homicídio foi cometido por 3 mulheres ficando empatado com roubo e furto, também com 3 mulheres e, por fim, estelionato com 2 mulheres. Importante ressaltar que, em alguns casos, uma mulher cometeu mais de um crime. Sobre os crimes cometidos, aqui apontados, estão apenas os que elas relataram em entrevista, entretanto, na ficha penal, em alguns casos, constam vários outros delitos.

4.2 Contextualização

4.2.1 Contextualização das mulheres participantes

Este material foi organizado pela pesquisadora com o intuito de ilustrar a vida de cada mulher entrevistada. Trata-se de um resumo da coleta de dados para que os leitores tenham uma melhor compreensão dos fatos ocorridos na vida delas.

4.2.1.1 Mulher 1.

A Mulher 1 tem 33 anos, estudou até a 5ª série, tem como profissão costureira e operadora de máquinas industriais, declara ter a cor da pele negra, é separada e tenta manter um novo relacionamento, tem 4 filhos e cumpre pena de 10 anos, 2 meses e 15 dias por tráfico e associação para o tráfico. Sobre a infância conta que apanhou muito, que o pai batia como fio de luz e um dia bateu tanto que ela ficou toda retalhada. Num outro episódio ela ficou dois dias em cima da laje para não apanhar mais. A mãe batia mais de mangueira. Os irmãos também apanhavam, mas o pai tinha preferência por um deles e ela ficava com ciúmes. O pai abusou sexualmente dela quando criança, ela contou para a mãe, que não acreditou. Depois foi abusada sexualmente pelo compadre da mãe e por um tio. Ficou grávida de um rapaz aos 14 anos e o pai a expulsou de casa. Foi morar numa praça, com a criança nos braços, passou muita fome. Depois foi trabalhar como doméstica para um casal e foi abusada sexualmente pelo patrão. Passou por mais três relacionamentos diferentes e teve mais 3 filhos, um com cada pai. Começou a trabalhar numa empresa, teve um problema, mas ela não se lembrava exatamente o que aconteceu e por isso foi aposentada. Depois teve mais um relacionamento afetivo e experimentou pitilho¹, e ficou dependente do crack. Posteriormente envolveu-se com um traficante de drogas, sofreu muito, apanhava

¹Pitilho: um cigarro contendo maconha e crack. Trata-se de uma substância mais tóxica e agressiva que a cocaína. Também conhecida por “piti”

bastante e foi presa por tráfico de drogas. Relata que é muito sofrido viver na prisão, que já foi para o isolamento e que jogaram *spray* de pimenta em seu rosto. Conta também que já engravidou e abortou durante o cumprimento da pena. Afirma que há alguma solidariedade entre algumas apenadas, mas, na maioria dos casos, há muita hostilidade. Deseja, ao sair da cadeia, ajoelhar-se diante dos filhos e pedir perdão. Tem o sonho de estudar cadáveres e diz que vai fazer de tudo para realizá-lo.

4.2.1.2 Mulher 2.

A Mulher 2 tem 34 anos, declara não ter profissão, não ter religião fixa, ser parda, ter estudado até a 5ª série, estar amasiada com um presidiário, tem 4 filhos e cumpre pena de 15 anos por tráfico de drogas. Sobre a infância conta que apanhava muito da mãe e da irmã. Apanhava de palmatória, vara de fedegoso² de goiabeira. Uma vez a mãe jogou-lhe um espeto que furou a sua perna. Começou a trabalhar aos 11 anos, quando foi estuprada pelos patrões. Não contou para os pais e fugiu para outro Estado, nesse período passou muita fome e muito frio. Depois resolveu voltar para casa, contou o ocorrido para a mãe, mas começou a ser maltratada por todos os familiares. O único que lhe dava um pouco de atenção era o pai. Saiu novamente de casa e, segundo seus relatos, começou a se prostituir e a roubar. Teve o primeiro filho aos 15 anos. O período seguinte foi marcado por espancamentos de homens, de traficantes e violências diversas. Na rua levou 3 tiros, uma das balas ainda está alojada na sua cabeça. Descobriu que era filha adotiva e conta que isto serviu para que ela sentisse ainda mais revolta com a vida. Conta que tem inúmeras passagens pela polícia, sendo que a somatória das penas chega a 148 anos. O promotor público unificou todas as penas em 15 anos. Afirma que a vida dentro da prisão é um pesadelo e sua agressividade serve

² Fedegoso: Planta anual, perene subarabustiva, lenhosa, encontrada em pastagens e nas margens de estradas. Também conhecida como “ balambala, café-negro, folha-do-pajé, fedegoso-verdadeiro, ibixuma, lava-prato, mangerioba, mamangá, mata-pasto ou maioba.”

como defesa. Conforme relatou, é aidética, epilética e dependente química. Disse que já fumou todas as teias de aranha da cela e todo o cabo do rodo. Pretende vender os cabelos para comprar alguns cigarros. Deseja que a mãe se aposente, mas diz não ter nenhuma esperança no futuro. Ela afirmou que lamenta por não ter nada de bom para contar.

4.2.1.3 Mulher 3.

A Mulher 3 tem 38 anos, afirma que a profissão é do lar, estudou até a 8ª série, declara ter a cor da pele parda e acreditar em Deus, está casada pela segunda vez, teve 3 filhos e cumpre pena de 9 anos e 11 meses por tráfico de drogas. Sobre a infância, conta que foi tranquila, os pais não deixavam faltar nada dentro de casa. Conta que levava água e comida na roça, fazia os serviços domésticos e, quando ela fazia alguma coisa errada apanhava de vara³. Aos 15 anos começou a trabalhar como empregada doméstica e teve seu primeiro envolvimento afetivo. Teve o primeiro filho aos 21 anos e perdeu um casal de gêmeos durante a segunda gravidez. Depois vieram mais dois filhos. Passou por várias profissões até que, ao se tornar manicure, envolveu-se com as drogas. Ela fazia as unhas das prostitutas que usavam drogas e ofereceram para ela. Começou a traficar para pagar pelo consumo próprio de cocaína. Certa vez, quando policiais a pegaram traficando, fizeram-na engolir toda a droga. Ela passou muito mal por causa disso, foi presa, teve câncer de colo de útero, afirma ter sarado do câncer, mas não consegue se livrar da dependência química. Já adquiriu dívida na cadeia em virtude dessa dependência e já apanhou por não conseguir pagar. Afirma que não é traficante e sim dependente e precisa de tratamento. Sonha em se livrar da dependência e não perdeu a esperança de uma vida melhor. Relatou que tem um propósito divino para o fato dela ainda estar viva.

³Vara: haste longa e flexível proveniente de plantas cortada em alguns centímetros de modo a compor uma espécie de chicote.

4.2.1.4 Mulher 4.

A Mulher 4 tem 33 anos, tem como profissão técnica de informática, completou o ensino médio, está no segundo casamento, tem 3 filhos, faz questionamentos sobre Deus, afirma ter a cor da pele branca e cumpre 23 anos de prisão por estelionato e formação de quadrilha. Quanto à infância diz ter sido péssima e muito sofrida. Havia discriminação racial do avô paterno em relação à mãe dela. Conta que foi retirada da mãe e que era muito maltratada pelas tias. Afirma que nunca entendeu o porquê de não poder ver a mãe e sofreu muito com essa situação. Diz que o pai era ausente em relação a ela, mas batia muito nos irmãos, a ponto de ela ficar sem falar com o pai por esse motivo. Sentiu-se abandonada pelo irmão mais velho quando este fugiu de casa. Aos 17 anos também resolveu fugir de casa e casou-se para se livrar da situação em que vivia. Teve um filho aos 19 anos, separou-se, teve outro relacionamento amoroso com um homem casado. Desse relacionamento nasceu outro filho, separou-se e ficou materialmente em condições precárias. Voltou a relacionar-se com o pai do primeiro filho, porém este começou a rejeitar o segundo filho. Separou-se novamente, teve um terceiro relacionamento afetivo e um terceiro filho. O pai da criança, mais tarde, foi morto pela polícia durante um assalto que ele estava cometendo. Começou a trabalhar com uma facção criminosa, envolveu-se com o estelionato, falsidade ideológica e formação de quadrilha. Afirma que era fascinante envolver-se com milhões de reais e com tudo o que o dinheiro pudesse comprar. Chegou ser presa, mas a facção colocou a cadeia abaixo para resgatá-la. Afirma que já fez muito acerto com policiais para que liberassem seus parceiros da prisão. Até que um dia foi presa pela polícia federal. Afirma ser a prisão uma faculdade do crime e que cadeia não recupera ninguém. Sofreu com as colegas de cela e com a punição de ficar no isolamento, caracterizado por ela

como um lugar nojento e cheio de bichos. Quando sair da prisão, sonha em continuar o relacionamento com o atual companheiro.

4.2.1.5 Mulher 5.

A Mulher 5 tem 32 anos, cursou até o 1º ano do ensino médio, era doméstica, tem 2 filhos, está no terceiro relacionamento afetivo e cumpre pena de 31 anos por latrocínio e dois assaltos a mão armada. Afirma que apenas ora e não tem religião definida. Diz ter a cor da pele morena. Sobre a infância diz que tinha uma mãe, um pai e uma casa. Foi filha única por um tempo, os pais eram garimpeiros e quando iam para o garimpo, levavam-na junto. Conta que, para que ela ficasse quietinha num lugar, enterravam-na na areia, deixando apenas as mãozinhas e a cabecinha de fora. Depois, quando os outros filhos nasceram, era ela quem cuidava dos irmãos e da casa, aos 7 anos já fazia todos os serviços domésticos. Trabalhou como babá numa casa de família dos 09 aos 14 anos. Em seguida resolveu ir morar em outra cidade e conheceu o primeiro companheiro. Desse relacionamento nasceu o primeiro filho. Separou-se e teve outro filho com outro companheiro. Separou-se novamente e conta que não quer ter mais filhos. Relatou que, como estava passando por dificuldades financeiras, passou a fazer assaltos a mão armada e, no último, duas pessoas morreram. Relatou ainda que a vida dentro da prisão é muito difícil, tem parente policial e, por isto, vive no seguro⁴. Afirma que a única punição que sofreu até hoje foi por porte de celular dentro da cela, mas que isto não tem jeito. Reclama que trabalhou, mas que sumiram com a pasta que continha documentos comprobatórios de remissão de pena⁵. Também reclama da direção em virtude de proibir algumas visitas. Afirma saber que, quando sair da prisão, será mal

⁴ Seguro: espaço dentro da penitenciária onde ficam as presas que correm algum risco de vida ou de integridade física. Geralmente por terem cometido crimes hediondos ou por serem parentes de policiais ou qualquer pessoa ligada à justiça

⁵ Segundo a Lei de Execução Penal, o apenado que estiver cumprindo pena no regime fechado ou semiaberto poderá, pelo trabalho, remir (descontar) parte do tempo de execução dessa pena. Para cada três dias trabalhados, a pena do preso será reduzida em um dia.

vista pela sociedade, mas quer dar um futuro melhor para os filhos, quer fazer artesanato e morar com o atual companheiro.

4.2.1.6 Mulher 6.

A mulher 6 tem 46 anos, cursou até a 8ª série, tem como profissão cozinheira, é viúva, tem 5 filhos e durante a prisão adotou mais 2 como seus, afirmou que tem 141 homicídios declarados e que sobre os outros ela não gosta de falar, cumpre pena de 66 anos. Ela fala que, embora seja descendente de índios, a cor da sua pele é branca. Diz que se tornou evangélica dentro do presídio, em virtude de um grupo denominado Resgatando Vidas. É a presa mais antiga do Estado de Mato Grosso, passou por diversas penitenciárias do Brasil e está há 23 anos dentro do sistema penitenciário. Sobre a infância conta que nasceu na beira de um rio, em parto de cócoras e o primeiro banho foi gelado, diz que os índios não têm amor pelos filhos. Se ela chorava, a mãe a afogava no rio, quando ela estava quase desfalecida, a mãe a retirava da água. Nessa circunstância a mãe fazia isto porque estavam fugindo de soldados que saqueavam a região em que esse povo morava. Diz que até os 4 anos lembra de muito tiro, muito sangue e aldeia queimada. Aos 4 anos e meio foi adotada por uma família que vivia numa reserva e que escolarizava povos indígenas. Nessa época seu nome foi trocado. Dentre outras coisas, lembra que, certa vez, amarrou palha no rabo de um gato e pôs fogo, o gato saiu pulando pela roça, o fogo se alastrou e o pai, que a adotara, quase morreu carbonizado. Nesse dia ela levou uma grande surra de vara de marmelo. Com esta família ela diz ter aprendido que homem deve ter só uma mulher. Entretanto ela não gostaria que o pai escolhesse um marido para ela, então fugiu aos 10 anos com um homem. Conta que, quando teve a primeira relação sexual, ainda não tinha menstruado. Perdeu o primeiro filho durante a gestação. Depois foi tendo filhos, até que o marido foi assassinado. Relata que resolveu matar os assassinos do marido, foi presa e entrou na

cadeia matando para sobreviver. Conta que, quando ficou doente dentro do presídio, as pessoas cuidaram dela e fizeram orações, o que muito a emocionou. Foi dentro do presídio que resolveu adotar como filhos duas crianças que eram filhos de outra detenta. Como a mãe estava presa e era dependente química, as crianças passavam por muitas necessidades, e o dinheiro que ela ganhava dentro do presídio mandava para ajudar no sustento dos dois. Um desses filhos a visita com frequência. Relata que o presídio é um ambiente hostil e que ocorre, dentro dele, muita violência, especialmente correlacionada ao uso de drogas. Afirma não saber ao certo o que vai fazer quando sair da prisão, porque a vida que ela tinha antes de ser presa ela não tem mais, não viu os filhos biológicos crescerem, eles não se comunicam nem por cartas e a casa em que morava já não é a mesma. Mas quer seguir os caminhos do Senhor e continuar a evangelização.

4.2.1.7 Mulher 7.

A Mulher 7 tem 34 anos, ensino médio completo, profissionalmente trabalhou como empregada doméstica e cortadora de cana. Diz que foi amasiada e hoje está sem nenhum relacionamento afetivo. Tem filhos, é evangélica, mas declara que de vez em quando tem recaídas porque usa droga. Diz não saber qual é a cor da sua pele, se é morena ou preta, mas acha que na cadeia todo mundo fica amarelo. Afirma que não cumpriu as penas que lhe foram imputadas anteriormente no regime semiaberto e que tem 148 passagens pela polícia, todas relacionadas a roubo e furto. Atualmente cumpre 7 anos e 20 dias por assalto e assalto com arma de fogo. Quando se lembra da infância, diz que o passado é complicado. Os pais se separaram e ela ficou com a avó até os 10 para 11 anos. Nessa época a mãe a levou para morar com o atual companheiro dela. Essa pessoa a violentou e quando contou para a mãe, esta não acreditou, deu-lhe uma surra e a mandou embora de casa. O irmão, mais tarde, matou esse estuprador por vingança. Conta que ele não foi preso porque era não tinha maioridade penal. Aos 15

anos fugiu da casa da avó com um homem de 36 anos. Ele era grileiro e matador de aluguel, com o qual ela aprendeu a atirar. Afirma não ter lembrança boa. Narrou a violência que existe dentro das celas e disse que muitas vezes as presas apanham e nem os Direitos Humanos ficam sabendo. Segundo ela apenas sair da cadeia sem tratamento para a dependência de drogas não adianta. Deseja que os filhos tenham um futuro melhor que o dela e espera que eles estudem.

4.2.1.8 Mulher 8.

A Mulher 8 tem 49 anos, pós-graduação, é viúva, foi coordenadora pedagógica, tem 9 filhos, passou por 2 casamentos e hoje mantém um relacionamento afetivo. Acredita em Deus e declara ter a cor da pele branca. Está presa provisoriamente por estelionato. Sobre a infância lembra-se apenas de que os pais se separaram logo que ela nasceu, foi criada pela avó e pela tia, que não a deixavam ver o pai. Só foi vê-lo quando tinha 7 anos e os familiares falaram que ele não tinha boa reputação. Depois só ficou sabendo que ele havia morrido e nada mais. Lembra-se de tumulto e muitas brigas da mãe com a avó. Não passou por dificuldades financeiras e materiais. Aos 10 anos foi mandada para um colégio interno e quando voltou, aos 15, casou-se e teve hemorragias em virtude da primeira relação sexual. Conta que passou por inúmeras gravidezes porque não tomava anticoncepcional. Perdeu um casal de gêmeos durante a segunda gestação. Certa vez deu um dos filhos para um casal, sem ao menos ver a criança. Os dois primeiros casamentos foram perturbados, especialmente o segundo, no qual ela apanhou muito. Falou da violência que existe dentro da cadeia e afirmou que é o pior lugar da terra. Elegeu o convívio entre as detentas como o fator mais difícil de suportar. Em virtude de tudo que passou, a sua saúde foi abalada e sofre de depressão. Logo que sair da prisão, quer trabalhar e entrar para a igreja evangélica.

4.2.1.9 Mulher 9.

A Mulher 9 tem 41 anos, ensino médio completo, é separada, exerceu a função de salgadeira e merendeira, teve 3 filhos e cumpre 9 anos e 11 meses por tráfico de drogas e associação para o tráfico. Afirma que participa de todas as religiões. Declara que, apesar de estar escrito em seu registro que ela tem a cor parda, ela se acha branca. Sobre a infância conta que era uma criança muito doente, foi desenganada pelos médicos e uma madrinha a criou até os 10 anos. O pai era alcoólatra e batia muito na mãe, que então optou pela separação. Quando a mãe casou-se novamente e engravidou, tirou-a da casa da madrinha e levou-a para morar com ela e o padrasto. A Mulher 9 passou a cuidar de uma irmã recém-nascida e dos demais irmãos. Ela e as irmãs foram violentadas pelo padrasto. Ela resolveu fugir de casa aos 13 anos, morou um pouco com a avó, um pouco com uma tia e aos 17 anos foi morar sozinha. A filha do padrasto foi violentada por um desconhecido quando completou 7 anos de idade e quase morreu, o que lhe deixou uma lembrança muito triste. Afirma que não teve adolescência, que foi muito xingada e maltratada pelo pai dos filhos. Na cadeia diz que tem bom relacionamento e que nunca foi acusada de ter cometido infrações dentro da prisão pelos administradores. Espera que os filhos façam curso superior e quando ganhar a liberdade, deseja trabalhar com a venda de salgados.

4.2.1.10 Mulher 10.

A mulher 10 tem 29 anos, estudou até a 5ª série do ensino fundamental, foi traficante de drogas, já foi casada, tem 4 filhos, cumpre 7 anos, 9 meses e 18 dias de pena por tráfico de drogas, associação para o tráfico e tráfico de drogas em transporte público. Não tem religião, mas acredita em Deus. Afirma que a cor da pele era morena, mas hoje ela se vê como parda. Caracteriza a infância como cruel, foi abandonada pelos pais aos 3 anos de idade, quando os avós passaram a cuidar dela. Afirma que apanhou muito dos tios, de chinelo e de cinto. Aos 11 anos soube que quem cuidava dela não

eram os seus pais biológicos e fugiu de casa. Começou a traficar drogas e aos 12 anos comprou sua primeira casa, o primeiro automóvel e pagou para cursar até a 5ª série. Aos 15 anos engravidou e teve sua primeira filha aos 16 anos. Só voltou a ver o pai biológico aos 18 anos e ganhou na justiça o direito de retirar o sobrenome dele e de alterar o seu próprio nome na certidão de nascimento, afirmando que o mais importante ela não tinha recebido: amor de pai. Mas cuidou dele até a morte e pagou o enterro com o dinheiro advindo do tráfico de drogas. Quanto à mãe biológica, ela afirma ter reencontrado na prisão e ambas cumprem pena no mesmo presídio. Afirma que a mãe também a renegou. Agora ela quer retirar também o nome da mãe dos seus documentos. Quando a polícia a flagrou traficando, apanhou muito e possui a orelha mutilada em virtude desse espancamento. Quando sair da prisão, quer comprar uma casa e um cilindro para fazer salgados. Gostaria que os filhos tivessem uma vida diferente do que ocorreu com ela.

4.2.1.11. Mulher 11.

A Mulher 11 diz que está terminando o ensino médio dentro da prisão, tem 4 filhos, ainda não possui condenação pelo crime de latrocínio e que era do lar. Afirmou que religião para ela é a ciência e que tem a cor da pele parda. Sobre a infância relata que foi abusada sexualmente pelo próprio pai desde os cinco anos de idade. A primeira filha, que ela teve aos onze anos, é fruto desse abuso. A menina foi registrada como filha do pai e da mãe da apenada. A Mulher 11 dá bastante ênfase a este fato e diz que isto foi uma traição que fizeram com ela. Ela fala que teve a infância roubada e que este será o título do livro que pretende escrever. Conta que apanhou muito, especialmente do pai, que, enquanto batia nela, rasgava-lhe a roupa e mordía-lhe o bico dos seios. Disse que fugiu de casa aos 12 anos e passou sustentar-se com a prostituição. Nessa época o Conselho Tutelar a internou num complexo para menores de idade. Ela conta que lá

sofreu violência e foi abusada sexualmente mais uma vez. Continuou a adolescência sofrendo com a dependência química e usando a prostituição e furtos para comprar drogas. Nesta fase da vida conheceu o pai das suas outras 3 filhas, das quais uma foi abusada sexualmente e ela matou o abusador, deixando uma foto da filha em cima da mão do cadáver. Mais tarde, ainda envolvida com a dependência química, afirma que o pai criou uma situação para que ela fosse presa porque ele queria ficar com um terreno que seria herdado por ela. Conta que foi incriminada injustamente pelo latrocínio de um taxista. Também conta que a vida dentro da prisão é muito difícil e que já sofreu violência dentro da cela. Afirma que tem epilepsia, hipertensão, diagnóstico de esquizofrenia e toma remédio controlado. Mantém um relacionamento homoafetivo dentro da prisão, e diz que não pretende mais se relacionar sexualmente com homem. Sonha em ser escritora e em cozinhar num restaurante. Também gostaria de uma vida melhor para os filhos, mas está bastante preocupada porque uma das crianças está sendo cuidada por um projeto social e as outras duas estão num complexo para menores, sendo que uma delas já cometeu assassinato.

4.2.1.12 Mulher 12.

A Mulher 12 tem 26 anos, estudou até a 5ª série, é divorciada, tem 3 filhos, era do lar, está sentenciada a 28 anos por roubo seguido de morte e tráfico de drogas. Diz ter a cor da pele parda e pertencer à religião evangélica. Diz ser fruto de uma violência, a mãe foi abusada sexualmente pelo próprio pai aos 17 anos. Cumpre pena por roubo seguido de morte. Tal episódio trata-se do assassinato do pai biológico, que é também avô biológico e socialmente tratado de avô. A Mulher 12 conta que foi registrada como filha da avó e não aparece na certidão de registro o nome do pai, fato pelo qual ela dá graças a Deus. Sobre este assunto nunca conversou com a mãe e diz que não sabe quem são os pais dos seus irmãos, pois a mãe teve inúmeros companheiros sexuais. A mãe

não ouve nem fala. Sobre a infância relata que não foi boa, não tinha afeto, apanhava muito, de cinto, de corda, de vara e ficava de castigo num canto, com o rosto virado para a parede. Fugiu de casa aos 15 anos e com 16 casou-se no civil. Disse que se casou com a intenção de deixar para trás tanto sofrimento. Ela sonhava com a liberdade, porém não foi isto que aconteceu, pelo contrário, relata que houve mais 3 anos de sofrimento, pois o marido era extremamente agressivo, por isso separou-se. Agora tem um namorado que vem visitá-la no presídio regularmente. Ela sonha em casar-se com ele, com uma cerimônia bem bonita na prisão. Quanto à vida dentro da prisão não quis responder. Depois que ganhar a liberdade, pensa em ter uma casa e morar com o atual companheiro e com o filho caçula. O pai do filho caçula está foragido da justiça e ela tem medo de ele raptar a criança. Disse que falar do passado é algo muito difícil.

4.2.1.13 Mulher 13.

A Mulher 13 tem 24 anos, estudou até o segundo ano do ensino médio, exerceu a profissão de camareira e babá, tem um filho e cumpre pena de 24 anos por latrocínio. Diz que é bem morena, acredita em Deus e gostava muito da igreja Assembleia de Deus. Dos relatos que faz da infância lembra-se das muitas surras de cinto que tomou da mãe, que a deixava de castigo e não a deixava brincar. Lembra que quase foi violentada pelo pai, contou para a mãe, que não acreditou. O pai sempre a olhava tomar banho e a tratava muito mal. Em virtude disso resolveu sair de casa aos 14 anos, foi morar com um rapaz de 17 anos. Passavam muita fome. Teve um filho aos 15 anos e se separou do companheiro. Começou a namorar um preso e ambos programaram um assalto no local em que ela trabalhava, duas pessoas morreram em virtude disto. Fala das dificuldades da prisão, de ser privada de muitas coisas, mas conseguiu fazer um curso de computação e trabalha fora do presídio durante o dia. Ela disse que chora quando passa e vê o rumo da casa dela. Sonha em sair do presídio para cuidar do filho, do pai e da mãe.

4.2.1.14 Mulher 14.

A mulher 14 tem 28 anos, concluiu o ensino médio e é gari. É divorciada e teve 3 filhos, é acusada de ter assassinado um deles e de tentativa de assassinato dos outros dois. É evangélica e tem a cor da pele negra. Ainda não passou por audiência. A mãe batia muito nela, quando começava a bater não parava mais, às vezes apanhava com 3 cipós. Depois descobriu que era filha adotiva e que tinha sido roubada do hospital. Soube que os pais adotivos também tinham roubado uma segunda menina que chegou a morar na casa deles, mas depois a mandaram embora. Apanhou tanto que resolveu sair de casa aos 15 anos e foi morar com um rapaz, que batia muito nela, chegou a enfiar uma faca na sua cabeça e quebrou-lhe o nariz. Eles se separaram. Arrumou outro namorado e, nessa época, afirma ter trocado o vidro de remédio pelo vidro de veneno, que deu para os 3 filhos, levando um deles a óbito. Tem um relacionamento afetivo com uma companheira de cela e diz ser hoje uma pessoa mais corajosa, embora a prisão seja um ambiente hostil. Pretende rever os filhos e voltar para a igreja.

4.2.1.15 Mulher 15.

A mulher 15 tem 31 anos, é faxineira, estudou até a segunda série primária, relata que já foi amasiada e que tem 5 filhos. Afirma ter cor da pele morena. Acredita em Deus, é evangélica, mas não praticante. Cumpre 21 anos de prisão por estupro dos filhos. Foi abusada sexualmente pelo padrinho entre os 7 e os 8 anos. Relatou que possui a vagina rasgada e que o corte encosta quase no ânus. Apanhava muito da mãe e fugiu de casa aos 11 anos com um rapaz que tinha 17. Apanhava dele todos os dias. Depois foi morar com outra pessoa que abusou sexualmente do seu bebê. Ele também batia muito nela, mantinha relações sexuais à força e quebrou-lhe um dente com um soco no rosto. Relata o sofrimento de viver na prisão. Sonha em ser muito feliz, ter uma

casa para morar com todos os filhos e deseja que eles estudem. Também afirmou que deseja voltar a frequentar a igreja.

4.2.1.16 Mulher 16.

A Mulher 16 tem 29 anos, é doméstica e estudou até a 5ª série, tem 4 filhos e cumpre 14 anos de prisão por um homicídio e tráfico de drogas. Acredita em Deus. Define a cor da pele como negra. Fala que a infância não foi boa, a mãe batia-lhe muito, já chegou a quebrar um pau de vassoura nas suas costas. Ela passou muita fome, foi abusada sexualmente por um conhecido da família quando tinha 13 e 14 anos. Afirma não ter lembrança boa. Perdeu o pai com 10 anos e engravidou com 14. Conta que o irmão a obrigava a se prostituir para comprar alimentos. Acabou dando a filha porque não tinha condições de sustentá-la. Os outros ela entregou para o pai, mas ficou sabendo dentro da prisão que estão no abrigo, porque sofreram maus-tratos e foram abusadas sexualmente. Enquanto vivia com o companheiro, sofreu violência doméstica. Hoje tem um relacionamento afetivo com uma companheira de cela. Não tem sonhos para o futuro.

4.2.1.17 Mulher 17.

A mulher 17 tem 22 anos, estudou até o primeiro ano do ensino médio. Disse que é manicure, amasiada e tem 2 filhos, um do primeiro relacionamento e outro do atual companheiro. É evangélica, mas saiu da igreja há 3 anos. Afirma ter a cor da pele parda. Foi presa por tráfico de drogas e cumpre uma pena de 3 anos e 4 meses. Quando o pai ia bater nela, explicava primeiro o porquê de ela apanhar. Ele sempre batia com vara de amora porque é cheia de caroço e dói demais. No filho que está com ela na prisão ela não bate, porque ele, preso com ela, está pagando por uma coisa que não fez. Dentro da cela já teve briga, ela bateu e apanhou. Entrou para o tráfico quando o marido foi preso e ela teve que sustentar a casa. Fala que, dentro da cadeia, umas pessoas têm

algumas coisas para comer e outras não e quem tem não reparte. Acha que todas as mães que têm filhos deveriam ser soltas Preocupa-se com filho sendo criado dentro do presídio. Afirma que agora olha para o filho e, como mãe, pensa quantas vidas destruiu. Quer voltar para a casa e rever a filha.

4.2.1.18 Mulher 18.

A mulher 18 tem 21 anos, é profissional do sexo, estudou até a 8ª série, é solteira e tem 2 filhos. Foi presa por tráfico de drogas, mas está em regime provisório. É evangélica e declara ser branca. Diz que a infância foi péssima, não tem nada a reclamar do pai, mas a mãe a fez sofrer muito, apanhou demais e quase teve arrancados todos os cabelos da cabeça. Em virtude dos maus-tratos resolveu ir morar sozinha aos 13 anos. Nesta idade sofreu exploração sexual comercial. Também se lembrou de que, nesta época, levou uma facada no braço. Engravidou aos 16 anos e voltou para a casa dos pais. Os maus-tratos continuaram. Sempre achou que não era filha legítima do pai e supõe que esta seja a explicação da falta de amor da mãe por ela. Fica inconformada com as injustiças que vê dentro da cadeia. Sonha em reaver os filhos quando sair da prisão. Pretende se livrar da dependência química e servir a Deus.

4.2.1.19 Mulher 19.

A Mulher 19 tem 55 anos, estudou até a 8ª série e é comerciante. Acredita em Deus. Não define a cor da pele, acha que deve ser parda. É separada, tem 2 filhos e cumpre pena de 6 anos por tráfico de drogas. Diz ter uma infância tranquila, mas apanhava muito de couro de boi quando fazia coisa errada. Ela e os irmãos trabalhavam na roça e espantavam passarinhos a semana inteira; no final de semana iam para a casa da avó. As crianças eram frequentemente chamadas de preguiçosas e relaxadas. Hoje diz ter consciência de que até xingar é violência, quando transportava droga achava que aquilo não era violência. A primeira vez que traficou foi por necessidade financeira,

pois precisava pagar o aluguel. Depois porque queria ganhar mais dinheiro. Acha o convívio entre as pessoas na prisão muito difícil, porque são pessoas diferentes, com educação diferente. Deseja montar um criadouro de peixes quando sair da prisão.

4.2.1.20 Mulher 20.

A Mulher 20 tem 52 anos, concluiu o curso de magistério do ensino médio e teve 3 filhos. Teve como profissão alfabetizadora e cafetina. Quanto à cor da pele, diz que é parda, os braços são mais escuros e as pernas são brancas. Casou-se pela primeira vez aos 15 anos, separou-se e viveu amasiada com outra pessoa por 8 anos. É evangélica e diz ter o dom da profetização. A dependência da cocaína e do crack levaram-na a perder a guarda dos filhos, ao tráfico de drogas e à prisão. Foi condenada a 5 anos e seis meses. Conta que a mãe era prostituta e tentou matá-la quando nasceu. Foi criada pela avó. Apesar dos cuidados da avó, lembra-se da estupidez da mãe e acha que ela tinha problemas mentais e espirituais. Conheceu o pai com 6 anos de idade e depois que ele morreu, a mãe disse que o pai era outro, um cigano. Ela sofria muito com essa situação. Outro relato de dor e sofrimento foi o assassinato da filha. Enquanto era casada, sofreu violência doméstica. Na época em que vendia drogas, sofreu um assalto e foi duramente espancada. Narrou também a violência sofrida na prisão e que demorou 12 dias para ter o direito de tomar o primeiro banho. Depois que começou a profetizar com a Bíblia, a vida dentro da prisão melhorou. Tem o desejo de ganhar a liberdade e fazer a diferença no mundo; quer dar amor aos filhos e encontrar uma forma para ajudar as pessoas a não usarem drogas.

4.2.1.21 Mulher 21.

A Mulher 21 tem 31 anos, estudou até a 5ª série, é divorciada e cumpre pena de 35 anos por estupro e atentado violento ao pudor dos filhos. É evangélica, mas não praticante. Diz estar branca e amarela, mas a cor da pele é morena. Quando fala da

infância, relata muitas surras que a mãe dava nela e do abuso sexual que sofreu por parte do pai. Contou que a sua mãe dela foi abusada sexualmente na infância. Aos 13 anos a mãe quase a matou a pauladas. Fugiu de casa aos 14 anos e foi viver com um rapaz, com que teve dois filhos, separou-se, amasiou-se com outro que abusou sexualmente das suas filhas. Enquanto foi casada, sofreu violência doméstica. Na prisão vive um relacionamento afetivo com uma companheira de cela e diz ser a melhor fase da sua vida. Faz muitas reclamações da prisão, diz que não toma sol e é um ambiente muito fechado. Além disso, existem conflitos nos relacionamentos entre as presas. Deseja ficar ao lado da atual companheira depois que sair da prisão e quer fazê-la feliz.

4.2.1.22 Mulher 22.

A Mulher 22 tem 32 anos, estudou até a 5ª série, é de religião evangélica e do lar. Declara ser morena, tem 2 filhos e cumpre 37 anos de prisão por estupro e atentado violento ao pudor dos filhos. Quando tinha 9 para 10 anos os pais se separaram e, depois disso, raramente viu o pai. Diz que, quando criança, apanhava da mãe com vara. Dos 10 aos 12 anos trabalhou de faxineira num hotel, depois continuou trabalhando até ir presa, aos 25 anos. Enquanto vivia com o pai dos filhos, sofreu violência doméstica e afirma que não sabia que aquilo que vivenciava era violência. Na prisão faz faxina e é integrante do grupo heroínas da fé. Teme por sua segurança dentro do presídio e paga um advogado um pouquinho por mês, na tentativa de conseguir um *habeas corpus*. Conta que o sonho dela não acabou: quer sair da prisão, trabalhar e estudar.

4.2.1.23 Mulher 23.

A Mulher 23 tem 21 anos, fez dois semestres do curso de Administração de Empresas, é amasiada e tem um filho, que vive na creche da prisão, cumpre pena provisória por tráfico de drogas. Declara ser morena. Em virtude de muitas brigas, os pais se separaram. Afirma não ter tido infância nem adolescência, apanhava do pai e da

mãe e não podia assistir a outra coisa na televisão que não fossem notícias. Foi estuprada quando criança. A mãe foi presa quando ela tinha 7 anos, o pai se casou novamente e depois ele também foi preso. Ambos por tráfico de drogas. Quando criança tomava conta da casa e dos irmãos para que a mãe adotiva dormisse tranquila. Diz que é católica e que reza dentro do presídio para aliviar as tensões sofridas no dia-a-dia. Já apanhou dentro da cadeia e diz que teme pela segurança do filho. Também reclama muito da comida na prisão e a falta de espaço para o filho brincar. O pai da criança também cumpre pena por tráfico. Ela diz que sonha com um futuro diferente e melhor para o filho.

4.2.1.24 Mulher 24.

A Mulher 24 tem 28 anos, cursou dois semestres de Publicidade, foi amasiada e tem 1 filho. Define que tem a cor da pele branca, mas que tem sangue de negro. É kardecista. Afirma que vem de uma família muito desunida, teve carinho de alguns familiares, mas sempre sentiu a falta de atenção e de amor por parte da mãe. Diz que a mãe foi uma mulher que pensou única e exclusivamente na carreira. Conta que se prostituiu durante a adolescência e que entrou para o tráfico de drogas, motivo pelo qual foi presa, está no presídio há 9 meses e ainda não sabe sua sentença. Possui dificuldades para falar e engolir, em virtude de um tiro que tomou nas ruas, nesse período sofreu também uma tentativa de estupro. Para ela a vida na prisão é complicada, quando tem revista policial, misturam comida com sabão em pó e as detentas têm muito prejuízo. Faz tatuagens dentro do presídio para ganhar algum dinheiro. Diz que tem o propósito de não usar mais drogas e de não se prostituir nunca mais, afirma ser a prostituição extremamente humilhante. Quando sair da prisão, quer rever o filho e deseja ter uma oportunidade de trabalho.

4.2.1.25 Mulher 25.

A Mulher 25 tem 34 anos de idade, concluiu o ensino fundamental, é divorciada, tem 2 filhos, declara-se como amarela parda e tem a profissão de pedreira. Diz não ter uma religião, mas acredita em Deus. Está presa por tráfico de drogas há 10 meses e afirma que não foi ouvida pelo juiz nem sentenciada. Foi espancada com muita frequência durante a infância pelo pai, que abusou dela sexualmente. Depois sofreu abuso sexual de uma mulher de 29 anos, conhecida da família. Aos 12 anos encostava o sofá na porta de um quarto onde a mãe dormia, para protegê-la do ataque violento do pai. Relata que, se o pai tentasse matar a mãe, ele teria que matá-la primeiro, e que isto daria tempo para a mãe fugir. Teve um casamento conturbado na adolescência e depois da separação o companheiro negligenciou os filhos. Ela, então, passou a usar drogas. Na prisão já sofreu violência por parte da polícia e das companheiras de cela. Diz que o seguro não tem ventilação e falta espaço. Está nesse lugar porque a mãe foi agente prisional por mais de vinte anos. Diz ser a cadeia um lugar muito injusto. Ela mantém um relacionamento afetivo com uma companheira de cela que a salvou quando tentou suicídio dentro da prisão. Quando estiver em liberdade, quer reformar a casa da mãe e morar com ela. Deseja ainda continuar o relacionamento afetivo com a atual companheira.

4.2.1.26 Mulher 26.

A Mulher 26 tem 52 anos de idade, define a cor da sua pele como amarela, é católica, técnica em enfermagem e fez até o terceiro ano do curso de Biologia, tem 2 filhos, separou-se do primeiro marido e é viúva do segundo. Foi presa por tráfico de drogas, associação e transporte de drogas em transporte público. Tem uma condenação de 11 anos e 2 meses. Trabalha dentro do presídio como cozinheira da creche e das pessoas que possuem dieta alimentar. Afirma que o presídio não é lugar para criança. Começou a fumar maconha com 11 anos de idade e, posteriormente, cocaína, heroína,

LSD, ópio e cogumelo. Hoje fuma cigarros de nicotina. Afirma que foi uma criança terrível e que os pais não tinham controle sobre ela, os castigos impostos pelos pais eram burlados por ela, que fugia pela janela. O filho mais velho foi vítima de latrocínio. Afirma ser a cadeia um lugar insalubre, cheio de violência e o isolamento⁶ um lugar nojento e terrível de sobreviver. Sente muita falta das 3 netas e quer revê-las, especialmente de uma que escapa dos castigos impostos pela mãe. Quanto aos desejos futuros espera que, ao sair da prisão, consiga murar a casa onde mora e montar uma distribuidora de gás de cozinha e água mineral.

4.2.1.27 Mulher 27.

A Mulher 27 tem 37 anos, define a cor da sua pele como morena, estudou até o segundo ano do ensino médio, tem como profissão empregada doméstica, tem 3 filhos e foi presa por abuso sexual dos filhos. Ela viveu por quase 13 anos com o companheiro que também participou do crime. Cumpre pena de 24 anos e afirma ser o pai das crianças o único responsável pelo crime. Os filhos mais velhos estão com a sua irmã e o filho caçula encontra-se na casa de apoio. Depois do ocorrido rompeu o relacionamento com o companheiro e atualmente mantém um relacionamento afetivo com um homem que cumpre pena no presídio masculino de Cuiabá. Fala que o relacionamento ocorre através de correspondências levadas pelo pastor de uma igreja evangélica e conta que sua fé em Deus aumentou durante o cumprimento da prisão. Ela faz parte do grupo Heroínas da Fé e trabalha na limpeza da penitenciária. Essa apenas sofreu maus-tratos físicos e psicológicos durante a infância, a adolescência e durante a vida adulta. Na prisão é altamente discriminada pelo crime que cometeu. Sonha com a sua liberdade e a do atual namorado e com a possibilidade de reaver os filhos.

⁶ Isolamento: local de castigo. É destinado a uma presa por um período de tempo como forma de punição por ter cometido uma falta grave. A pessoa fica isolada, sem contato com ninguém. Daí a denominação isolamento

4.3 Resultados das entrevistas advindas do ALCESTE:

Embora as histórias tenham coisas em comum, aglutinam peculiaridades, com base no comportamento, nas ideias, nas emoções e nos sentimentos individuais que torna cada história de vida única.

As análises constituídas a partir das entrevistas resultaram em quatro eixos temáticos, que se desdobraram em Classes explicativas de cada um desses temas:

Tabela 3: Dendrogramas obtidos por meio do ALCESTE

Conjuntos de dendrogramas e classes obtidos por meio da CHD do ALCESTE	
Dendrogramas	Classes
Contexto Social da Infância e da Adolescência e a Maioridade Dentro do Presídio	1.Acontecimentos na infância e o entorno familiar
	2.Fatos da adolescência
	3.A maioridade dentro do Presídio
Repercussões na vida das mulheres apenadas	1.Novas perspectivas de vida
	2.Contestações e códigos de conduta dentro da penitenciária
	3.Vontade de mudança de vida e falta de esperança
	4. Códigos de resistência e elementos para a vida futura
	5. Mudanças de comportamento e de pensamento dentro da prisão
Motivo da pena a ser cumprida	1.As circunstâncias, a identificação dos crimes e o tempo das penalidades
	2.Elementos motivadores para o crime
Organização Social Dentro do Presídio	1.Vivências, reivindicações de direitos e a maneira de lidar com as dificuldades do dia-a-dia
	2.Críticas ao sistema, laços de solidariedade, traços de resistência, e vida sexual dentro do presídio
	3.Convivência social e os momentos antagônicos dentro do presídio
	4. O enquadramento de corpos e mentes, sentimentos e atitudes para a sobrevivência diária.

Por meio da figura, observa-se que os dendrogramas versaram sobre: O Contexto social da infância e da adolescência e a maioridade dentro do presídio, obtendo as seguintes classes: Acontecimentos na infância e o entorno familiar; Fatos na

Adolescência e a Maioridade dentro do presídio. As repercussões na vida das mulheres apenadas, que obteve as seguintes classes: Novas perspectivas de vida, Vontade de mudança de vida e falta de esperanças, Contestações e códigos de conduta dentro da penitenciária, Códigos de resistência e elementos para a vida futura, Mudança de comportamento e de pensamento dentro da prisão e Novas perspectivas de vida. Em seguida o eixo temático denominado Motivo da pena a ser cumprida, que versa sobre As circunstâncias, a identificação dos crimes e o tempo das penalidades e Elementos motivadores para o crime. Por último o eixo temático denominado Organização Social dentro do presídio, que evoca Vivências, reivindicações de direitos e a maneira de lidar com as dificuldades do dia-a-dia; Críticas ao sistema, traços de resistência e vida sexual dentro do presídio; Convívio social e os momentos antagônicos dentro do presídio e Enquadramento de corpos e mentes: sentimentos e atitudes para a sobrevivência diária. A descrição de cada um desses eixos e de suas classes e as discussões em torno dos resultados serão apresentadas em seguida.

4.3.1 Bloco contexto social da infância e da adolescência e a maioridade dentro do presídio.

Este bloco foi chamado de Contexto Social da Infância e da Adolescência e a Maioridade Dentro do Presídio, em virtude de referir-se à infância e adolescência das mulheres que cumprem pena e traz elementos da maioridade dentro do presídio. Este bloco apresenta 27 u.c.i's, que foram submetidas à análise do *software* ALCESTE, com 18.081 ocorrências de palavras, sendo que, dessas, 2.896 consistem em formas distintas, com uma divisão do *corpus* em 420 u.c.e's. O *corpus* foi definido, a partir de uma média ($X = 6$).

Pode-se observar que, após a redução das palavras em suas raízes lexicais, das 2.896 palavras, 429 eram analisáveis e 148 eram palavras instrumentos. As 429 palavras analisáveis ocorreram 29 vezes para definir uma u.c.e. As 420 u.c.e's do *corpus* foram divididas em 3 classes principais, o que corresponde a 60% do aproveitamento total, sendo que a primeira classe teve aproveitamento de 81%, a segunda 10% e a terceira 9%. Os critérios utilizados para determinar o conjunto dos radicais em cada classe foram aqueles que o programa apresenta e consideram as palavras com $\chi^2 \geq 3$, 84.

Classe 1			Classe 2			Classe 3		
<i>Acontecimentos na Infância e o entorno familiar</i>			<i>Fatos da Adolescência</i>			<i>Maioridade no Presídio</i>		
207 u.c.e. = 81% do total			25 u.c.e. = 10% do total			22 u.c.e. 9% do total		
Variáveis descritivas: *escol_1 *idade_1 *duracpen_1 *m_1			Variáveis descritivas: *m_3 *escol_2 *corpele_5 *duracpen_1			Variáveis descritivas: *m_19 *idade_4 *m_18 *corpele_5		
Palavras	X ²	Freq	Palavras	X ²	Freq	Palavras	X ²	Freq
mae	23	109	drog	60	23	xing	54	5
pai	21	109	juiz	40	6	fac	43	4
cas	14	81	rua	37	5	port	43	5
ano	11	116	isolamento	37	4	segur	43	4
irm	9	48	pag	30	6	and	32	3
gost	6	28	cadê	30	7	arm	32	4
coisa	6	35	solt	28	3	agente	32	4
vo	4	24	cocaina	28	3	nel	22	5
med	4	18	dinheiro	22	7	drog	17	8
mor	4	34	jog	19	3	cade	15	5
brig	4	17	reais	18	4	pag	13	4
filh	4	59	amor	16	6	raio	13	2
temp	4	16	trafic	14	5	vai	13	7
separ	4	19	deu	13	11	mat	12	5
filhos	4	20	base	11	2	ach	10	7
criança	4	21	just	11	2	par	10	4
			sexo	11	2	fal	9	14
			resto	11	2	usar	9	2
			escrav	11	2	violencia	9	6
			vai	10	5	vir	6	2
			pedi	7	2	casament	6	2
			usar	7	2	guard	4	2
			pesso	7	4			
			precis	7	2			
			tratamento	7	2			

Figura 1: Dendrograma 1- Contexto social da infância e da adolescência e a maioridade dentro do presídio.

Este bloco foi dividido em 3 classes e nomeadas da seguinte maneira: A Classe 1 foi chamada de Acontecimentos na Infância e o Entorno Familiar, a Classe 2 foi chamada de Fatos da Adolescência, a Classe 3 foi chamada de Maioridade Dentro do Presídio.

Observando-se o Dendrograma 1, verifica-se a subdivisão das Classes em dois eixos, um correspondendo à Classe 1 e o outro composto pela Classe 2 e 3. A Classe 1 encontra-se separada das demais por representar os acontecimentos da infância e o entorno familiar, enquanto que a Classe 2 e 3 estão unidas por representarem um momento da vida mais ligados aos espaços públicos, relacionados a afazeres e a acontecimentos fora da alçada familiar. A adolescência surge num momento cujos atos ilícitos começam a ganhar forma e robustez. A fase adulta e o envolvimento com o crime culminam no encarceramento e na vida dentro do presídio.

4.3.1.1 Classe 1 – Acontecimentos da infância e o entorno familiar

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 207, correspondente a 81% do total. Está retratando acontecimentos na infância, a composição familiar, a organização, a dinâmica e conflitos da família. Foi composta por palavras e radicais no intervalo entre $\chi^2 = 23$ (mãe) e $\chi^2 = 4$ (criança), sendo composta por 27 palavras analisáveis. As variáveis atributo que mais contribuíram com a Classe 1 foram: “escol_1”, “idade_1”, “duracpena_1” e “m_1”, referindo-se as mulheres com escolaridade de nível fundamental, idade entre 18 a 27 anos, cuja duração da pena não ultrapassa 10 anos e a história de vida da Mulher 1, que apresenta inúmeros conflitos com a família.

Diante das palavras evocadas na Classe 1, pode-se observar que os termos que mais contribuíram foram “mãe” e “pai” e que se referem à composição familiar, às relações, dinâmicas e aos principais vínculos dentro da família. Em seguida, observam-se as palavras “casa” e “ano”, referindo-se ao lugar onde moravam e o tempo da primeira infância. As palavras “irmão”/“irmã”/“irmãos”, “filhos”/“filho”, “criança”, “vó”, “brigas” e “separação” estão mais relacionadas ao fato de terem ocorrido

conflitos, brigas, separações e de ter surgido a figura de uma outra pessoa, no caso a avó, para cuidar das crianças. A palavra “separação” também surge com o sentido de afirmar que a separação dos pais foi traumática para a criança.

Para ilustrar a Classe 1 a seguir encontram-se listadas algumas UCE's representativas das relações e composições familiares:

uce n° 217, $\chi^2 = 19$

O pouco que (eu) me (lembro) (eu) (era) (muito) arteira, (meu) (filho) me puxou. (morava) (com) (pai) (mae), 2 (irmaos). (eu) sempre (gostei) (do) almoço de domingo porque reunia toda (a) (familia). (Mulher 13).

Na uce acima compõe-se um panorama de como eram as relações familiares, mostrando os vínculos entre as pessoas que compõem a família e os momentos de alegria. A palavra “morar” remete-se, além do ambiente físico, à identidade dos habitantes, é uma lembrança emocional com boas recordações de família reunida. Outro aspecto é a composição familiar, denotada pelo dendrograma, que traz as palavras em destaque “mãe” com $\chi^2 = 23$; “pai” com $\chi^2 = 21$ e “filhos” com $\chi^2 = 4$.

Apesar de as participantes representarem as relações familiares, também destacaram os conflitos e as brigas. Os dados indicam que, mesmo recebendo carinho, havia muitas brigas e desuniões no lar, relacionados aos conflitos familiares.

A uce a seguir ilustra, na Classe 1, as situações de conflitos na família:

uce n° 364 $\chi^2 = 8$.

(eu) venho de uma (familia) (muito) (carinhosa), pena um pouco desunida, (meu) (pai) e (minha) (mae) (brigavam) (muito), (minha) (vo) (era) (muito)

(carinhosa), (minha) (tia) me (dava) muitos presentes, (minha) (família) e de classe (média), (tive) uma (boa) base (familiar). (Mulher 24).

Esta uce está relacionada aos conflitos familiares e indica que, apesar de receber carinho, havia muitas brigas e desuniões no lar. Segundo a entrevistada, não havia preocupações financeiras e os familiares aparecem como cuidadores.

uce n° 150, $\chi^2 = 17$

A (única) (coisa) que (eu) (lembro) que (eu) (tive), (a) (minha) (mãe) e o (meu) (pai) se (separam) logo- que (eu) (nasci), (eu) (fiquei) mais apegada (com) (a) (minha) (vó) e (a) (minha) (tia), (essa) (tia) (eu) (chamo) de (mãe) também. (Mulher 8).

A separação pode ser visualizada na uce acima. Existe a figura de outros parentes que acabaram tomando conta da criança, as avós, tias e madrinhãs são as que mais aparecem. Pode ser observada, na uce acima, que a separação dos pais ocorreu enquanto a entrevistada estava na primeira infância.

Observa-se que os pais, após as separações, passaram por outros relacionamentos afetivos. Mas as participantes apontam que a nova composição familiar causou desconforto e sensação de abandono na criança, em virtude da separação dos pais.

Para ilustrar na Classe 1 a seguir encontram-se listadas algumas uce representativas dos novos relacionamentos dos pais:

uce n° 342, $\chi^2 = 9$

(pai), (mãe) e 5 meninos. (eu) (tinha) já 9 (pra) 10 (anos) (quando) (ele) (foi)

(morar) (com) outra mulher. agora (ele) (mora) (sozinho), (minha) (mae) e (casada) de-novo. (com) (a) outra mulher (ele) (teve) 1 ou 2(filhos), faz (tempo) que (eu) nao vejo (meu) (pai), (desde) (quando) cai presa, mais de 7 (anos). nao vi mais. (Mulher 22).

Observa-se que os pais passaram por outros relacionamentos afetivos; é apontado que a nova composição familiar causou desconforto na criança. A uce acima aponta uma sensação de abandono causada pela separação dos pais. Esta uce está relacionada às palavras mais frequentes do primeiro dendrograma, que são “mãe” e “pai”.

uce n° 382, $\chi^2 = 7$

(nunca) (foi) (bom), (nunca) (tive) dialogo (com) o (meu) (pai). (as) vezes, por represaria, muitas (coisas) (eu) escondia, nao (contava), (meu) (pai) sempre (foi) de espancar, o motivo de cair uma colher dentro- de (casa), (ele) espancava, se (minha) (mae) intrometesse, apanhava tambem, (com) fio de luz, (pedaco) de pau, (no) murro mesmo. (Mulher 25).

Aqui demonstra a constância da violência doméstica, especialmente do homem sobre a mulher, trata da subordinação de toda a família ao poder do pai e às situações de violência infringida por ele aos demais membros da família. A uce acima aponta o caso de violência doméstica e como o poder do homem implica no sofrimento da criança.

Diante das palavras evocadas na Classe 1, pode-se observar que os termos que mais contribuíram foram “mãe” e “pai” e que se referem à constituição familiar, às relações e aos principais vínculos dentro da família. Em seguida, observam-se as

palavras “casa” e “ano”, referindo-se ao lugar onde moravam e ao tempo da primeira infância. As palavras “irmão”/“irmã”/“irmãos”, “filhos”/“filho”, “criança”, “vó”, “brigas” e “separação” estão mais relacionadas ao fato de terem ocorrido brigas, separações e de ter surgido a figura de uma outra pessoa, no caso a avó, para cuidar das crianças. A palavra “separação” surge com a intenção de afirmar que a separação dos pais foi traumática para a criança, conforme exemplifica a uce 150.

Há uma conexão importante na classificação das uce’s, pois começa com a composição familiar e os laços afetivos, posteriormente há um enveredamento para brigas, separações, conflitos e violência. Esta primeira Classe indica os primeiros anos da vida das mulheres apenadas, as situações vivenciadas por elas no primeiro núcleo social. Trata-se das primeiras inserções desse sujeito na sociedade ligadas à família, à moradia com os pais, à separação, aos primeiros cuidadores e aos primeiros contatos com a violência. Nesta Classe evidencia-se a vida familiar e o seu cotidiano.

4.3.1.2 Classe 2 – Fatos da adolescência.

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de uce igual a 25, correspondente a 10% do total. Ela retrata acontecimentos na adolescência, especialmente o envolvimento com drogas e os acontecimentos que antecederam o aprisionamento. As variáveis atributo que mais contribuíram com a Classe foram: “m_3”, cuja história de vida remete ao envolvimento com as drogas, foi condenada por tráfico e é dependente química, “escol_2”, indicando o ensino fundamental incompleto enquanto escolaridade, “corpele_5”, que indica a cor da pele amarela e a “duracpena_1”, cujo significado do tempo de pena é de no máximo 10 anos. Esta Classe

foi composta por 27 palavras analisáveis e traz fatos da adolescência vividos pelas apenadas e o envolvimento com a violência no espaço público.

Diante das palavras evocadas na Classe 2, pode-se observar que os termos mais significativas foram “droga”, “juiz” e “cadeia”, que se referem ao envolvimento com drogas e a consequente sentença e pagamento de pena por tráfico. Em seguida, observam-se as palavras “cocaína”, “tráfico” e “tratamento”, a dependência química e a necessidade de tratamento. A evocação destas palavras demonstra o quanto é relacional a adolescência, o envolvimento com drogas e a prisão.

Para ilustrar a Classe 2 a seguir encontram-se listadas algumas UCE’s representativas dessas relações:

uce n° 69, $\chi^2 = 48$

eu (pedi) (ajuda) para o (juiz) para (me) (tratar). eu fiquei (nessa) finurinha (e) ela (me) (deu) 9 anos (e) 11 meses. (E) o (traficante) ficou (solto). (A) (justica) (tem) que (olhar) para quem-e dependente. eu peço a (deus) para colocar (uma) (pessoa) na minha frente para (me) (ajudar). (A) (senhora) poderia (me) (ajudar). (Mulher 3).

A uce acima demonstra o envolvimento com drogas, problemas relacionados à saúde da apenada e à falta de tratamento para a dependência química. Esse envolvimento ocasionou a sua prisão, representada pela palavra “juiz”, correlacionada no dendrograma com o radical “cade” de cadeia, com $\chi^2 = 30$ e frequência igual a 54%. Relaciona o uso da droga, a sentença judicial à falta de estrutura do Estado para lidar com o problema do tráfico. Solicita, assim, ajuda à entrevistadora, a palavra “ajuda” apresentada pelo radical “ajud” aparece no dendrograma com $\chi^2 = 4$ e frequência de

34%. Aponta, desse modo, que a entrevistada compreende a fragilidade do poder público e solicita ajuda a quem estiver ao seu alcance. A Mulher 3 foi o sujeito que mais colaborou para a formação da segunda Classe, tendo um $\chi^2 = 63$ com uma frequência de 71%.

Em consonância com a uce acima, há um desdobramento do envolvimento com drogas em outros setores da vida:

uce n° 62, $\chi^2 = 37$

(cocaina) puxa a bebida, o (resto) (voce) (esquece). eu (nao) queria nem-que o (traficante) (me) tocasse, (entao) ele foi cobrar a (droga) (e) eu (nao) tinha (dinheiro) para (pagar). (Mulher 3).

Esta fala reflete que o envolvimento com drogas faz com que a mulher anule os outros papéis e contatos sociais que possuía. Esta uce associa o uso de drogas, cocaína, bebida e prostituição e o problema para pagar a droga que já foi consumida. A Mulher relata que tinha aversão às relações sexuais mantidas com o traficante em troca da dívida adquirida, mas que representava a única forma de pagamento e da possibilidade de continuar o consumo. O dendrograma mostra a importância da palavra “traficante” com o radical “trafic” com $\chi^2 = 14$ e frequência de 42%. Esta uce exemplifica outras implicações sociais referentes ao uso da droga.

Outra implicação apontada é a prostituição para sustentar a dependência:

uce n° 372, $\chi^2 = 17$

eu (soltava) (uma) pra (elas) pra (elas) (se) soltarem, vendia fiado, (muitas) faziam (sexo) oral (por) 5 (reais), por-causa-de (uma) parada de 5. isso (e) (escravidao)

sexual, tudo (por) (causa) da peste branca, (elas) (nao) (tinham) (dinheiro) pra comer, quantas (vezes) eu levei (puta) de (rua) pra morar comigo. (Mulher 3).

Para sustentar a dependência das drogas muitas mulheres prostituem-se, porém a prostituição também envolve uma série de outros problemas como a falta de dinheiro para a alimentação e moradia. Esta uce correlaciona o uso de drogas, o envolvimento com a prostituição e as deficientes condições de sobrevivência. As palavras “reais”, no sentido da moeda nacional, “sexo” e “escravidão” aparecem entre os $\chi^2 = 18$ e $\chi^2 = 11$, com frequência entre 57% a 67%. A palavra “peste branca” é identificada como “cocaína”, também muito expressiva na composição deste dendrograma, com $\chi^2 = 28$ e frequência = 100%. Portanto a dependência química, a prostituição e uma vida comparada à escravidão são componentes importantes nesta segunda Classe e servem de indicadores de vivência na adolescência da Mulher 3, que foi presa por tráfico de drogas.

Em seguida é demonstrada toda a dificuldade que a pessoa dependente encontra e o sofrimento imposto a familiares:

uce n° 68, $\chi^2 = 9$

(A) familia (se) (sente) fraco. (A) sociedade (tem) que (me) (ajudar); eu fui contribuinte (durante) tantos anos. meu marido ficou tres anos preso (por) (uma) (droga) que (nao) era dele.(Mulher 3).

No âmbito familiar, algumas vezes e de início, a família até tenta ajudar, mas é vencida na luta contra a dependência. No caso exposto, um companheiro assumiu a responsabilidade por um tráfico que era cometido pela mulher e ficou na cadeia no seu

lugar . A uce acima demonstra as consequências do uso e do tráfico de drogas no âmbito familiar. Está relacionada no dendrograma com a palavra “tratamento” com $\chi^2 = 7$ e frequência de 50%, com o radical “ajud” com $\chi^2 = 4$ e frequência de 33% e o *motivopena_1 com $\chi^2 = 5$ e frequência de 14%, associado ao tráfico de drogas. Aparece a fragilidade da apenada diante da dependência, a frustração da família diante do caso e a inoperância do poder público diante da situação.

Em relação à Classe 2, que versa sobre Os Fatos da Adolescência, está intrinsecamente ligada à Classe 3, que é chamada de A Maioridade Dentro do Presídio. A Classe 2 denota os principais episódios ocorridos da adolescência, sendo que o principal é o envolvimento com drogas. A consequência desse envolvimento culminou na prisão de muitas mulheres, fato confirmado pela palavra *motivopena_1, com $\chi^2 = 5$ e frequência de 14%. As palavras que possuem χ^2 mais altos na Classe 2 são: “*m_3”, com $\chi^2 = 63$ e frequência de 71%, “droga” com $\chi^2 = 60$ e com frequência de 52%, “juiz” com $\chi^2 = 40$ e com frequência de 75% e “rua” com $\chi^2 = 37$ e frequência de 83%. Isso denota que, no momento da adolescência, a casa cede o lugar para o espaço público, e entram em cenas as drogas e o envolvimento com atos ilícitos. A figura do juiz faz um elo entre o espaço da rua e a entrada na prisão. Este último seguimento foi separado pelo *software*, como sendo um momento de extensão da adolescência vivenciado dentro da penitenciária. Nesta Classe também aparecem as palavras: “isolamento” com $\chi^2 = 37$ e frequência de 100%, “pagamento” com $\chi^2 = 30$ e frequência de 60%, “cadeia” com $\chi^2 = 30$ e frequência de 54%, “cocaína” com $\chi^2 = 28$ e frequência de 100% e “dinheiro” com $\chi^2 = 22$ e frequência de 44%, que são altamente representativas e estão altamente ligadas à Classe 3, porque decorrem sobre o uso das drogas, prostituição, violência e a entrada delas dentro da prisão. Na Classe 2 o envolvimento com as drogas pode ser vislumbrado nas uce’s 62, 68, 69 e 372. As questões com a prostituição são vistas na

uce 372, as repercussões na família são demonstradas na uce 68, onde também há referência à falta de tratamento para a dependência química e na uce 69 é tratada a pena implantada pela justiça à pessoa que é dependente.

Esta Classe faz a correlação do tráfico de drogas e o motivo da pena. Das 27 mulheres entrevistadas, 16 apresentaram envolvimento com drogas, o que demonstrou que o crime de tráfico de drogas é altamente representativo na Penitenciária Feminina Ana Maria do Couto May.

4.3.1.3 Classe 3 – A maioria dentro do presídio.

Esta Classe foi estruturada com o número mínimo de uce igual a 22, correspondente a 9% do total. A Classe 3 retrata a vida dentro do presídio, relacionada à falta de segurança, ao abandono sofrido pela apenada em virtude da prisão, à exclusão em uma cela denominada de “seguro” e a mudança de pensamentos em relação à violência. Foi composta por radicais que possuem um intervalo entre $\chi^2 = 54$ (xing) e $\chi^2 = 4$ (guard), sendo composta por 27 palavras analisáveis. As palavras atributo que mais contribuíram com a composição da Classe 3 foram: “m_19”, cuja história de vida tem associação com o tráfico de drogas, “idade_4”, que representa uma média de idade entre 49 e 58 anos, “m_18”, cuja história de vida associa-se à dependência química e “corpele_5”, identificada como amarela.

A partir do dendrograma apresentado na figura 1, vislumbra-se que as palavras “xingar” com $\chi^2 = 54$ e com frequência de 100%, “faca” com $\chi^2 = 43$ com frequência de 100% são representações de falas e/ou atos violentos. Um radical e uma palavra colaboraram com a ideia de um ambiente violento dentro da prisão, como é o caso de “mat” com $\chi^2 = 11$ e frequência de 31%, no sentido da ação de matar e “violência” com $\chi^2 = 9$ e porcentagem de 50%. Essas palavras e radicais compõem um panorama hostil

da vida dentro do presídio. Para agravar o quadro existem ainda as questões de ordem afetiva e psicológica. Esta Classe referenda o que ocorre amiúde dentro dos presídios femininos, ou seja, o abandono que a apenada sofre por parte do companheiro quando cumpre pena, além dos próprios danos causados pelo sentimento de culpa pelo fato de estar presa e pelo dano social que causou. Dentro do presídio é frequente a mudança de pensamento sobre o crime que cometeu em virtude da própria sentença a ser paga e em virtude das cobranças e estigmas sociais impostos pelo contexto de pena.

Para ilustrar a Classe 3 a seguir encontram-se listadas algumas uce representativas das relações existentes dentro do presídio:

Uce n° 128, $\chi^2 = 39$

meu (marido) (falou). se voce bater (nela) (de-novo) eu (te) (mato). (perdi) meu filho com 7 meses de gestacao. (enquanto) eu (tiver) (aqui), nao (vai) ter rebeliao. A cadeia tava toda (armada), tinha um monte de (faca), bebida, droga; (eles) iam (pegar) (os) (agentes) prisionais. ia estourar (o) (seguro) e ai você nao sabe o-que ia (acontecer). (Mulher 6).

Esta fala reflete um dos inúmeros conflitos existentes dentro da cadeia: o mais perigoso dos acontecimentos para todos que convivem nesse espaço é a ocorrência de uma rebelião, o clima de instabilidade e o risco de morte entre todos os envolvidos é altamente estressante. A uce demonstra o clima dentro do presídio no que tange ao surgimento de revoltas e rebeliões e à insegurança em relação à vida e à integridade física. Para aumentar o clima de insegurança, existem também problemas relacionados à vida particular de cada uma, como demonstra o sentimento de abandono de uma apenada:

uce n° 304, $\chi^2 = 29$

depois so (xingava), (achava) (que) era (culpada) disso, daquilo. depois eu (vim) (presa), (o) (casamento) ja nao (andava) muito (bem), (homem) (vai) (preso) a (mulher) (vai) (na) (porta) da cadeia, (mulher) (vai) (presa). (Mulher 19).

Aqui está evidenciado o que ocorreu quando a mulher foi presa: o companheiro deixou de lhe fazer visitas e abandonou-a. Ela cita que, quando ocorre o inverso, ou seja, quando o homem vai preso, dificilmente a companheira deixa de visitá-lo e de dar apoio financeiro e emocional. A uce acima demonstra falta de visitas do companheiro no presídio e fim do casamento.

Outro ponto de insegurança relaciona-se à violência cometida pela polícia:

Uce n° 162, $\chi^2 = 28$

O juiz (falou) pra mim. sera (que) compensa (receber). (os) (policiais) ficaram (andando) com (o) (carro) locado, nao (entregaram) no dia, (eles) ja estavam (fazendo) documento para ficar com (o) (carro). (Mulher 8).

Um aspecto denunciado foi a corrupção policial. Na uce é possível identificar que objetos ficaram retidos por policiais e o juiz indagou se valeria a pena reavê-los. Indica também que policiais estavam tentando falsificar documentos de um automóvel. A situação apontada nesta uce é a violência cometida por representantes da lei. A uce acima sugerem corrupção e violência policial.

Dentro do presídio há a questão da insegurança impetrada pelas próprias detentas, como sugere abaixo:

Uce n° 390, $\chi^2 = 17$

minha mae trabalhava no cras. minha mae foi 20 anos (agente) prisional, eu (tenho) (parente) (agente), (por-isso) eu to (aqui) no (seguro) e nao no (raio). com 12 anos eu (colocava) minha mae pra (dormir). Eu encostava (o) sofa (na) (porta) e ficava (esperando). ele amolava a (faca), eu (dizia), antes-de chegar (nela), (vai) ter (que) passar por mim. (Mulher 25).

A mãe da apenada trabalhou no Cras durante 20 anos e quando a apenada foi presa, teve que ficar num espaço denominado “seguro” porque é parente de policial, denotada com a palavra “agente” que tem $\chi^2 = 23$ e frequência de 75%. A palavra “seguro” apresenta $\chi^2 = 45$ e uma frequência de 100% no dendrograma e tal índice justifica-se pelo fato do seguro ter sido instituído para garantir a integridade física de pessoas que são excluídas do convívio das demais presas por razões internas criadas pelas próprias detentas. O programa ALCESTE associou essa vulnerabilidade com um episódio de violência sofrido pela apenada quando tinha 12 anos e um pai violento, que tentava contra a vida da mãe dela e ela tentava defendê-la. A correlação consiste em esclarecer que a vivência de violência antes da prisão é repetida no presente, quando ela também se sente vulnerável dentro do presídio.

Toda a violência sofrida ao longo da vida tem reflexos na vida atual, vivenciada dentro das celas. A uce a seguir demonstra uma mudança de pensamento relacionado ao entendimento da violência:

Uce n° 301, $\chi^2 = 28$

antigamente eu (achava) (que) (marido) bater (em) (mulher) nao era (violencia), (falar) (que) (fez) (isso), (que) nao (fez), nao era (violencia). (agora) e tao mais (facil) discernir o-que-e (certo) e o-que-e errado. antes eu nao ficava atenta com o-que a droga fazia, eu fui (presa) (em) primavera, depois eu (vim) pra (ca), (na) cadeia eu (vi) uma mae (que) (prende) um filho (dentro-de) uma jaula pra nao (usar) droga. (Mulher 19).

A Mulher 19 foi muito importante na estruturação desta Classe, a palavra “*m_19” tem $\chi^2 = 22$ e frequência de 50% no dendrograma. Nesta uce ela cita que antes de ser presa não sabia que o que vivia era violência e que essa tomada de consciência ocorreu depois que foi presa. Agora ela afirma saber que empurrões, xingamentos e transporte de droga são atitudes violentas. Quando cita que viu uma mãe que prendeu o filho numa jaula para não usar droga, sentiu-se responsabilizada pelo fato, uma vez que traficava. A palavra “agora” levantada pelo *software* com $\chi^2 = 7$ e frequência de 33% colabora com a ideia de que houve uma alteração de postura diante do tráfico de drogas e que este posicionamento enquanto ocorre o cumprimento a pena. Não indica, entretanto, que o fato de estar presa alterou a sua visão, pois não foi exatamente a punição que trouxe esse novo pensamento, mas sim a imagem do filho sendo trancafiado numa jaula.

Na Classe 3 as palavras mais expressivas são: “xingar” com $\chi^2 = 54$, “seguro” com $\chi^2 = 45$, “arma” com $\chi^2 = 32$ e “agentes” com $\chi^2 = 23$. É uma Classe que gira em torno da vida cotidiana dentro da prisão. Esta Classe demonstra como viver dentro do presídio é difícil e que os acontecimentos que envolvem o aprisionamento podem ser altamente nocivos à integridade física, psicológica, moral e patrimonial da mulher.

As variáveis mais importantes que compuseram a primeira Classe deste primeiro

Bloco estão relacionadas aos acontecimentos da infância e da adolescência e são assim representados: *escol_1 com $\chi^2 = 6$, *idade_1 com $\chi^2 = 6$, *duracpena com $\chi^2 = 6$ e *m_1 com $\chi^2 = 5$. Estas variáveis representam a seguinte inferência: as mulheres, ao falarem da infância e da adolescência, apresentaram um índice de escolaridade de nível fundamental, são mulheres jovens, entre 18 a 28 anos, cuja duração da pena foi significativa e teve como representante das histórias de vida a Mulher 1, que foi vítima de inúmeros tipos de violência ao longo da infância e da adolescência e foi presa por tráfico de drogas. Remonta à ideia de que as situações de vulnerabilidade durante a infância e a adolescência representam grande risco para a vida adulta. As funções psicológicas superiores foram formadas a partir do envolvimento com a violência e culminaram na transgressão das leis. As variáveis nos informam que essas mulheres tiveram pouca oportunidade de estudo e deram continuidade, ao longo da vida adulta, aos acontecimentos ruins que passaram ao longo da vida.

Na Classe 2 as variáveis mais importantes foram: *m_3 com $\chi^2 = 63$, *escol_2 com $\chi^2 = 30$, *corpele_5 e duracpena com $\chi^2 = 10$. Cabe referendar que a Mulher 3 é uma dependente química e foi presa por tráfico de drogas. Estudou até o ensino médio, trabalhou desde menina para ajudar os pais e foi trabalhando na adolescência que começou a usar drogas. Como a Classe 2 foi montada com os fatos que mais marcaram a adolescência e o índice de dependência e tráfico de drogas é alto entre as apenadas, pode-se inferir que a história da mulher 3 é emblemática na construção desta classe, pois relaciona o trabalho precoce, a luta pela sobrevivência diária, a ausência do primeiro núcleo familiar nos primeiros anos da adolescência e o contexto da penalização. Remonta à ideia de que o trabalho precoce foram preponderantes para a interrupção dos estudos ainda no ensino médio e que a Mulher 3 teve que recorrer a trabalhos informais para a sobrevivência diária e que o envolvimento com adultos que

utilizavam drogas durante a adolescência foram fatores importantes no desencadeamento da penalização.

Na Classe 3, as variáveis mais importantes foram: *m_19 com $\chi^2 = 22$, *idade_4 com $\chi^2 = 22$, *m_18 com $\chi^2 = 9$ e corpele_1 com $\chi^2 = 4$. Essa classe relacionou os fatos ocorridos dentro do presídio. Trouxe a Mulher 19 e a Mulher 18 como sujeitos muito importantes para a sua construção. Ambas alegaram inúmeras dificuldades de convívio dentro do presídio. Enquanto a Mulher 19 apresentou-se como traficante, a Mulher 18 apresentou-se como dependente de drogas. O ALCESTE demonstrou a correlação do tráfico e o envolvimento com as drogas no cumprimento de pena. Olhando-se também para a idade das duas, observa-se que o envolvimento com o tráfico está circunscrito em faixas etárias distintas, ou seja, entre 18 a 58 anos.

4.3.2 Bloco Repercussões na vida das mulheres apenadas.

Em relação ao bloco Repercussões na vida das mulheres apenadas, referentes aos atuais acontecimentos nas suas vidas, obtivemos o seguinte resultado: o bloco apresenta 27 u.c.i's, que foram submetidas à análise do *software* ALCESTE, com 5.439 ocorrências de palavras, sendo que, dessas, 1.317 consistem em formas distintas, com uma divisão do *corpus* em 136 u.c.e's. O *corpus* foi definido a partir de uma média ($X = 4$).

Pode-se observar que, após a redução das palavras em suas raízes lexicais, das 5.439 palavras 1.317 eram analisáveis e 136 eram palavras instrumentos. As 1.317 palavras analisáveis ocorreram 4 vezes para definir uma uce. As 136 u.c.e's do *corpus* foram divididas em 5 classes principais, o que corresponde a 67% do aproveitamento total, sendo que a primeira e a segunda classe tiveram aproveitamento de 19%, a

terceira de 11%, a quarta de 22% e a quinta de 29%. Os critérios utilizados para determinar o conjunto dos radicais em cada classe foram aqueles que o programa apresenta e aqueles que apresentam $\chi^2 \geq 3$, 84.

As palavras e radicais que mais contribuíram para a composição deste Bloco foram: “*m_12” com $\chi^2 = 13$ e frequência de 100%; “*duracpena_2” com $\chi^2 = 22$ e frequência de 100%; “filh” com $\chi^2 = 14$ e frequência de 42%; “vida” com $\chi^2 = 14$ e frequência de 62%; e “aprendi” com $\chi^2 = 10$ e frequência de 70%. Concomitantemente a esses dados foram compostas 5 Classes que remetem às novas perspectivas de vida, a uma vontade de mudança de vida, mas ao mesmo tempo com base na realidade, aos códigos de conduta presentes na vida cotidiana dentro do presídio e à mudança de comportamento e pensamento dentro da prisão. Essas informações estão representadas no dendrograma abaixo:

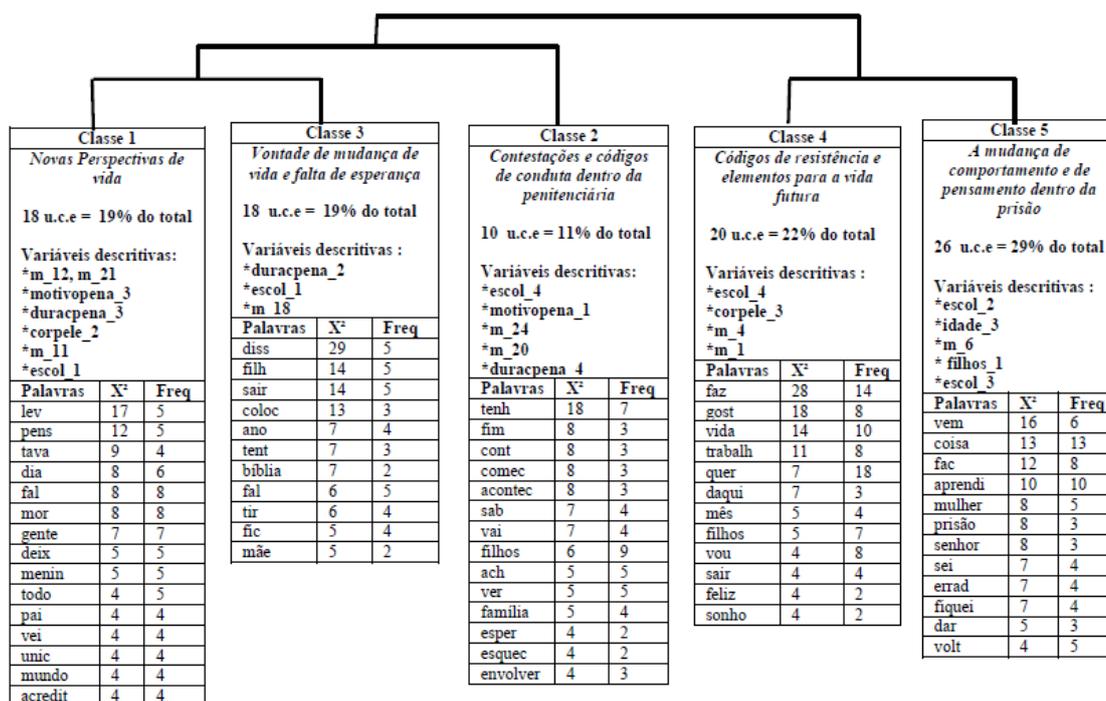


Figura 2: Dendrograma Repercussões na vida das mulheres apenadas

Observando o Dendrograma, verifica-se a subdivisão das Classes em cinco eixos, subdivididos da seguinte maneira: A Classe 1, denominada Novas perspectivas de vida, está intrinsecamente ligada à Classe 2, chamada Vontade de mudanças e falta de esperança, que associam ideias de mudanças de vida, entretanto a Classe 2 indica que as apenadas identificam as dificuldades no presente. Essas duas Classes, associam-se à Classe 3, que está mais caracterizada pelas contestações realizadas por elas e os códigos de conduta impetrados no dia-a-dia das detentas. As Classes 4 e 5 estão ligadas diretamente e associam os códigos de resistência dentro do presídio à mudança de pensamento e de comportamento dentro da prisão. Por fim, todas essas Classes estão agrupadas no sentido de identificar as repercussões do aprisionamento da vida das apenadas.

4.3.2.1 Classe 1 – Novas perspectivas de vida

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de uce igual a 18, correspondente a 19% do total. Esta primeira classe evidencia a vontade que as mulheres apenadas possuem de restabelecer laços familiares, a preocupação com o futuro dos filhos, há o indicativo de não usar mais a prostituição como forma de sustentação econômica e uma acentuação da vida religiosa. Para retratar o desejo de recompor a família ao lado filho, o *software* fez uma classificação entre o radical “lev” com o $\chi^2 = 17$ e a palavra “único” com $\chi^2 = 4$. Nesses intervalos aparecem conotações de desejos relacionados à família, à vida espiritual e aos estudos, como formas de novas perspectivas para o futuro, sendo composta por 27 palavras analisáveis. As variáveis

atributo que mais contribuíram para a Classe 1 foram: “m_12”, “m_21”, “motivopena_3”, “duracpena_3”, “corpele_2”, “m_11” e “escol_1”. Tais variáveis indicam as expectativas na vida das apenadas através daquilo que podem realizar e de tarefas que podem executar futuramente:

Uce n° 106, $\chi^2 = 16$

com-certeza (levar) minha cacula (junto), a (unica) (que) (ia) querer (morar) (junto) (comigo) era ela. (Mulher 21).

Nesta uce observa-se o desejo de viver novamente com os filhos; embora pressinta a rejeição dos demais, há a esperança de convívio com a caçula. Essa fala exprime o desejo de tentar conviver novamente em família. Está relacionada à necessidade de pertencimento a um grupo social, mais especificamente, à família, que é entendida como uma construção ideológica e de valores, aqui posto como ter um local para morar e a mãe cuidando da filha.

Outro sentimento de viver em família e ter um teto é identificado a seguir:

Uce n° 65, $\chi^2 = 10$

(ele) ta (chamando) (todo) (mundo) de (pai). (ele) (falou). um (dia) (eu) pedi (para) papai do ceu arrumar uma (casa) (para) (eu) (morar), (porque) (eu) tenho muita (casa), mas nao tenho nenhuma, entao a (casa) (da) (irma) e a minha (casa), e aqui (que) (eu) quero ficar. (Mulher 12).

A Mulher 12 relata que a sua ausência na família causou um problema para o filho: ele está chamando todo mundo de pai. A palavra “ele” está representada no dendrograma com $\chi^2 = 8$ e frequência de 41%. Há a afirmação de que a criança pede a Deus uma casa fixa para morar e diz que a casa da irmã é a sua casa. Aqui, verifica-se o desejo do estabelecimento de um lar para criar o filho e, especialmente, em adquirir uma

casa e viver junto com o filho. A palavra “junto” está representada no dendrograma com $\chi^2 = 4$ e com frequência de 67%. A Mulher 12 foi muito importante na constituição desta Classe porque apresenta $\chi^2 = 13$ e 100% de frequência (*m_12). A história desta mulher narra que seu pai é também seu avô, porque ela é fruto do incesto do pai com a filha. A falta de referência paterna é sentida também pelo filho, quando ocorre a afirmação “ele está chamando todo mundo de pai”. Nesta primeira Classe a palavra “pai” tem muita importância, pois aparece com $\chi^2 = 4$ e 50% de frequência. Esta primeira uce relaciona as novas perspectivas para o futuro relacionadas à constituição familiar segundo os valores e costumes sociais. Outra perspectiva futura associa a mudança de vida com a questão religiosa.

Uce n° 84, $\chi^2 = 7$

(eu) (penso) em soltar aquele (mundo) (que) (eu) (tava) vivendo, (eu) vendia meu corpo pra me virar, (agora) (eu) quero fazer uma faculdade e servir a deus. (O) (unico) caminha (da) felicidade (da) (gente) e em cristo. (ele) e a verdadeira felicidade, (sem) (ele) nos nao somos (nada), (ele) e responsavel (por) (eu)(andar), respirar, muitos queriam (andar) e nao pode, (o) (unico) caminho e a paz, e deus. (Mulher 18).

A Mulher 18 afirma que o fator contribuinte para a esperança de uma vida nova é o retorno aos estudos e a fé em Deus. Ela preconiza que só a vida em Cristo é passível de trazer felicidade a alguém. A perspectiva de uma vida cheia de paz está na religiosidade e os estudos aparecem como uma alternativa prática a ser tomada quando sair da prisão. Ela alega que quer se livrar do mundo da prostituição. A palavra “tava” representada no dendrograma com $\chi^2 = 9$ e frequência de 67% denota a condição do passado, como ela vivia e o radical “acredit” de acreditar incide sobre a maneira como

ela quer viver futuramente. A crença em estudar e servir a Deus como caminhos promissores leva esta mulher a ter novas perspectivas de vida no futuro.

As variáveis mais importantes para a construção desta Classe foram assim representadas: “*m_12” com $\chi^2 = 13$, “m_21” com $\chi^2 = 10$, “*motivopena_3” com $\chi^2 = 9$, *duracpena_3” com $\chi^2 = 8$, “*corpele_2” com $\chi^2 = 7$, “m_11” com $\chi^2 = 4$, “escol_1” com $\chi^2 = 4$. A Mulher 11 foi condenada por crime de latrocínio, a Mulher 12 por tráfico e a Mulher 21 por estupro. O motivo da pena elencada na variável foi o de homicídio, a duração da pena corresponde a mais de 20 anos e o nível de escolaridade foi de ensino fundamental. Tais constituições indicam que, independentemente do crime que cometeram e da quantidade de anos a serem cumpridos dentro da prisão, há um sonho comum entre elas: o de terem uma vida melhor futuramente. Indica que as repercussões nas vidas das mulheres com diferentes envolvimento com histórias de violência não quebrantou desejos comuns na sociedade brasileira, que é a de viver novamente com a família e de ter uma vida condizente com os padrões impostos socialmente.

A Classe 1 sinalizou que as apenas desejam ter uma vida nova, constituir família, viver novamente com os filhos e que buscam um conforto espiritual. Foi possível visualizar o desejo de reunir novamente a família, a vontade de ter uma casa para possibilitar o convívio familiar, houve uma reflexão sobre a ausência no lar e o desejo de não voltar a se prostituir. Esta classe revela o futuro como ordem de desejo.

4.3.2.2 Classe 3 - Vontade de mudança de vida e falta de esperança.

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de uce igual a 18, correspondente a 19% do total. A Classe 3 tem características referentes à mudança de

vida, à busca da felicidade, à coragem para enfrentar a vida, a sentimentos religiosos e à convivência familiar, mas indica também uma falta de esperança e de perspectiva em virtude da situação atual. As variáveis atributo que mais contribuíram para a construção desta Classe foram: “escol_4”, “motivopena_1”, “m_24”, “m_20” e “duracpena_4”. Essa dicotomia entre desejar um futuro melhor e analisar as reais situações em que elas se encontram estão presentes na preocupação com as pessoas ao redor, com o casamento e os filhos. Existe a conotação de decisões práticas a serem tomadas e uma análise dos recursos disponíveis para tal:

Uce n° 89, $\chi^2 = 43$

(ver) a minha (família), (os) meus (filhos), a minha (família) (toda). voce (acha) que eu (tenho) alguma chance de (montar) (um) criame de peixe. (entao), quando eu (montar) o criame voce (vai) me visitar. (Mulher 19).

Esta uce reflete aspectos relacionados ao desejo de rever familiares e ao desejo de profissionalização através de um negócio próprio. Trata-se de uma perspectiva de recomeçar a vida. A indagação: “você acha que tenho alguma chance?” está relacionada à validação social da reinserção dela na sociedade fora do presídio. O radical “tenh” com $\chi^2 = 18$ e frequência de 70% colabora com essa perspectiva da aprovação social para ter uma nova vida.

Em relação às dificuldades concretas do momento e que podem comprometer a vida futura está a dependência de drogas e que podem ser vistas nas duas uce’s a seguir:

Uce n° 8, $\chi^2 = 6$

(ate) hoje nao falei (com) ela. desculpe por eu nao lembrar de (um) momento

feliz. acrescenta ai (no) (seu) papel que a droga e muito colorida (no) (comeco), (acha) que ta (no) paraíso, mas (no) (fim) e (tudo) escuro. (Mulher 2).

Uce n° 9, $\chi^2= 15$

A morte ou a cadeia. E so cadeia. (no) (fim) so tem (um) cara, e jesus. ele (vai) estar (te) (esperando). (Mulher 2).

As duas uce's acima são constituídas por falas da Mulher 2. Na primeira ela diz que quer reforçar os problemas trazidos pelas drogas, afirma que no começo é muito bom, mas que com o passar do tempo torna-se um pesadelo e foge do controle do dependente químico. Afirma não ter momentos felizes para relatar e lamenta-se por isto. Segue falando que na sua vida só restam duas expectativas: a morte ou cadeia. Como já está na cadeia, a morte é vista como uma subsequência da realidade.. Reflete a descrença diante das perspectivas relacionadas ao futuro. A morte significa a falta de perspectivas, enquanto que a esperança está na religiosidade. No presente, nada mais, nem ninguém a espera. Após a morte só Jesus. Este pensamento é constituído a partir do pensamento cristão ocidental, desse modo ela afirma que a sua esperança em mudar de vida está na vida após a morte.

Há também um indicativo de mudança de postura diante dos problemas, pois, depois de conviver na cadeia, a Mulher 21 afirma ter perdido o medo.

Uce n° 95, $\chi^2 = 14$

O que eu via era (o-que) (acontecia) (dentro-de) casa, eu queria resolver direito e nao (envolver) a justica, (sabe) aquele (medo) de (envolver) a justica. hoje eu nao (tenho) mais.(Mulher 21).

Esta uce reflete aspectos de violência doméstica, sexual e coação do companheiro antes do aprisionamento. Fala do medo de envolver a justiça naquele momento e de piorar a situação. Para a Mulher 21 esse medo foi embora, tendo coragem para enfrentar a vida, uma vez que o pior que poderia ter acontecido aconteceu: a cadeia e todas as implicações que isto acarreta na vida de uma pessoa. Esta uce fala da coragem para enfrentar o futuro e a perda do medo.

Diante do pior que poderia acontecer há uma fala indicando que as esperanças de uma vida melhor estão relacionadas à prole:

Uce n° 75, $\chi^2 = 6$

que (eles) não tem a mesma sorte que eu, coisa que eu peço a Deus todos (os) dias. eu (achei) tão lindo o (seu) sorriso, você (chegou) e deu bom dia e deu (um) sorriso, foi muito importante, eu fico cacando (essa) coisa (até) hoje, eu (achei). (Mulher 15).

Nesta uce, a Mulher 15 expressa o desejo de que os filhos tenham um futuro melhor que o dela. Observa-se o esforço que ela faz para encontrar um pouco de felicidade e de acolhimento no dia-a-dia da prisão. Apesar de felicidade ser algo raro dentro da penitenciária, as esperanças de uma vida melhor estão na fé em Deus para que os filhos não tenham o mesmo futuro que ela. Esta esperança está representada no dendrograma com o radical “esper” cujo $\chi^2 = 4$ e a frequência apresentada é de 67%.

Além da fé em Deus, outro aspecto importante na vida futura relaciona-se à liberdade:

Uce n° 85, $\chi^2 = 4$

quero andar, comer (o-que) quiser, (ver) meus (filhos), minha (família), (tenho) saudade da liberdade. quero ajudar as pessoas (nos) relacionamentos e falar de deus e (ver) aquela pessoa renascer novamente. (Mulher 18).

Um dos aspectos preponderantes nesta fala é a falta de liberdade; o aprisionamento, o afastamento da família, dos filhos, da vida que tinha antes, a falta de poder tomar decisões simples na vida, como andar ou comer um determinado alimento possuem conotação de desejos a serem realizados quando sair da prisão. A mulher 18 sonha em poder ajudar as pessoas falando de Deus quando ganhar a liberdade. Esta uce está relacionada às agruras enfrentadas dentro da prisão, mas também a vontade de ter uma nova vida. Essa perspectiva é corroborada pela palavra “ver” no dendrograma com um $\chi^2 = 5$ e frequência de 50%.

As variáveis que mais colaboraram para a construção desta classe foram: “duracpena_2” com $\chi^2 = 22$, “*escol_1” com $\chi^2 = 17$, “m_18” com $\chi^2 = 4$. Isto significa dizer que a duração da pena correspondente entre nove a dezenove anos, a escolaridade de nível fundamental e a história da Mulher 18, que tem apenas 21 anos e está presa provisoriamente por tráfico de drogas, são prisões emblemáticas no Brasil atual e, muitas vezes, ligadas às mazelas sociais. A Mulher 18 apresentou problemas na família durante a infância e a adolescência, passou a prostituir-se na adolescência para sobreviver, envolveu-se com pessoas que usavam drogas e aguarda indefinidamente a sentença por tráfico de entorpecentes. Os sonhos e os desejos desta jovem mulher estão misturados às frustrações de viver dentro de um presídio, e sua perspectiva de melhora é de ordem espiritual.

A Classe 3 está relacionada à vontade de mudanças de vida e à falta de

esperança e relaciona-se diretamente com a Classe 1, que também abarca as novas perspectivas de vida. A partir dessa experiência originam-se vontades e sonhos a serem realizados quando saírem da prisão. Há também um indicativo de desesperança e falta de perspectiva de um futuro melhor. Traduz inseguranças a partir da realidade que enfrentam e que sabem existir depois que saírem da penitenciária. Esta classe corrobora as repercussões que o aprisionamento teve na vida dessas mulheres, contribui para que elas analisem a vida atual e, a partir daí, constituam projetos futuros. Esta Classe teve um intervalo de palavras com $\chi^2 = 22$ (*duracpena_2) até o $\chi^2 = 4$ (envolver), ou seja, o quanto o tempo de prisão contribuiu para a vontade de fazer mudanças na vida e em quais bases essas alterações se sustentam.

4.3.2.3 Classe 2 - Contestações e existência de códigos de conduta dentro da penitenciária.

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de uce igual a 10, correspondente a 11% do total. A Classe 2 está reportada a aspectos do presídio e os sentimentos que envolvem a vida carcerária das mulheres. Traz contestações, reclamações e a existência de códigos de conduta baseados na vivência de estar presa e no senso comum relacionado à maternidade, corroboradas pelas variáveis atributo que foram: “duracpena_2”, “escol_1” e “m_18”.

Para ilustrar a Classe 2, a seguir encontram-se listadas algumas uce's, representativas das contestações feitas pelas apenadas dentro do presídio e alguns códigos de conduta:

Uce n° 83, $\chi^2 = 17$

(tem) (uma) no seguro que (pegou) o (filho), (deu) pro (marido) estuprar, queimou as partes íntimas, o pezinho (do) bebe (e) ele (pegou) 12 (anos). eu não me conformo com a justiça, (meu) (marido) (e) tráfico primário (e) (pegou) 12. ah. todo mundo aqui (ficou) (revoltada) com (ela), (ela) não podia (sair) (nem) (pra) (pegar) comida. (Mulher 17).

Tal inconformidade com o crime de uma detenta constrói uma maneira de contestar certas leis e um código de conduta esperado delas. Ao se tratar de maternidade, há um pensamento comum entre a maioria, como é demonstrado a seguir:

Uce nº 82, $\chi^2 = 14$.

(tem) (mãe) que matou o (filho) com papel higiênico, (colocou) na lixeira (e) não (ficou) aqui (nem) (uma) semana. (disse) que (estava) com depressão (e) (saiu) de alvará. (Mulher 17).

As duas uce's correspondem à fala da Mulher 17 sobre crimes de apenadas cometidos contra os filhos. Há uma conotação de indignação pelos crimes cometidos contra crianças. Na primeira uce há um inconformismo com a justiça quanto à pena imputada ao marido por tráfico de drogas e o crime cometido por uma mãe contra a criança. Há a afirmação de que esse pensamento está incorporado no senso de justiça das mulheres que cumprem penas. Para a Mulher 17, assassinato, estupro e tortura infantil são crimes muito graves. Essas uce's indicam que, dentro do presídio, existe um código de justiça interno e que crimes cometidos contra crianças são repudiados pelas detentas. O dendrograma indica que a palavra “*m_17”, correspondente à Mulher 17, foi de suma importância para a construção desta Classe, tendo este sujeito um $\chi^2 = 5$ e

frequência de 50%. Outro ponto que caracteriza as contestações e a maternidade é a guarda dos filhos, como mostra a seguir:

Uce n° 110, $\chi^2 = 14$

ele (disse). (voce) (se) quis (se) recusar a ir na audiencia. eu nao falei (isso). (uma) (se) recusou, não eu. O diretor fala, eu vou ligar (la), (e) nao liga, seu eu nao (sair) ate fim (do) (ano), (meu) (filho) vai embora, eu so entrego ele (pra) (minha) (mae). (Mulher 23).

A Mulher 23 fala sobre a falta de atenção no andamento dos processos das apenadas, contesta a atitude do diretor do presídio e apresenta grande preocupação com a guarda do filho que vive com ela na prisão. Caso o filho não possa mais ficar com ela, deseja que a criança fique aos cuidados da avó, que é a única pessoa a quem ela confiará a guarda da criança.

As variáveis mais expressivas para a confecção desta classe são as seguintes: “*escol_4” com $\chi^2 = 16$, “*motivopena_1” com $\chi^2 = 12$ “, *m_24” com $\chi^2 = 10$, “m_20” com $\chi^2 = 7$, “duracpena_4” com $\chi^2 = 7$ e “m_17” com $\chi^2 = 5$. Isto significa dizer que o nível de escolaridade correspondente à pós-graduação, o motivo da pena por tráfico de drogas, que também é o elemento comum apontado nas três mulheres, a duração da pena entre 30 a 39 anos, associam as ideias de que os problemas enfrentados em virtude do cumprimento de pena são semelhantes às mulheres que possuem diferentes graus de escolaridade ou quantidade de anos que tenham pela frente para cumprir. Todas estão enquadradas nos mesmos códigos que regem internamente o presídio e são passíveis de sofrerem com a falta de estrutura jurídica que impera no Estado brasileiro.

Na Classe 2 houve muitas reclamações e contestações daquilo que viram ou viveram, há indicativo de código de justiça interno dentro da penitenciária, feito e reproduzido pelas próprias detentas e a denúncia pela falta de atenção no andamento dos processos. Está relacionada às Classes 1 e 3 e denota as contestações e os códigos de conduta conectados às perspectivas de vida futura, que variam entre otimismo e desesperança.

4.3.2.4 Classe 4 – Códigos de resistência e elementos para a vida futura.

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de uce igual a 20, correspondente a 22% do total. A classe 4 está mais relacionada aos elementos de resistência dentro da prisão e projetos para a vida futura, desejo que essas mulheres querem realizar quando estiverem em liberdade, mesmo estando cientes de todas as dificuldades. Esta Classe teve uma variação entre o $\chi^2 = 28$ (faz) e o $\chi^2 = 4$ (outros). São situações que envolvem o que querem fazer quando saírem da prisão e com quem querem se relacionar. As variáveis atributo que mais contribuíram para a Classe 4 foram: “escol_4”, “corpele_3”, “m_4” e “m_1”. Estas variáveis remetem ao modo como reagem diante das situações apresentadas na atualidade dentro do presídio. Os tempos verbais no passado e no presente, como “ficou” e “faço”, decorrem como elementos de resistência, expressando o que aconteceu e o que é possível fazer agora para alterar a situação.

Uce n° 25, $\chi^2 = 15$

Exemplo. eu amo a mais-do-que os (outros) presos. (sonho) (de) (estudar),
(queria) (ser) para_psicologa, eu sempre (estudei) livros sobre a mente do (ser)

humano, sempre me atraiu (muito), sempre (gostei) do (trabalho) do psicólogo, psiquiatra, eu admiro, a capacidade do (ser) humano desenvolver a mente dele. (Mulher 6).

Esta uce indica o desejo de estudar da Mulher 6, indicando também que gostaria de trabalhar dentro das áreas ligadas à psicologia e à psiquiatria. Ela se interessa por essas áreas para saber como funciona a mente humana. Está relacionada à luta, à ação para atingir o futuro que almeja. No dendrograma o radical “gost” aparece com $\chi^2 = 18$ e uma frequência de 86%, indicando que os elementos de resistência para não sucumbirem à prisão estão relacionados às atividades que elas pretendem desempenhar no futuro, atividades de que gostam e que sentem prazer em fazer. Esta uce traz códigos de resistência e os planos para o futuro que a apenas possui.

Outro código de resistência apresenta-se quando há identificação das dificuldades, mas sem esmorecimento.

Uce n° 3, $\chi^2 = 10$:

eu (vou) sofrer varias critica (la-fora), mas (vou) sair (daqui) (de) (cabeca) erguida. A nao confiar tanto nas (pessoas), (hoje) ate agradeço a deus por estar aqui dentro, me afastou daquela (vida). (Mulher 1).

Demonstra que esta mulher aprendeu a não confiar tanto nas pessoas, que está ciente das dificuldades que encontrará ao sair da prisão, mas também muita vontade de viver uma nova vida. Enquanto a palavra “daqui” com $\chi^2 = 7$ e frequência de 75%, indica a situação atual e no presente, a palavra “sair” apresentada no dendrograma com $\chi^2 = 4$ e com frequência de 50% indica projeções futuras, associadas ao que vivenciou e à demonstração de resistência. Esta uce traz elementos de resistência diante das

dificuldades já encontradas, as dificuldades futuras e a confiança em vencer os obstáculos futuros.

A resistência também consiste em não depender do sistema penitenciário para a reintegração social, como pode ser visto a seguir:

Uce n° 71, $\chi^2 = 5$:

se voce nao traficava, (matava), (sai) (daqui) traficando, (matando). (sai) pior do que entrou, cadeia nao(reeduca) ninguem. quando eu sair eu (quero) reencontrar (meus) filhos, abraçar eles, beijar e recomeçar a (vida), (trabalhar) porque eu (gosto) (muito) (de) (trabalhar). (Mulher 14).

A Mulher 14 diz que o sistema carcerário não recupera nem reeduca ninguém, o esforço em mudar de vida é próprio e particular. Coloca as esperanças do seu futuro na sua força de trabalho e no propósito intrínseco de melhorar de vida social e economicamente. As variáveis que mais contribuíram para a formação da Classe 4 foram estas: “escol_4” com $\chi^2 = 11$, “*corpele_3” com $\chi^2 = 8$, “m_4” com $\chi^2 = 7$, “*m_14” com $\chi^2 = 7$, “m_1” com $\chi^2 = 4$. A Mulher 1 apresentou o desejo de estudar e profissionalizar-se e pedir perdão aos filhos, a Mulher 4 deseja viver com o atual companheiro, a Mulher 14 intenciona voltar a frequentar a igreja e rever os filhos. Essas diferentes vontades em reprogramar a vida futura foram associadas pelo ALCESTE no âmbito dos sonhos e desejos a serem realizados quando elas saírem da prisão. Estão relacionadas à família, à profissão, à vida afetiva e à espiritualidade. São mulheres que cometeram diferentes crimes e que a cor da pele ou o grau de escolaridade não arrefecem os ideais para melhorarem de vida futuramente.

A Classe 4 traz alguns elementos importantes: os sonhos que algumas apenas

possuem para serem realizados assim que ganharem a liberdade; aponta as dificuldades que terão ao saírem do presídio; traz ainda a alegação de que cadeia não reeduca ninguém, não serve para preparar uma pessoa para voltar a viver em sociedade e que um futuro melhor depende do esforço próprio. É uma Classe que aponta a palavra “sonhos” com $\chi^2 = 4$ e o radical “faz”, do verbo fazer, com $\chi^2 = 28$. Os sonhos funcionam como códigos de resistência ao período difícil que estão passando e a palavra “fazer” dá sentido de construção, de fazer da vida futura o que imaginam. Esta classe demonstra a luta, a resistência e a busca em compreender como reintegrar-se à sociedade.

4.3.2.5 Classe 5 – A mudança de comportamento e de pensamento dentro da prisão.

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de uce igual a 26, correspondente a 29% do total. A classe 5 refere-se mais à mudança no comportamento depois da prisão, ao que apreenderam e à emissão de novos juízos na vida. Retrata mudanças no comportamento e na forma de pensar sobre alguns assuntos. Esta uce está relacionada à influência que a prisão teve na vida das mulheres que hoje cumprem pena. As variáveis atributo que mais colaboraram com esta quinta Classe foram: “escol_2”, “idade_3”, “m_6”, “filhos_1” e “escol_3”, indicando que a mudança no comportamento está relacionada com o momento vivido, posteriormente apresenta uma correlação com o fato de terem filhos.

Uce n° 62, $\chi^2 = 21$

se alterar (a) voz comigo, nossa (senhora), (ja) perdi (as) contas (das) brigas que tive (aqui) dentro. Hoje (nao) brigo mais. (Mulher 11).

A fala da Mulher 11 nesta uce indica que brigava muito quando entrou na prisão e que agora não briga mais. A frase “nossa senhora” indica força na expressão e um sentimento de que não tinha paciência e que não tolerava certas atitudes das companheiras de cela ou agentes carcerários. Com o passar do tempo ocorreu um ajustamento às regras de conduta, que são reforçadas no dendrograma com a palavra “aprendi”, cujo $\chi^2 = 10$ e apresenta frequência de 70%. Esta uce refere-se a uma mudança de comportamento dentro da prisão.

Outro dado sobre a mudança durante o cárcere está inscrito na uce abaixo, indicando mudança de pensamento:

Uce n° 48, $\chi^2 = 8$

eu (nao) vou mais (traficar), mexer com (coisas) (erradas) de especie nenhuma, (aqui) eu (aprendi) que (nao) vale (a) pena. eu (nao) (me) lembro de nada (em) especial. (Mulher 9).

A fala da Mulher 9, nesta uce, indica que ela sopesou o fato de traficar com o fato de ficar presa. A palavra “prisão” foi muito importante na construção desta Classe, demonstrada no dendrograma com $\chi^2 = 8$ e frequência de 100%. Esta uce indica que a prisão condicionou-a a pensar em não traficar novamente, ao contrabalancear os custos e os benefícios do tráfico de drogas.

As mudanças de comportamento e de pensamento estão associadas também às pessoas que convivem no cárcere, como pode ser identificado:

Uce n° 43, $\chi^2 = 10$

A gente (vem) (aqui) com (alguma) (coisa), mas tem gente (aqui) que (so) tem (a)

maldade, (nao) (aprende) nem (a) se calar, (aqui) tem gente que ainda quer mandar. (Mulher 8).

A Mulher 8 reclama que dentro do presídio existem pessoas muito diferentes. Indica que uma das coisas que se aprende dentro da prisão é ficar calada e a obedecer e que tem gente que ainda não aprendeu isso. Esta uce indica que quem fica preso tem que obedecer a uma hierarquia e se comportar dentro das regras internas das celas. A palavra “coisa” representada no dendrograma com $\chi^2 = 13$ e frequência de 60%, indica a variedade de coisas a serem aprendidas e respeitadas dentro da prisão e que muitas pessoas devem mudar o seu comportamento e se adequar às regras impostas pelas detentas. Uma alteração frequente na maneira de pensar e de comportar dentro está associada às mudanças religiosas.

Uce n° 135, $\chi^2 = 7$

um pouco de atencao que dao pra gente. eu (aprendi) tudo (aqui) dentro, (coisas) que eu (nao) sabia. Eu (facio) parte (das) heroínas da fe, uma que saiu (na) revista veja. (Mulher 27).

Nesta uce a Mulher 27 diz que foi importante a atenção que recebeu dentro do presídio, pois foi cumprindo pena que passou a fazer parte de um grupo religioso e lembra-se de uma reportagem que saiu numa revista sobre o assunto. A palavra “todas” no dendrograma, cujo $\chi^2 = 11$ e frequência de 78%, indica que muita coisa que ela não sabia aprendeu dentro da prisão, inclusive o sentimento de fé. Fazer parte de um grupo que é reconhecido socialmente fez bem para esta apenada. As principais mudanças estão relacionadas ao aprendizado religioso.

Noutros instantes os estudos e a profissionalização também aparecem como

dados importantes para a alteração de pensar e agir:

Uce n° 81, $\chi^2 = 6$

quero (dar) estudos pros meus filhos. (nao) quero que eles (facam) (coisa) (errada). estudar e ser (policia). (nao), eu (so) acho que deveria soltar (todas) (as) maes da (prisao), (todas) sofrem, mas (as) maes e os filhos sofrem mais, os filhos ficam preso, (as) vezes uns (come) uma (coisa), (a) outra (nao) reparte. (Mulher 17).

Indica que esta mulher deseja que os filhos estudem para ser policiais e que não façam coisa errada na vida. Afirma também que deveriam ser retiradas todas as mães da prisão, porque as crianças sofrem muito com as circunstâncias. As mudanças referentes aos seus pensamentos estão relacionadas aos reflexos que certas circunstâncias podem acarretar aos seus filhos e às demais crianças. A palavra “prisão”, que aparece no dendrograma com $\chi^2 = 8$, reitera que o aprisionamento fez com que a Mulher 17 alterasse a sua postura em relação à educação e ao bem-estar das crianças.

As variáveis que colaboraram para a estruturação desta Classe foram: “escol_2” com $\chi^2 = 7$, “idade_3” com $\chi^2 = 6$, “*m_6” com $\chi^2 = 5$, “*filhos_1” com $\chi^2 = 5$, “escol_3” com $\chi^2 = 4$. O nível de escolaridade apresentado está entre médio e superior, todas as apenas têm filhos, o predomínio da idade está entre 39 a 48 anos e a história mais representativa foi da Mulher 6, que apresentou muitas incertezas em relação à vida futura, mas quer dar continuidade à evangelização. Essas variáveis inferem que, quanto menos perspectivas futuras a mulher encarcerada possui, mais expressivas são as suas referências com a vida espiritual. Como todas são mães, também há indicativo de desejos relacionados à convivência com os filhos e a preocupação com o destino deles.

Nesta classe podemos ver dois pontos principais: o primeiro relacionado ao que aprenderam durante o cumprimento da pena, como o fato de existirem coisas boas e ruins dentro da penitenciária, o aprendizado profissional e religioso, o aprendizado relacionado às regras de convivência entre elas e as lições que tiram para a vida toda. Traz também alguns questionamentos sobre a permanência de crianças em presídios. A Classe 5 está relacionada diretamente à Classe 4, cujas alterações de comportamento e de pensamento estão associados ao códigos de resistência e aos elementos desejados para a vida futura.

4.3.3 BLOCO MOTIVO DA PENA A SER CUMPRIDA

Em relação ao bloco Motivo da Pena a Ser Cumprida, referentes aos motivos que as levaram a transgredir a lei e a identificação de cada crime, obtivemos o seguinte resultado: o bloco apresenta 27 u.c.i's, que foram submetidas à análise do *software* ALCESTE, com 4228 ocorrências de palavras, das quais 1.164 consistem em formas distintas, com uma divisão do *corpus* em 118 u.c.e's. As linhas de comando referentes à “*duracpena_2” com $\chi^2 = 11$, “*idade_1” com $\chi^2 = 10$, “m_15” com $\chi^2 = 6$, “*escol_1” com $\chi^2 = 5$, “*corpele_2” com $\chi^2 = 4$ e “motivo_3” com $\chi^2 = 4$ foram muito importantes para a estruturação da primeira Classe. Já na segunda Classe as linhas de comando que mais contribuíram foram: “*corpele_4” com $\chi^2 = 24$, “*m_26” com $\chi^2 = 14$, “escol_4” com $\chi^2 = 10$, “motivopena_1” com $\chi^2 = 9$, “m_25” com $\chi^2 = 8$ e “m_4” com $\chi^2 = 5$. O *corpus* foi definido, a partir de uma média ($X = 4$).

Pode-se observar que, após a redução das palavras em suas raízes lexicais, das 4.228 palavras, 1.164 eram analisáveis e 118 eram palavras instrumentos. As 1.164 palavras analisáveis ocorreram 4 vezes para definir uma uce. As 118 u.c.e's do *corpus*

foram divididas em 2 classes principais, o que corresponde a 95,02% do aproveitamento total, sendo que a primeira classe teve aproveitamento de 73% e a segunda 27%. Os critérios utilizados para determinar o conjunto dos radicais em cada classe foram aqueles que o programa apresenta e que tenham o $\chi^2 \geq 3$, 84.

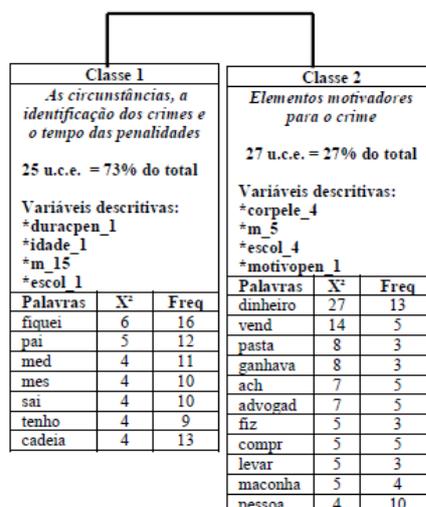


Figura 3: Dendrograma Motivo da pena a ser cumprida

Estas duas Classes estão diretamente ligadas entre si. O ALCESTE relacionou as circunstâncias, a identificação dos crimes e o tempo das penalidades, identificados na Classe1, com os elementos motivadores para o crime, identificados na Classe 2, originando, assim, o motivo da pena a ser cumprida.

4.3.3.1 Classe 1 – As circunstâncias, a identificação dos crimes e o tempo das penalidades.

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de uce igual a 70, correspondente a 73% do total. A Classe 1 aponta elementos referentes às circunstâncias

nas quais os crimes aconteceram, o tipo de crime e o tamanho da pena a ser cumprida . As variáveis atribuídas para a construção desta primeira Classe foram: “duracpena”, “idade_1”, “m_15” e “escol_1.” O ALCESTE aglutinou o motivo da pena da mulher 15, que foi violência sexual dos filhos, com a idade que varia entre 18 a 28 anos, a duração da pena e o baixo índice de escolaridade, que é de ensino fundamental incompleto para compor esta Classe.

O maior tempo de sentença e o crime de uma apenada ganhou destaque:

A uce n° 25, $\chi^2 = 6$

(homicídio). 66 (anos). neste, desde 2000. to a 23 (anos) dentro (do) sistema. sao_paulo, parana, campo_grande, rondonopolis, santo antonio_do_leverger, urso branco, rondonia e aqui. A penitenciária de urso branco e subterrânea, so tem luz artificial. (fiquei) 6 (meses), e de segurança máxima, de presos perigosos. (Mulher 6).

A uce acima demonstra que a Mulher 6 foi presa por múltiplos homicídios e cumpre a pena máxima. Ela afirma que já passou por penitenciárias de vários Estados brasileiros, inclusive uma de segurança máxima. Ela relata todas as penitenciárias por que passou. A palavra cadeia está relacionada a todos esses lugares em que ela ficou presa e a palavra “meses” com o tempo que ela está cumprindo pena. Nesta Classe o motivo e a duração da pena são muito importantes na construção das uce’s. A Mulher 6 afirma que o motivo da pena é homicídio e que está cumprindo uma pena de 66 anos. Também foi enunciado o tipo de crime, com indicação das circunstâncias em que ele ocorreu, como pode ser visto a seguir:

Uce n° 34, $\chi^2 = 6$

qualificado, como latrocínio. mas a historia nao e essa (na) verdade. foi que eu (morava) sozinha, (separei) (dele), ai eu (sai) de (casa), e eu (com) (meu) (pai), como a (casa) (dele) era perto, (ele) queria ser dono (da) quadra inteira, eu era usuaria de droga, cheguei ate falar (com) outra pessoa, vim (para) o zero, prostitui, (Mulher 11).

A Mulher 11 afirma que está presa por latrocínio, narra as circunstâncias do aprisionamento e diz que a verdadeira história desse roubo seguido de morte é outra; afirma também que se separou do marido e que o pai intencionava ficar com uma quadra de terra inteira para ele. Ela assume que era dependente química e que se prostituiu.

Além da circunstância do crime, há a evocação de outras decisões tomadas pelo sujeito diante da vida. Na uce anterior ela fala do uso de entorpecentes e prostituição, enquanto que na seguinte há a afirmação de que a apenas não quis prosseguir com os estudos.

Uce n° 100, $\chi^2 = 6$

eu decepcionei (minha) (mae) (nos) estudos. eu tive oportunidade e nao aproveitei. O (pai) ta (preso), por trafico (tambem). (meu) (pai) era (cadeia), eu (cadeia). trafico. (Mulher 23).

Neste relato a Mulher 23 disse que decepcionou a mãe por não seguir os estudos, que teve oportunidade na vida e não aproveitou. Diz que seguiu os mesmos caminhos que o pai: o tráfico de drogas. Esta uce indica que o crime de tráfico de drogas e a punição por este crime, que é a privação de liberdade, estão na família por duas

gerações.

Seguindo a identificação dos crimes, há o apontamento de estelionato e do sentimento da apenada quando foi presa.

Uce nº 15, $\chi^2 = 5$

(dei) 40 folhas de (cheque) num (dia) so. ai (fui) (presa) por causa (dos) (cheques), (presa) por (estelionato), (meu) (marido) pagou os (cheques). (sai), (fui) (para) a (casa). eu (fiquei) (com) raiva de ter ido (pres). de-todo o tempo que eu (fiquei) (separada) (da) (minha) (mae) eu (fui) ver (minha) (mae) (na) (cadeia), (ela) (ficou) cuidando (dos) (meus) (filhos). (Mulher 4).

Esta uce indica que a Mulher 4 foi presa por estelionato, em um único dia deu 40 cheques sem fundo. Ela afirma que, mesmo o marido pagando pelos cheques sem fundo, ela foi presa. Indica também que sentiu raiva por ter sido presa e que deixou os filhos para serem cuidados pela mãe, mesmo estando sem vê-la há muito tempo. A palavra “dos” correlaciona-se aos cheques emitidos, daí a razão do aprisionamento e a palavra “fiquei” indica o sentimento dela, que foi de raiva, ao ter sido presa.

As uce's acima, referentes à Classe 1, retratam os motivos pelos quais as apenadas estão cumprindo pena. Identificam alguns tipos de crimes cometidos por elas, dentre os quais homicídio, tráfico de drogas, estelionato e latrocínio. A uce de número 100 é um recorte do tipo de crime mais comum no estado de Mato Grosso: o tráfico de drogas. Na uce de número 25 é possível identificar a sentença de uma mulher e por quanto tempo permaneceu em outras prisões e por quantas penitenciárias diferentes passou, dentre as quais uma de segurança máxima. Como ela tem 66 homicídios confessados, há um indicativo de ser uma presa com alto potencial para assassinatos,

derivando daí, tantas transferências. Na uce de número 34 a Mulher 11 fala que há incongruências em torno do seu aprisionamento e diz que o seu pai está associado ao fato, por querer ter um lote de terras. Existe também a fala relacionada à prostituição e ao uso de drogas. Na uce 15 a Mulher 4 fala do estelionato e do sentimento de raiva ao ser presa.

Assim, as circunstâncias, a identificação dos crimes e o tempo das penalidades estão dispostos de acordo com o entorno social, havendo um envolvimento com a família, com questões econômicas e de ordem psicológica.

4.3.3.2 Classe 2 – Elementos motivadores para o crime.

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de uce igual a 26, correspondente a 27% do total. A Classe 2 aponta os crimes que as levaram a cumprir a pena, a desfavorável situação econômica que colaborou para o cometimento de crime, questões de ordem psicológica e problemas com a dependência química. Nesta Classe a palavra “dinheiro” aparece como a mais importante com $\chi^2 = 27$ e frequência de 13% e a palavra “ganhava” constitui elementos de ligação entre as questões de ordem econômica e de ordem psicológica. As variáveis atributo que contribuíram para a construção desta Classe foram: “corpele_4”, que é indígena, “m_5”, condenada por latrocínio, “escol_4”, que é ensino médio completo, e “motivpena_1”, indicando que não há uma uniformidade nas condições, nem nos sujeitos que cometeram crimes, fato que pode ser visto nos casos a seguir:

Uce n° 83, $\chi^2 = 20$

A primeira (vez) foi porque (eu) (tava) passando (por) um momento difícil, devendo o aluguel; depois (eu) continuei, (achava) que (vender) nao era (errado),

nao (eu) (levar), (eu) (achava) que-se (eu) (tivesse) mais (eu) seria feliz, se (eu) (tivesse) mais (dinheiro) (as) (pessoas) iam me respeitar mais, mais (por) vaidade mesmo. (Mulher 19).

A Mulher 19 foi presa por tráfico de drogas e, segundo ela, começou a traficar porque estava desempregada e por achar que vender droga não era errado. Depois continuou a vender porque queria ganhar mais dinheiro e associava essa posse com a felicidade, obtenção de respeito e por vaidade. Ela revela que a causa do envolvimento com o tráfico de drogas ocorreu porque estava passando por um momento econômico difícil, devendo inclusive o aluguel da casa em que morava.

Além das questões de sobrevivência, a seguir podemos observar que há questões relacionadas à manutenção de *status* e de um ganho não material:

Uce n° 11, $\chi^2 = 14$

(eu) (ganhava) (muito) (dinheiro). (trabalhar) com. hoje e deputado federal, (pessoas) riquissimas, tudo (grande), (eu) vivia bem (arrumada), eles tinham (uma) troca de (dinheiro), o (dinheiro) era (muito) (grande), mas a minha ambicao era maior, puxa, (eu) tinha sofrido tanto, mas (eu) queria a minha historia (agora). (Mulher 4).

A Mulher 4 foi presa por estelionato. Remonta à tentativa de tentar suprir frustrações através da aquisição de bens de consumo, ademais ilustra o envolvimento de parlamentares e pessoas abastadas no mundo do crime.

Outras situações sugerem a manutenção da dependência química:

Uce n° 31, $\chi^2 = 6$

tráfico e associação, (to) (aqui) a tres anos. (eu) me envolvi com (pessoas) erradas, de festa, de farra, (eu) criei (uma) fama. (eu) nem traficava tanto, dava mais guarita (as) (pessoas) que faziam. (Mulher 9).

Nesta uce o motivo da prisão é tráfico de drogas e crime de associação. A palavra “eu” está correlacionada ao envolvimento da apenada com os outros e é representada pela palavra “pessoas”, as quais usavam e comercializavam drogas. Ela alega que esse envolvimento deu uma “fama” a ela de traficante e por isso foi sentenciada. O fato de dar “guarida” para quem comercializava drogas ilícitas caracteriza o tráfico de entorpecentes.

Esta Classe aponta algumas das questões que levaram as apenadas a cumprirem penas: a situação de ordem material, como o desemprego; a situação de ordem psicológica, como a ambição desmedida; e também a questão da dependência química e associação às pessoas que usam e traficam drogas. Sobre os motivos da pena a ser cumprida, este bloco relaciona as circunstâncias nas quais ocorreram as prisões, tipifica os crimes, identifica o tempo das penalidades e traz elementos motivadores para a ocorrência dos crimes. Para as questões do encarceramento ainda incorrem as condições ideológicas do papel feminino e as relações sociais estabelecidas por elas. Destaca-se a fragilidade da mulher diante das situações apresentadas e sem nenhum tipo de acompanhamento psicossocial.

Este bloco, que aglutinou o motivo da pena a ser cumprida, trouxe como variáveis importantes na Classe 1: “*duracpena” com $\chi^2 = 11$, “idade_1” com $\chi^2 = 10$, “m_15” com $\chi^2 = 6$, “escol_1” com $\chi^2 = 5$. Pode-se inferir que a duração da pena

imputada à Mulher 15 foi altamente significativa para a composição desta Classe. Ela cumpre 21 anos por estupro dos filhos. Este crime, que outrora era exclusividade masculina, com a mudança do código penal, quando a mãe sabe do crime, mas não denuncia, incorre no crime de concurso de 2 ou mais pessoas no ato de estupro e não mais por atentado violento ao pudor. Essa mulher, que foi violentada quando criança, foi penalizada por não denunciar o companheiro estuprador. O perfil desta Classe também denota baixa escolaridade. Logo, pode-se fazer uma relação entre a duração da pena e a escolaridade: pena alta e escolaridade baixa. Fazendo uma média entre a idade dela, 31 anos, e a pena imputada, 21 anos, percebe-se o que ocorre com uma significativa parte das mulheres apenadas: praticamente passaram as suas vidas presas.

Na Classe 2, as variáveis significativas foram: *corpele_4 com $\chi^2 = 24$, m_26 com $\chi^2 = 14$, escol_4 com $\chi^2 = 10$, motivpena com $\chi^2 = 9$. A Mulher 26 cumpre pena por tráfico de drogas e a escolaridade escolhida pelo ALCESTE foi de nível de pós-graduação. Como o tráfico de drogas é altamente recorrente no presídio feminino, pode-se inferir que a baixa escolaridade não interfere diretamente no direcionamento das mulheres para esse tipo de crime. Para o crime de tráfico de drogas, o que conta mais é o desejo de obter bens materiais e o desemprego. Como o tráfico de drogas por mulheres é o crime que mais cresce desde 2002, não é raro ser de autoria de universitárias ou pessoas com nível superior. O crime de tráfico abrange todas as categorias sociais e não tem apenas o perfil de pessoas com baixa escolarização.

4.3.4 Bloco organização social dentro do presídio.

Em relação ao bloco Organização Social Dentro do Presídio, referentes à maneira como elas se organizam para enfrentarem as dificuldades cotidianas diante do

aprisionamento e da convivência com outras apenadas, obtivemos os seguintes resultados: o bloco apresenta 27 u.c.i's, que foram submetidas à análise do *software* ALCESTE, com 5.932 ocorrências de palavras, sendo que, dessas, 1.487 consistem em formas distintas, com uma divisão do *corpus* em 144 u.c.e's. As palavras e os radicais mais expressivos para a constituição desse bloco foram “ano” com $\chi^2 = 21$, com frequência de 100% e “tav” com $\chi^2 = 9$ e frequência de 64% , com o significado de “estava”, “sair” com $\chi^2 = 42$ e frequência de 88% e “chor” com $\chi^2 = 28$ e frequência de 83%, cujos significados são “chorar”, “chorava” e “chorei”, “vez” com $\chi^2 = 12$ e frequência de 100%, “compr” com $\chi^2 = 6$ e frequência de 100%, “mundo” com $\chi^2 = 15$ e frequência de 67% e “par” com $\chi^2 = 23$ e frequência de 100%. O *corpus* foi definido, a partir de uma média ($X = 4$).

Pode-se observar que, após a redução das palavras em suas raízes lexicais, das 5.932 palavras, 1.487 eram analisáveis e 144 eram palavras instrumentos. As 1.162 palavras analisáveis ocorreram 4 vezes para definir uma u.c.e. As 144 u.c.e's do *corpus* foram divididas em 4 classes principais, o que corresponde a 95,83% do aproveitamento total, sendo que a primeira classe teve aproveitamento de 26%, a segunda 13%, a terceira de 42% e a quarta de 19%. Os critérios utilizados para determinar o conjunto dos radicais em cada classe foram aqueles que o programa mostrou com $\chi^2 \geq 3$, 84.

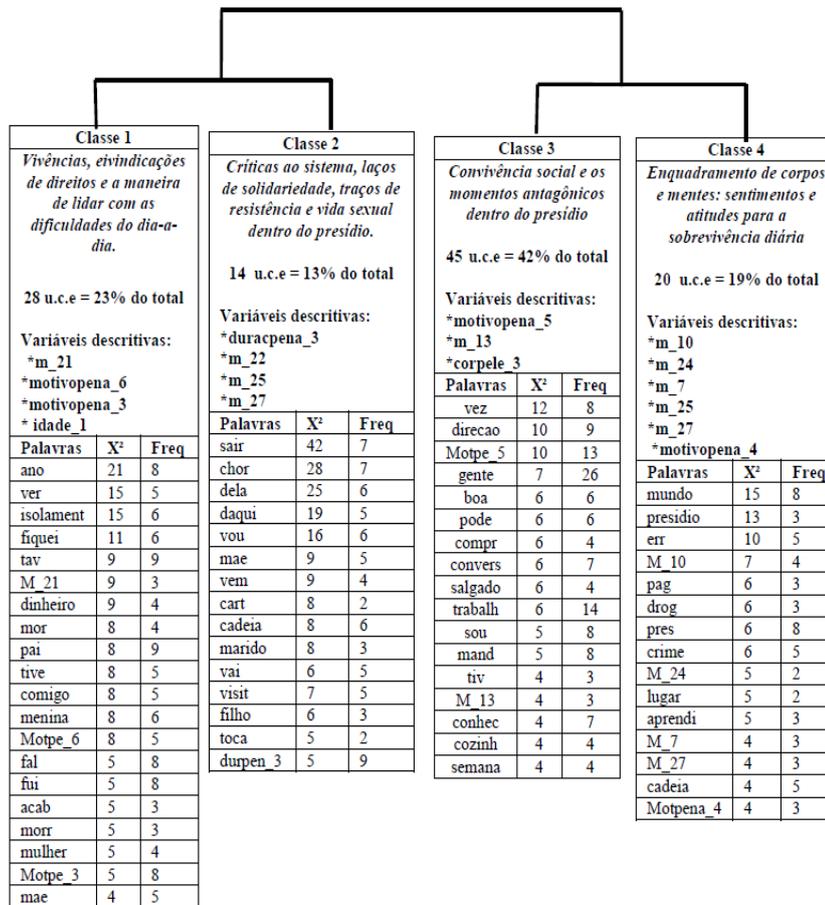


Figura 4: Dendrograma Organização social dentro do presídio

Este bloco foi formado por quatro Classes, dispostas da seguinte maneira: A primeira Classe, chamada de Vivências, reivindicações de direitos e a maneira de lidar com as dificuldades do dia-a-dia, está diretamente relacionada com a segunda Classe, denominada de Críticas ao sistema, laços de solidariedade, traços de resistência e vida sexual dentro do presídio. A terceira Classe, chamada de Convivência social e os elementos antagônicos dentro do presídio, está diretamente ligada à quarta Classe, chamada de O enquadramento de corpos e mentes: sentimentos e atitudes para a sobrevivência diária. Essas duas divisões estão unidas para dar forma ao bloco que disponibiliza informações acerca da organização social das apenadas dentro do presídio,

contém informações sobre a vida delas dentro das celas, a luta para driblar as dificuldades e demonstra como é a organização dentro do um sistema prisional feminino.

4.3.4.1 Classe 1 – Vivências, reivindicações de direitos e a maneira de lidar com as dificuldades do dia-a-dia.

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de uce igual a 28, correspondente a 26% do total. A Classe 1 aponta as experiências vividas pelas mulheres dentro do presídio: como reivindicam seus direitos que ora são respeitados, ora não são garantidos, como percebem as dificuldades do dia-a-dia, as punições como regras normalizadoras do regime de detenção, a lida com os filhos na penitenciária e a questão da homoafetividade dentro das celas. As variáveis atributo que mais contribuíram para a formação desta Classe foram: “m_21”, “motivopena_6”, “motivopena_3” e “idade_1”, que correspondem à administração do presídio e a situações que foram consideradas favoráveis ou desfavoráveis enquanto cumprem pena.

Uce nº 17, $\chi^2 = 26$

eu (fui) para o (isolamento) (sem) dever (nada). (teve) um motim doido (ai). (la) (tinha) bichos, eu (falei:) eu vo (morre). (surtei) com (os) bichos, (surtei), (surtando) (mesmo). eu que (morava) numa mansao. primeiro (me) (jogaram) no raio 4, (falei:) (me) tiram daqui, sou (mulher) de (polícia), (ai) (fui) para o (isolamento), (sem) (nada), so bicho, (fiquei) 8 (dias), (ai) (tive) que (tomar) (remedio) controlado. (Mulher 4).

A uce acima demonstra que a Mulher 4 sofreu uma punição em virtude de um

motim ocorrido na prisão. Ela disse que não fez parte do motim e que o local em que permaneceu, denominado “isolamento”, era deplorável. Sugere que essa situação a levou a tomar medicamentos controlados. Indica também as vivências a partir de rebeliões e de ter ido para um raio que não oferecia a segurança necessária, em virtude de ela ser cônjuge de policial.

Como medida administrativa, a uce a seguir trata de situações em conformidade com a Lei de Execução Penal:

Uce nº 87, $\chi^2 = 17$

quando o meu (pai) (morreu) (os) (policial) (me) (deixaram) (ver) meu (pai) no velório (sem) algema, (fiquei) so 5 minutos. A gente se relaciona (bem). (Mulher 15).

A uce acima indica a saída da detenta do presídio para ir ao velório do pai. A palavra “pai” contribui para a formação desta uce. A permissão de saída é assegurada na Lei de Execução Penal, no artigo 120, concedida sempre mediante escolta, pelo tempo necessário, nos casos de falecimento ou doença grave do cônjuge, companheiro, ascendente (pai, mãe, avô, avó), descendentes (filhos) ou irmãos; quando houver necessidade de tratamento médico; ou comparecer em audiência judicial. Esta uce indica o cumprimento de direitos da apenada quando o pai dela faleceu.

Na uce a seguir há uma reclamação referente ao tratamento recebido na penitenciária

Uce nº 18, $\chi^2 = 11$

(ai) (veio) (os) direitos humanos, mandou tirar, (ai) (teve) uma audiência com o

seu, meu advogado e (a). agora eu to (ai), (tomando) (remedio). cheguei (na) cadeia e (falavam:) (joga) no meu (cubiculo). (joga) no meu (cubiculo). eu (fui) condenada (a) 7 (anos) por-isso. eu achava que (quem) (tinha) (dinheiro) nao ia presa, o juiz (falou:) eu vou mostrar pra voce que (quem) tem (dinheiro) vai preso sim. (Mulher 4).

A uce acima demonstra a atuação dos Direitos Humanos e do advogado no caso desta apenada. Mostra que a Mulher 4 está tomando remédios dentro da cadeia e que o juiz que a condenou mostrou para ela que, mesmo quem tem dinheiro, vai preso também. Esta uce sinaliza a reivindicação por direitos dentro do presídio.

A uce a seguir demonstra um fato considerado bom pelas detentas, dentro da penitenciária :

Uce nº 106, $\chi^2 = 7$

A (menina) que eu (estou) envolvida com (ela), (ela) (veio) aparecer (na) (minha) (vida), eu nao (sei) (como) isso (foi) (acontecer). de tudo o-que eu vivi (na) (minha) (vida) (ate) hoje, (a) melhor parte e a-que eu (estou) vivendo hoje, eu nunca (tinha) tido felicidade, nunca (tive) o prazer de dizer, nao (sei) (como) (fui) (me) envolver com (Mulher 25).

Esta uce apresenta uma experiência homoafetiva dentro do presídio. A apenada cita que este é o momento mais feliz da sua vida e que encontrou a felicidade tendo um relacionamento afetivo e sexual com uma mulher, que é sua companheira de cela. Esta uce está relacionada a uma vivência afetiva dentro da cadeia. Segundo a literatura, a homoafetividade dentro dos presídios está ligada à autoimagem. A pessoa presa nota

uma significativa mudança da condição sexual, e a concepção que tem de si mesma altera-se diante do aprisionamento, resultando em questionamentos sobre a identificação sexual. Como a pessoa reclusa está separada do sexo oposto, há uma autoindagação sobre a identidade. Ademais, nos presídios femininos, não é comum visitas sexuais por parte dos companheiros, aumentando as probabilidades de reflexões sobre a identidade sexual, mesmo que não ocorram definitivamente atos sexuais homoafetivos.

Outra cena que envolve a organização da penitenciária é a saída esporádica de algumas apenadas para resolverem algumas questões fora dos muros da prisão, como é apontado a seguir:

Uce n° 51, $\chi^2 = 8$

(foi) (a) maior cena para tirar o (dinheiro) do banco, carro da escolta, (os) caras que conheciam o carro, gritavam: viva (a) (mulherada). viva o pascoalzinho. usa (na) ocasião de inss, da troca da senha. eu to mal de saúde. to com nódulo, (tava) pequenininho, agora (ta) grande, não (tava) aguentando fazer xixi. (Mulher 8).

A primeira parte desta uce narra uma saída da Mulher 8 para ir ao banco. A saída da penitenciária pode ocorrer mediante decisão judicial. No decorrer da situação, as pessoas que sabiam do que se tratava e ao ver o carro policial e a escolta, ecoaram publicamente uma salva à Penitenciária Masculina do Pascoal Ramos, citada na uce como “pascoalzinho”. Esta parte refere-se, então, ao cumprimento de normas e garantia de direitos. A segunda metade da uce está associada ao atendimento médico da mulher presa. Segundo o Conselho Nacional de Justiça a avaliação dos órgãos genitais e reprodutores devem ser realizados uma vez ao ano. Esta fala denuncia o não cumprimento do direito à saúde desta mulher. O nódulo estava pequeno e, sem

tratamento, está crescendo. A palavra “tava” relaciona-se com o agravamento da doença com o passar do tempo.

A seguir existe uma reclamação sobre o tratamento entre as pessoas que coabitam numa cela:

Uce n° 73, $\chi^2 = 6$

(os) preconceitos, níveis financeiro. (quem) tem (dinheiro) e (bem) (tratado). quando meu marido (vinha), eu não (lavava) um (cubículo), nem (a) (minha) própria (roupa), então (acabou), já não tenho amizade (como) (era), já bateu acesso ne mim, ficaram com nojo de mim. (Mulher 15).

Esta uce denuncia que há divergência no tratamento entre as apenas quando há diferença econômica entre elas. Não se refere à classe social, mas às compras semanais recebidas pelas detentas de parentes e amigos nos dias de visita. Quando a presa recebia ajuda externa, não executava certos serviços dentro da cela. Como não recebe mais, houve uma mudança, para pior, no tratamento dispensado por seus pares. Esta uce demonstra uma dificuldade do dia-a-dia enfrentada pela apenas, dizendo que “acabou” certos confortos que tinha porque acabou o dinheiro dela. Não tem mais amigas dentro da cela e as companheiras de cela sentem nojo dela em virtude de problemas de saúde. Esta uce traz as discriminações sofridas em virtude da sua situação econômica .

Outra regra do dia-a-dia refere-se ao uso do telefone no presídio:

Uce n° 20, $\chi^2 = 5$

por-que o telefone. eu não fico (sem) telefone, perdi o meu (irmão) (dia) de natal, (fiquei) com o celular porque meu (irmão) (tava) (na) uti, peguei (isolamento); (a)

gente (acaba) nao tendo acesso ao (orelhao), quando tem (orelhao) nao tem agente, quando tem agente, o (orelhao) (ta) estragado. (Mulher 4).

Esta uce refere-se à utilização do uso de celular dentro da cela. Por usar o telefone móvel, ela teve punição. A Mulher 4 alega que o telefone fixo do presídio não atende às necessidades das apenadas. Conforme o artigo 58, parágrafo XXXII, do Regimento Interno Padrão dos Estabelecimentos Prisionais do Estado de Mato Grosso, constitui falta de natureza média o uso de telefone móvel por pessoas presas. Esta uce indica dificuldades relacionadas à comunicação e a um tipo de punição no dia-a-dia da Mulher 4. Está em consonância com um dos problemas encontrados no dia-a-dia da mulher presa.

A seguir há uma contradição entre o que é oficialmente estabelecido nos sistemas prisionais e a fala da apenada sobre a aplicação punitiva do isolamento:

Uce n° 111, $\chi^2 = 4$

eu pensei que eu ia (morrer) aqui dentro, eu (tava) no (isolamento), e um quarto, so tem uma grade. todo mundo quando (chega) tem que ficar (la). E (depois) eu pedi servico. pos eu para trabalhar (na) creche. eu comecei (a) trabalhar e pedi pra ficar com meu filho cacula, o meu filho de 12 (anos) ficou com (a) (minha) mae. (Mulher 22).

Na uce 111 são demonstradas duas coisas: a primeira é a questão do isolamento, quando afirma que todas as pessoas que chegam ao presídio têm que ficar lá. Essa afirmação entra em contradição com o Regimento Interno Padrão dos Estabelecimentos Prisionais do Estado de Mato Grosso, que diz no capítulo I, artigo 65, que o isolamento

é preventivo e é executado dentro de uma sanção disciplinar de falta grave. A segunda questão refere-se ao trabalho dentro do presídio. Ela pediu para ficar na creche para que pudesse ficar com o filho caçula, uma vez que o filho de doze anos ficou com a mãe. Esta solicitação está de acordo com o artigo 138 do Regimento Interno Padrão do Estado de Mato Grosso, que dispõe o seguinte: O Estabelecimento Penal manterá o trabalho do reeducando como dever social e condição de dignidade humana, com finalidade educativa, produtiva e ressocializadora. Esta uce está relacionada às vivências dentro do presídio: solidão, serviços internos e cuidados com os filhos. Traz também os sentimentos dessa mulher, quando pensou que “ia morrer”, no sentido de não saber se suportaria o suplício do isolamento e demonstra também o sentimento materno, porque desejou trabalhar na creche para manter a proximidade com o filho caçula.

A Classe 1 trata das vivências das mulheres ao manterem um tipo de organização social dentro do presídio e traz aspectos das normas institucionais, assim como assuntos relacionados à reivindicações de direitos e contestações quando esses direitos são desrespeitados. Também mostrou a ação dos Direitos Humanos no caso referente ao isolamento, que é visto pelos Direitos Humanos como algo altamente nocivo à saúde da pessoa presa. Foi possível identificar que os relacionamentos homoafetivos servem de paliativos para a solidão, entretanto é comum uma mudança na orientação sexual da pessoa presa, e quando ela retoma à liberdade, existem problemas existenciais que necessitariam de acompanhamento profissional. Nesta Classe foi possível identificar também algumas dificuldades encontradas quanto ao uso do telefone público e as punições referentes ao uso do celular. Demonstrou que há uma variação entre o respeito dos direitos das apenadas e situações que não colaboram para a reinserção das mulheres na sociedade.

Nesta Classe foi possível associar, a partir das variáveis “m_21”,

“motivopena_6”, “escol_1”, “motivo pena_3” e “idade_1”, que os crimes que mais interferiram na organização social dentro do presídio foram homicídio e estelionato, de mulheres jovens e com baixa escolaridade. Entretanto a Mulher 21 cometeu o crime de estupro e tem uma condenação alta, de 35 anos. Comparando a sua idade , que é de 31 anos com a pena que lhe foi imputada, pode-se inferir que o tempo da pena é uma característica muito forte relacionada às vivências dessas mulheres encarceradas. Quanto mais tempo estão dentro do presídio, mais complexas tornam-se as estruturas de reivindicações e as alternativas encontradas para driblar as dificuldades do dia-a-dia.

4.3.4.2 Classe 2 – Críticas ao sistema, laços de solidariedade, traços de resistência e vida sexual dentro do presídio.

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de uce igual a 14, correspondente a 13% do total. A classe 2, que aponta a organização social implantada por elas dentro do presídio, aponta muitas críticas em relação ao sistema penitenciário, o sofrimento das presas, os laços de solidariedade entre elas, a questão sexual e elementos de resistência no dia-a-dia. As variáveis atributo que mais contribuíram para a formação desta Classe foram “duracpena_3”, “m_22”, “m_25”, e “m_27”.

Apontando críticas ao sistema, a uce a seguir traz a seguinte informação:

Uce° 28, $\chi^2 = 23$

(isso) ta criando revolta, (vai) acontecer uma rebeliao aqui, eles (estao) salvo, (mas) acontece (coisas) (com) as pessoas aqui (dentro); as pessoas (que) (vem) (visitar) sao humilhadas, (eu) (vou) procurar o ministerio publico (quando) (eu) (sair) (daqui). aquela, (ao) mesmo (tempo) (que) ta rindo (pra) voce, ela e

estupida. (Mulher 5).

Além da questão da rebelião como forma de protesto ao tratamento dado às mulheres presas, a apenada afirma que ocorrem muitas “coisas” dentro da prisão e que ela irá denunciar ao Ministério Público quando sair da cadeia. Esta uce indica protestos em virtude do tratamento dados às presas e às visitas e relaciona-se a formas de enfrentamento e resistência diante dos acontecimentos internos da prisão.

Há também reclamações referentes ao próprio sistema penitenciário.

Uce nº 116, $\chi^2 = 20$

nao e ficar trancado aqui (que) (vai) (mudar) a gente, (cadeia) nao (muda) ninguem. sao (tudo) uma maravilha, tudo-bem, todos gostam de mim. O resto (eu) (choro) (quando) (vai) (embora). so (com) (meu) (marido) (que) (eu) nao (choro). (eu) sou muito grudada (com) a minha (mae), nao afasto (dela) (pra) nada. (Mulher 25).

Nesta uce a apenada indica que a prisão é improfícua no sentido de ressocializar uma pessoa. Mesmo sendo uma pessoa pacífica dentro do presídio, a detenta não vislumbra a cadeia como uma medida educativa, apega-se a familiares e ao choro para aliviar o sofrimento. Esta uce indica uma crítica ao modelo de ressocialização do indivíduo e uma forma contida de conviver com o sofrimento.

O sofrimento e o suplício também podem ser vislumbrados na uce que segue:

Uce nº 115, $\chi^2 = 7$

(E) aonde o (filho) (chora) e a (mae) nao (ve), nao desejo nem para o proprio

inimigo. nao tinha (que) ter (cadeia) para as pessoas, tinha (que) ter trabalho para as pessoas la-fora. (Mulher 22).

Essa uce apontar que cadeia não resolve; afirma que uma pessoa precisa de trabalho para sentir-se útil e autônoma dentro da sociedade. Aponta também que, na cadeia, só existe sofrimento. Essa uce está ligada ao sofrimento da apenada e a forma como ela percebe o sistema prisional. Refere-se também a uma crítica contra o sistema.

Ademais, há reclamações sobre as instalações da penitenciária e o esforço que a detenta tem que despende para não fazer coisas erradas.

Uce n° 79, $\chi^2 = 19$

como (eu) (vou) tirar (visita) na (toca). (meu) (marido) tem 2 metros de altura. A (primeira) (cadeia) (que) (eu) tirei (eu) tinha muito odio, muita revolta, (nessa) segunda (eu) (mudei) muito, (meu) pensamento, (com) o sofrimento, a gente aprende muita (coisa), (coisa) errada (eu) nao quero. (Mulher 12).

Essa uce indica que no presídio feminino Ana Maria do Couto May não existe venustério, ou seja, um lugar apropriado para que as detentas tenham visitas íntimas com os seus companheiros. Demonstra que houve uma alteração de sentimento entre uma cadeia e outra, mas que o sofrimento permanece. Essa uce apresenta uma reclamação sobre o modelo arquitetônico do presídio e como isso compromete a sua vida íntima e sexual.

Diante de tantos dissabores há também laços de solidariedade.

Uce n° 143, $\chi^2 = 17$

(E) essa menina (que) ta aqui (dentro), (eu) dei forca (pra) ela, (quando) ela perdeu a (mae) (dela), a (que) e (onde) (eu) (vou) morar (quando) (eu) (sair) (daqui). (Mulher 17).

Essa afirmação está relacionada a laços de amizade e solidariedade que nascem dentro do presídio e podem ser mantidos quando as apenadas estiverem em liberdade. Essa uce indica estratégias para amenizar as dificuldades do cotidiano e aos planos que são feitos para o futuro enquanto cumprem a pena. Há uma indicação de formas de resistência diante das dificuldades.

A solidariedade torna-se necessária também diante da superlotação.

Uce n° 93, $\chi^2 = 9$

A gente se ajuda, (quando) minha colega tava grávida, (eu) dei minha jega (pra) ela e desci (pra) (toca) (com) (meu) (filho). nos (primeiros) dias (eu) quase morri (chorando), parecia (que) aquele trem ia cair na minha cabeça, parece um tumulo. (Mulher 17).

Essa uce traz duas informações: a primeira é a de ajuda e altruísmo de uma apenada em relação a outra que estava grávida. A segunda demonstra que não havia vaga para receber mais uma mulher dentro da cela destinada a mães e parturientes e isso provocou o sofrimento da entrevistada em ter que dormir embaixo de uma das camas, lugar que, segundo ela, assemelha-se a um túmulo e que é chamado de “toca” por elas. Essa uce indica solidariedade para enfrentar as dificuldades do dia-a-dia.

As dificuldades são vistas a longos prazos, abaixo nota-se uma preocupação da apenada que vai além do fato de estar presa.

Uce n° 100, $\chi^2 = 6$

(sair) (daqui) sem uma profissao e dificil. normal, (eu) nunca tive problema (com) ninguem, nunca fui chamada por ninguem. aqui voce escreve uma (carta), espera dois tres meses (pra) chegar la. (Mulher 19).

Além de apontar as dificuldades que essa mulher pensa em enfrentar depois que sair da cadeia, sem profissão, diz também que tem bom comportamento, que não sofreu nenhuma punição dentro do presídio e cita a dificuldade de comunicação com o mundo externo, pois uma carta demora a chegar ao seu destino. Essa uce está ligada à forma que ela encontrou de se comportar dentro da prisão e a tentativa de comunicação com o mundo externo durante o cumprimento da pena.

Esta segunda Classe trouxe aspectos relativos às formas que as apenadas encontraram de organizarem o seu cotidiano dentro da penitenciária. Há protestos, cujo objetivo é de dar visibilidade aos seus direitos e de fazer uma crítica ao sistema penitenciário, demonstra as formas de resistência e de enfrentamento diante das adversidades, ora apresentado como choro, ora como um comportamento condizente com aquilo que é imposto como normas internas. Há também uma tentativa de manter a comunicação com o mundo externo e apresentação de laços de solidariedade.

Quanto a estas formas de lidar com os acontecimentos cotidianos da prisão, remonta à ideia de que a cadeia tem como consequência primordial a interrupção dos antigos vínculos sociais, especialmente com os familiares e a vida afetiva, de tal sorte que a detenta constrói uma vulnerabilidade com o sistema prisional. As maneiras encontradas por elas para sentirem-se partícipes da vida social consiste em depositar seus pensamentos e seus atos em forças antagônicas, ora de retração e supressão dos

sentimentos, ora em falar sobre seus direitos e fazerem críticas ao sistema. De qualquer modo há uma força intrínseca em seus movimentos, que não remete à submissão e castração dos seus objetivos.

A Classe 2 relacionou assuntos referentes à críticas ao sistema carcerário brasileiro, às ações de solidariedade como forma de driblar as dificuldades e aos apontamentos sobre as dificuldades arquitetônicas para receber visitas íntimas. Como a solidão e o afastamento da vida social é uma constante, há de se levar em conta que a interrupção de vínculos afetivos afeta sobremaneira a saúde da mulher e prejudica a sua ressocialização. Essa desestrutura aumenta a dependência da mulher presa em relação à unidade prisional, seja em relação a outras detentas seja em relação a funcionários. Há uma construção de experiência negativa do presídio na manutenção dos direitos da pessoa.

A partir da variável “duracpena_3”, pode-se inferir que nesta Classe a duração da pena também foi de extrema importância para a construção das uce’s. Como a duração de pena no nível 3 está na faixa de 20 a 29 anos, pode-se dizer que o tempo das mulheres dentro do presídio contribui com as formas de relacionarem entre si, de criticarem a situação do sistema prisional e de montarem redes de solidariedade para resistirem a um grande tempo na prisão.

4.3.4.3 Classe 3 – Convivência social e os momentos antagônicos dentro do presídio.

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de uce igual a 45, correspondente a 42% do total. A classe 3, que aponta elementos relacionados à convivência social entre elas e os momentos antagônicos, aponta elementos de diversão, solidariedade, violência, regras de convivência, denúncias e pedido de revisão de pena.

As variáveis atributo que mais contribuíram com a Classe 3 foram: “motivopena_3”, “m_13” e “corpele_3”. As palavras “deu” e “vou” representam as diversas ações existentes dentro do presídio, atividades praticadas por elas que variam entre apoio mútuo e conflitos. A palavra “sair” e “ano” estão relacionadas ao modo de organizar a vida enquanto ganham a liberdade. A “mãe” surge como um sujeito importante na vida atual e na vida futura.

Para ilustrar a Classe 3 a seguir encontram-se listadas algumas uce's representativas do modo de se relacionarem e de se organizarem dentro do presídio:

Uce n° 84, $\chi^2 = 15$

discriminacao. (boa), bastantes educada. Escuta musica, (conversa) com (as) amigas, brinca, (as) (vezes) a (gente) brinca tambem. (Mulher 14).

Essa uce relata que dentro das celas ocorre concomitantemente discriminação e tratamento cortês, diversão e conversas amigáveis, assim como indica diversidade de acontecimentos e antagonismos dentro das celas.

A uce a seguir também traz exemplos do cotidiano e demonstra, além do estabelecimento de boa convivência, a liderança de uma delas e a guarda de objetos:

Uce n° 19, $\chi^2 = 13$

eu perdi tudo o-que eu tinha, o apartamento, caminhonete, o. (A) (nunca) desisto, procurei (ficar) no raio 2, (e) (um) raio (de) (trabalho), (de) (boa), (pode) conviver, mas me (ajudou) (muito). eu sempre tem a lider (do) raio, aquela-que (manda), fazer revista (nao) adianta, (nao) acha, (as) (vezes), a (gente) que guarda (nao) acha, acha que rodou os bagulhos, ai acha. (Mulher 4).

Essa uce indica que a Mulher 4 foi para um espaço no qual estão as trabalhadoras do presídio e que este é um lugar de bom convívio, há solidariedade e também uma concentração de poder nas mãos de uma presa, tida como líder do raio. Também demonstra que, para driblar a revista que é feita dentro das celas, muitas vezes as apenadas escondem tão bem os objetos que fica difícil até para elas próprias descobrirem onde esconderam. Esta uce demonstra um tipo de organização e convivência social das apenadas dentro de um raio.

A organização associa-se também à divisão de objetos a doação de algum material:

Uce nº 12, $\chi^2 = 10$

(as) (vezes), (um) (agente) (fica) com (do), (da) (um) (cigarro), (um) (salgado). eu to raspando o cabo (do) rodo. eu ja fumei (toda) a teia (de) aranha. eu (nao) tenho daonde tirar. to querendo vender meu cabelo pra (comprar) quatro carteiras (de) (cigarro). (Mulher 2).

Essa uce demonstra que há convivência social por parte das agentes prisionais em relação às detentas, As agentes dão alguma coisa para as apenadas porque ficam com dó, como um “salgado”, por exemplo. Outra solução para obter pequenas coisas é utilizar os objetos que estão ao alcance, como o cabo do rodo e as teias de aranha que são utilizados para fumar. A Mulher 2 diz que tem a intenção de vender o cabelo para comprar algumas carteiras de cigarro. Esta uce indica detalhes relacionados à utilização de laços sociais e aproveitamento de objetos para o usufruto de algum prazer.

Além dos conflitos e laços de solidariedade a uce a seguir demonstra a questão das compras trazidas pelas famílias e amigos para as presas:

Uce n° 25, $\chi^2 = 9$

essa discriminacao ocorre entre (as) presas tambem, se (toda) (semana) vem jumbo pra (voce), (te) tratam bem, se (nao) vem (te) tratam com indiferenca. com a (direcao) eu tenho essas reclamacoes (e) a visita que (as) (vezes) a (gente) tem (um) amigo que quer (vir) (e) (nao) (pode), mas (agente) sobrevive. (Mulher 5).

Essa uce indica que algumas presas recebem ajuda econômica da família e outras não. Quem recebe compras semanais tem mais prestígio e quem não recebe é discriminada. Também há uma reclamação referente à proibição de receber visitas de alguns amigos. Essa uce fala das questões materiais ligadas à sobrevivência e às relações sociais dentro do presídio.

Outra forma de se organizarem materialmente é trabalhando na própria penitenciária:

Uce n° 136, $\chi^2 = 8$

agora eu (trabalho) aqui, eu (sou) (cozinheira) (da) creche, (da) dieta, (e) (das) crianças. O mundo (do) crime (nao) tem (outro) caminho, ou (e) prisao ou (e) cemiterio. os (agentes) tem que ser respeitados, (eles) (nao) sao chatos, (eles) (nao) tem culpa (da) (gente) estar aqui. se (voce) for educada com (uma) (pessoa) ela vai ser com (voce), se (nao) for ela (nao) vai tambem. (Mulher 26).

A uce acima demonstra que a apenada trabalha como cozinheira. Ela relaciona o trabalho e a boa educação como base para a convivência pacífica entre as pessoas. Essa uce está relacionada às regras de convívio entre as pessoas que estão dentro do presídio.

Além dos conflitos entre as presas, há uma reclamação da ausência de segurança por parte da instituição:

Uce n° 37, $\chi^2 = 6$

presencio no dia_a_dia (pessoas) que apanham no rosto por-cause-de 5 10 reais. quando (voce) (precisa) (conversar) com alguem (da) (direcao), (ninguem) (te) escuta, (nos) (nao) somos atendidas. tem muita (gente) apanhando, sendo ameaçada (de) morte. ai eu falo que eu to doente para pedir (ajuda). (A) (direcao) (e) responsavel (pela) nossa seguranca aqui dentro, ate os funcionarios desacatam (outros) funcionarios. (Mulher 6).

Essa uce denuncia a falta de atenção quanto às questões de segurança por parte da direção do presídio, a violência cometida entre as presas e a violência cometida entre os funcionários. Esta fala está relacionada à vivência entre administração, funcionários e as apenadas.

Outra indicação sobre os funcionários é que deveriam estar mais atentos em relação às presas. A apenada julga que melhoraria a organização entre elas caso fosse feito um acompanhamento do comportamento com profissionais especializados:

Uce n° 59, $\chi^2 = 5$

E (boa), eu (nao) tenho que reclamar (de) (ninguem) aqui, ja (e) a quarta (direcao) que eu passo, eu (nunca) assinei (uma) sindicancia, (nao) tenho nenhuma advertencia. aqui devia (ter) (um) conselho para avaliar (as) (reeducandas), porque se o juiz (conhecesse) a historia (das) (reeducandas), o juiz solta quem esta preparado, ele avalia o-que esta no papel, ele deveria saber aquelas que

(trabalham), que querem mudar (de) vida. (Mulher 9).

Essa uce demonstra que a apenada acha que quem tem bom comportamento deveria ter a pena revista, afirma que o juiz deveria ser informado de quem está preparada para sair e viver em liberdade. A apenada sugere que aquelas que trabalham e possuem bom comportamento deveriam sair da prisão. Esta uce possui sugestões judiciais e administrativas relacionadas à penitenciária e está ligada ao trabalho e à revisão das penas.

Associadas também a um tipo de organização, a uce a seguir fala que, para manter uma organização interna, as apenadas obedecem a certos padrões de comportamento.

A uce a seguir sugere formas de receber visitas:

Uce nº 47, $\chi^2 = 4$

quando (uma) (pessoa) tem visita, a (gente) entra pra dentro (do) cubiculo, (nao) ponho shortinho. (as) regras que ela criou sao (boas), para evitar o atrito entre a (gente). (Mulher 7).

A uce acima demonstra regras de conduta entre as presas. Quando há visitas, os espaços e a vestimenta são controlados. Essa uce indica regras específicas de conduta dentro das celas para evitar atrito entre as detentas.

Esta Classe chama a atenção em virtude dos momentos antagônicos vividos dentro do presídio, ora há uma compreensão e um acordo entre elas para enfrentar as dificuldades, ora há intransigências e discriminações. Nota-se que as dificuldades materiais são enormes e que há um comércio das mais variadas coisas dentro dos raios,

como é o caso do comércio de cabelos. Também chama a atenção para as questões do trabalho. Conforme o Regimento Interno Padrão dos Estabelecimentos Prisionais do Estado de Mato Grosso, no artigo 142, o trabalho será remunerado de acordo com folha de pagamento previamente aprovada pelo Sistema Prisional, não podendo ser inferior a três quartos do salário mínimo, conforme o artigo 29 da Lei de Execução Penal. Essa uce demonstra que ainda algumas mulheres, quando podem, optam por este benefício.

A partir das variáveis “motivopena_5”, “m_13” e “corpele_3”, pode-se afirmar que o motivo da pena 5, cujo crime é de roubo e furto, contribuiu enormemente para a organização das mulheres dentro das celas. Há um código de conduta entre as apenadas que contempla a regra de ninguém pegar nada de outra pessoa sem a prévia autorização, caso isso ocorra há penalidades impostas pelas próprias detentas, por isso a questão do roubo e do furto é levada em altíssima conta diante da organização delas dentro do presídio. Outras variáveis que contribuíram foram a história da mulher 3, que é dependente química e já teve muita dívida dentro da prisão por usar drogas e não conseguir pagar, sendo assim a lei de não subtrair objetos de outrem é uma prerrogativa importante, inclusive o uso e o não pagamento de droga.

4.3.4.4 Classe 4 – O enquadramento de corpos e mentes: sentimentos e atitudes para a sobrevivência diária.

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de uce igual a 20, correspondente a 19% do total. A classe 4, que aponta um enquadramento de corpos e mentes para a sobrevivência diária, indica sentimento religioso, reflexão sobre o crime cometido, uma tentativa de fuga para não ser morta pelas companheiras e um dobramento diante do sistema carcerário, todos relacionados às formas de sobreviver e

de resguardar a integridade física e/ou psicológica. As variáveis atributo mais importantes foram: “m_10”, “m_24”, “m_7”, “m_25”, “m_27” e “motivopena_4”. As palavras “gente”, “fic” de ficar e “fal” de falar estão relacionadas ao condicionamento de estarem presas e de se relacionarem com as outras pessoas. As palavras “visit” de visitas e “mãe” estão relacionadas aos vínculos externos que as apenadas possuem.

Para ilustrar a Classe 4 a seguir encontram-se listadas algumas UCE's representativas das estratégias de sobrevivência dentro do presídio.

A seguir uma fala indicando condicionamento de pensamento derivado dos tempos de prisão.

Uce n° 62, $\chi^2 = 18$

mas eu nao (posso) insistir (no) (erro), (aqui) eu (parei) para (pensa), coisas boas e ruins, (aqui) (ou) sai com uma profissao, (ou) foi tipo uma clinica de recuperacao, (aqui) eu (parei) de (pensar) e (aprendi) a viver, o pouco com (deus) e muito. (Mulher 10).

A uce acima demonstra a fala da Mulher 10 quando diz não querer insistir no mesmo modo de vida que tinha antes, diz que refletiu sobre o assunto, que deseja sair do presídio com uma profissão e que aprendeu a viver lá dentro com poucos recursos materiais. Segue dizendo que parou de pensar e começou a viver e, nesse momento, recorre a um recurso linguístico quando associa a falta de pensamento ao lidar com os fatos concretos da vida apresentada dentro da cadeia. Indica ainda que, apesar dos poucos recursos materiais disponíveis, acredita que a fé em Deus é de grande valia para viver dentro do presídio. A uce acima está relacionada às reflexões que ela fez enquanto cumpre pena.

O enquadramento em certos padrões também é detectado na uce a seguir:

Uce n° 139, $\chi^2 = 18$

pra (mim) a coisa que (mais) me chateia e (vim) (parar) num (lugar) desse e (ser) muito (discriminada) por (esse) (crime), pra (todo) (mundo) um (crime) desse e barbaro, (hoje) eu ja (penso) diferente.(Mulher 15).

A Mulher 15 diz ter outra visão sobre o crime que cometeu e não gosta de ser discriminada por todo mundo dentro do presídio. Demonstra mudança de pensamento sobre o crime cometido. Essa uce está relacionada ao dobramento da apenada diante das leis institucionalizadas e das leis internas feitas pelas detentas dentro do presídio.

Como enquadramento de comportamento, a fala abaixo sugere que uma apenada conseguiu ser admirada dentro do presídio através da prática da boa ação.

Uce n° 105, $\chi^2 = 8$

quando eu manifestei o meu dom eu ganhei o (presidio) inteiro pra (mim), atraves da palavra, (hoje) (todo) (mundo) quer me dar um abraço e (saber) (se) eu (posso) atender. (Mulher 20).

A Mulher 20 diz que conseguiu um reconhecimento dentro do presídio quando manifestou um dom espiritual. Essa uce está relacionada a um sentimento religioso, ao conforto que a apenada oferece às outras pessoas ao falar da Bíblia e à estratégia de sobrevivência ao ganhar um tratamento melhor por parte das pessoas do presídio inteiro, inclusive de funcionários.

Às vezes, para sobreviver, não basta se enquadrar num tipo de comportamento.

No caso de dívida dentro do presídio há uma grande pressão para o pagamento e a única saída para manter-se viva é a fuga.

Uce n° 44, $\chi^2 = 4$

200 reais, vinha as (pressão), (ou) (paga) (ou) morre na cadeia. eu (sabia) tudo nos mínimos detalhes, quando a pm (passava), eu (peguei) (no) alambrado, subi na passarela e pulei, 8 metros e meio. (Mulher 7).

A Mulher 7 narra que fugiu do presídio porque estava sendo pressionada a pagar uma dívida. Essa uce está relacionada à tentativa de fuga do presídio como forma estratégica de garantir a sobrevivência.

A uce a seguir também trata da integridade física e da saúde de uma das apenadas.

Uce n° 140, $\chi^2 = 4$

(esse) tipo de (crime), quando as pessoas (faz), depois quando a pessoa (se) arrepende, tem que ter uma chance pra uma vida melhor. O que me trouxe pra cadeia, (hoje) eu não faria (mais), essa cadeia me ensinou (muita) coisa, eu (passei) muito (mal), eu desmaiei, eu chorei muito, fui (presa) doente, eu (to) com tuberculose, que eu (peguei) (aqui) dentro. (Mulher 27).

A fala dessa mulher anuncia que, quando uma presa se arrepende do crime que cometeu, tem que ter um tratamento diferenciado e uma chance para ser reintroduzida na sociedade. As condições em que ela vive acarretaram problemas com sua saúde. Essa uce está relacionada à reflexão da presa diante do sistema carcerário e do crime cometido. Faz uma menção entre bom comportamento e a garantia de saúde das

apenadas.

Quanto às variáveis importantes na definição da quarta Classe foram: “m_10”, “m_24”, “m_7”, “m_25”, “m_27”, “motivopena_4”. Em todas as narrativas podem-se observar fatos relacionados à violência dentro das celas. Assim, podemos inferir que as maneiras apresentadas de organização dentro dos presídios por essas mulheres estão intrinsecamente ligadas ao fato de a prisão ser um lugar difícil para se viver, logo o comportamento das apenadas é condicionado a partir do complexo sistema de sobrevivência que elas estruturam para lidar com as dificuldades diárias. Como os crimes cometidos por essas mulheres são variados: roubo e furto, tráfico, estelionato, formação de quadrilha e estupro, pode-se dizer que a violência dentro do presídio alcança todas as mulheres, independentemente do crime que cometeram, tornando a sobrevivência e a manutenção da integridade física um dos aspectos mais importantes nesta Classe.

Esta Classe apontou vários elementos relacionados ao enquadramento disciplinar dentro da prisão e ao ordenamento das mentes, da forma de pensar e agir. Tais ordenamentos passam pela ordem dos sentimentos, das atitudes, da reflexão diária sobre os acontecimentos da vida dentro do presídio e de um tipo específico de organização. Esta última Classe relacionou-se com a Classe 3, no que tange aos códigos de sobrevivência e resistência e à solidariedade existente entre elas. Também houve indicativos de violência, denúncia e tentativa de fuga. Embora haja uma tentativa de docilização dos corpos, como afirma a teoria foucaultiana, há também inúmeros elementos de resistência, pois, quando ocorre um enquadramento comportamental ou uma fala de acordo com os padrões vigentes do Estado ou às leis internas do presídio, há concomitantemente situações que contribuem para visualizar que tais procedimentos são baseados na luta diária para driblar e vencer as dificuldades e as mazelas

encontradas.

CAPÍTULO 5

Discussão dos resultados

No primeiro Bloco, chamado Contexto da Infância e da Adolescência, obtivemos 3 Classes, denominadas: Acontecimentos da infância e o entorno familiar; Fatos na Adolescência; e Maioridade dentro do presídio. No primeiro momento houve a preponderância da família, da sua constituição, das relações e vínculos familiares. Retrataram acontecimentos da infância, a composição familiar, a organização, a dinâmica e os conflitos da família. Trouxe elementos do lugar em que moravam e das lembranças da primeira infância e fatos relacionados ao convívio familiar, como separações, discriminações e violência. Também há indícios de pessoas cuidadoras e, em um único caso, indicação de família amorosa, mas desunida. O fator separação foi causador de sofrimento. Em seguida, aparece a questão da adolescência, com muitas falas relacionadas ao envolvimento com o tráfico de drogas e problemas relacionados com a dependência química. Os crimes furto e roubo, em muitos casos estão associados ao tráfico e à dependência química. Esses três tipos penais estão em consonância com os dados apresentados em 2011 pelo Infopen (conforme anexo 2). Também foram relatados pelas apenadas no contexto da adolescência relacionamentos afetivos conflituosos, nascimento de filhos, problemas econômicos, como desemprego, falta de alimentação e moradia e o cometimento de crimes. Posteriormente é relatada a vida dentro da prisão, a falta de segurança, o abandono, a exclusão e novos acontecimentos relacionados à violência.

Segundo Vygotsky (2004) o sujeito constitui-se a partir das vivências em sociedade. Sendo a família, na maioria das vezes, a primeira instituição que a pessoa é

inserida, é possível ver, neste primeiro Bloco, a composição familiar e quais são os sujeitos constituintes da família quando a entrevistada era criança.

Para definir família nesta tese, adotamos o conceito de Bruschini (1993), que afirma que há uma diversidade no conceito de constituição familiar, mas que, de qualquer modo, família é aquela compreendida entre pessoas que influenciam na dinâmica interna da estrutura familiar. O primeiro Bloco informa, assim, como a família era nuclearmente constituída. Para Bruschini (1993) a família é um fenômeno constituído historicamente e essa construção confere uma mediação do poder, ditando para cada membro o papel que deve exercer e o lugar hierárquico dentro da estrutura. Como a estrutura é mutável e cada membro possui diferentes interesses, os conflitos são gerados no seu interior ocasionando mudança nos papéis atribuídos a cada um dos membros.

Vygotsky (2006) explica que o desenvolvimento é um processo contínuo no qual novas bases vão sendo constituídas de forma a aprimorar a anterior qualitativamente e diretamente proporcional às interações que aquela pessoa vivenciou com o ambiente que a cerca. Destarte, desde o nascimento a criança passa por uma formação mental, já existindo a experiência do eu e do outro e é nesse momento que ocorre a separação dos pais, o modelo de família que tinha foi substituído por outro modelo e, segundo ao autor, o indivíduo, fazendo parte de um desenvolvimento social, está submetido a passar por processos de substituição. No caso apresentado, neste trabalho, houve uma substituição da estrutura familiar.

Para Vygotsky (2006) o desenvolvimento do sujeito dependerá da relação com o outro e se processa a partir do padrão cultural. Inicialmente a mãe e o pai adiantam-se como os outros. Perder o vínculo ou o convívio com o pai ou com a mãe significou para as entrevistadas uma perda e uma dor.

Outro dado apontado é a violência contra essas entrevistadas quando meninas. Segundo Saffioti (2004), a violência contra a mulher está inserida na violência de gênero e, como demonstra esta Classe, as relações são mediadas no espaço privado tendo o macho um poder assegurado. Esses tipos de maus-tratos são amplamente divulgados na literatura, incluindo queimaduras, cortes, surras e outras formas de crueldade contra as crianças. Para Saffioti (2004) a violência pode ser entendida como a ruptura de qualquer natureza que fira a integridade física, psíquica, sexual e moral da pessoa. Isso exemplifica os tipos de violência cometida contra as entrevistadas durante a infância.

Outro aspecto abordado neste primeiro bloco está relacionado a uma rejeição familiar em virtude de gênero, que dá margem a uma interpretação singular: tal discriminação apresenta-se como uma ruptura não apenas familiar, mas de integridade moral, relativa aos sentimentos e aos direitos individuais das pessoas envolvidas na questão. Trata-se de um tipo de violência que sujeita e subordina o outro à condição do subordinador. Aqui a violência está associada à sujeição alheia diante dos estereótipos sociais e, dentro dela, a usurpação dos direitos humanos. Como explica Saffioti (2004), a subalternidade de gênero que permeia as condições de violência no Brasil é evidenciada na família, na sua composição, estrutura e no relacionamento entre as pessoas. Ficaram evidenciadas as relações de poder e de violência nessa composição: o agressor, como figura opressora, negligencia, abandona, impõe sofrimento. Assim, a violência está relacionada à figura masculina, tão presente no imaginário social. É o homem que manda e que determina. As falas das apenas corroboram os estudos sobre o assunto, pois muitas vezes o opressor apareceu na figura do pai e do avô. Nestes casos a violência é relacional, são sujeitos culturais que ocupam posições determinadas, onde há dominador e dominado. Nesta primeira parte a figura da criança é a parte subjugada.

Também é frequente a “naturalização” ou a “justificação” dos atos violentos, como o fato de enterrar uma criança na areia porque “ela era muito danada”. A violência tem uma cultura, tem atores sociais e deve-se entendê-la configurada segundo esses atores e os espaços sociais (WHO, 1997). Assim foi retratada a violência contra a criança no âmbito da família e no espaço doméstico. O adultocentrismo demarca posições de subalternidade do adulto sobre a criança e, em seu bojo, cristaliza a violência. A vulnerabilidade da criança foi tema recorrente nas uce’s e colaborou com a ideia de que crianças que viveram situações de violência na infância deram continuidade a situações de violência na fase adulta. Quando a criança é do sexo feminino, a violência é potencializada. Contra ela ainda incorre a violência de gênero e demonstra o total controle e a reação violenta do homem revestido do poder patriarcal. Nessa relação desigual, o homem é igualmente vítima da configuração social das relações sociais violentas. Torna-os agentes da violência, que continuamente é reproduzida para dar voz à masculinidade. Essa construção social causa a “naturalização” das ações violentas, mesmo sendo incabíveis. (Guareschi, 2004). É por essa construção social que as mulheres passaram, são essas as experiências narradas quando citam a constituição familiar, as relações entre os familiares e o contexto da infância.

Quando aparecem os fatos ocorridos na adolescência, há citações do problema com a dependência das drogas. Não se trata apenas do uso da substância e da dependência química, mas todo o contexto de envolvimento com substâncias e atos ilícitos. Junto com o uso da droga aparecem: a prostituição como forma de pagar pelo consumo da droga; as precárias condições de vida de quem usa a prostituição para pagar pelo consumo da droga; a violência decorrente do não pagamento e de um assalto violento praticado por pessoas que querem roubar quem comercializa a droga; as

comprometedoras repercussões sociais e na família da dependente química; o tratamento dado pelo Estado às pessoas que se envolvem com as drogas, associado à falta de tratamento e a penalização, que é o aprisionamento; e ainda, as péssimas condições dentro da cadeia, a violência cometida por agentes penitenciários e entre as próprias companheiras de cela.

Conforme o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen, 2011) o contato e/ou uso de drogas é um grande problema social. A dependência e/ou o comércio de drogas acarretou inúmeros problemas na vida de muitas mulheres e é uma das maiores causas de cumprimento de pena no estado de Mato Grosso. Neste trabalho foi apontada a relação entre a dependência de drogas e o fato de cumprir pena. A dependência química leva a uma sujeição pessoal. Foram relatados acontecimentos que levaram as mulheres para uma condição de vulnerabilidade por causa do uso e do tráfico de drogas. Relata também a luta da família e a derrota diante do problema. Essas condições desembocaram no cumprimento de pena, ao traficarem para pagar pelo consumo, acabaram sendo presas. Entretanto existem também aquelas que traficam não para pagarem pelo uso da droga, mas pelo fato de necessitarem sustentar a casa e por acharem que o tráfico é um meio de ganhar dinheiro rápido. Dentre as 27 mulheres entrevistadas, 16 foram presas por tráfico de drogas. No Brasil esse tipo penal é de 16.911 mulheres. (InfoPen, 2010).

Ademais, outros aspectos relacionados à violência durante a adolescência foram citados durante as entrevistas, como envolvimento com parceiros violentos, estupros, violência doméstica e familiar, fome, desamparo. Depois, quando entram na prisão a vida não é menos violenta ou menos difícil. Conforme os relatos elas sofrem com as condições precárias, como é o caso do isolamento, classificado como “nojento”; as sanções aplicadas a esmo, algumas vezes sem identificação de quem praticou um ato

passível de punição; o ato de jogar o “spray de pimenta” no rosto das apenadas; a implantação de castigos entre as próprias detentas, relacionados às delações ou ao fato de deixarem uma determinada culpa recair sobre outra companheira. Ou ainda, questões relacionadas à discriminação, em virtude de quem tem relações homoafetivas ou aquelas que são dependentes das drogas. Desse modo, pode-se afirmar que a prisão é um ambiente hostil e extremamente propício aos episódios de violência. Para Habigzang (2005) as instituições que deveriam cuidar e proteger os indivíduos tendem a banalizar e postergar as medidas de proteção das pessoas que estão sobre sua tutela, aumentando assim o ciclo danoso da violência. Tais fatos corroboram a proposta de que as mulheres apenadas passaram por momentos de violência ao longo da vida e tais episódios foram se reproduzindo nas suas histórias. Até dentro do presídio, numa instituição que preconiza a justiça, os atos de violência estão presentes na vida delas.

O primeiro dendrograma mostra as agruras de estar presa: por um lado o suplício da falta de liberdade, o peso da condenação institucional. Por outro, traz a violência criada dentro da situação de vulnerabilidade da pessoa, indicando que, algumas vezes, aqueles que deveriam proteger e cumprir as obrigações estatais acabam aumentando a situação de violência e de injustiça, conforme apontaram as uces 128 e 162.

Cabe ressaltar a característica objetiva e política da violência, aqui apontada como uma violação de direitos pelo Estado, que traz em seu bojo um contexto nacional de instabilidade para assegurar as garantias individuais.

Conforme Delari (2000) a consciência provém através das relações do indivíduo com os objetos e com outras pessoas, ou seja, das condições objetivas da vida social. Se as presas estão vivenciando esses processos de violência é muito provável que a derivação de outras manifestações sociais e relacionais seja dessa mesma ordem. Ao relatarem sobre maioridade dentro do presídio ocorreram algumas considerações sobre o

que é viver dentro da penitenciária: indicam que há violência dentro das celas, as visitas são raras, o seguro é insalubre, há muito tempo para reflexões e a própria vivência dentro do presídio traz outros significados para um mesmo fato, que é o caso da violência. Tal como afirma Vygotsky(1987), desse encontro nasce o sujeito que se manifesta nas suas relações e nas suas práxis sociais.

Sobre viver dentro do presídio, as uce's estão de acordo com a literatura dos sistemas penais (Wacquant, 2001), quando ressalta que o Estado Brasileiro não tem garantido condições adequadas para o cumprimento do regime fechado nas instituições penais e, conforme Soares (2002), esse quadro é agravado quando especifica o cumprimento de pena por mulheres. No dendrograma que aponta a vida dentro do presídio, apareceram elementos que corroboram a insegurança de se viver dentro do presídio e articula-se com os riscos de vida que as apenadas podem sofrer a qualquer momento, em especial quando houver uma revolta. Diante da falta de isonomia de tratamento entre a população carcerária, foram apontadas situações de violência entre as detentas e, em algumas situações, com alguns policiais. Dessas relações há o subproduto da violência: a insegurança, a vulnerabilidade, o agravamento das condições físicas, psíquicas e emocionais das mulheres que cumprem pena ou aguardam julgamento.

No primeiro dendrograma, denominado Contexto Social da Infância e da Adolescência e a Maioridade Dentro do Presídio, foi apontado um histórico da vida das mulheres, desde a primeira infância, acontecimentos relacionados à adolescência e o momento atual, representado pela maioridade penal e o cumprimento de sentença judicial. Enfatizou os momentos de violência, insegurança, abandono, inoperância do poder público quando elas mais precisaram. O Contexto Social da Infância e da

Adolescência foi marcado majoritariamente por momentos difíceis, em espaços e situações que viabilizaram o cumprimento de pena por essas mulheres.

O segundo dendrograma, denominado Repercussões na vida das mulheres, aglutina várias situações. Ele traz as novas perspectivas e estão relacionadas a reconstituir a família, reaver o convívio com os filhos e robustecer os laços religiosos, perspectivas criadas enquanto cumprem a pena. São mulheres com uma média de idade de 34,18 anos. Este perfil é corroborado pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa (2007), que afirma ser a apenas brasileira uma mulher jovem. Destarte foi possível identificar que existem muitos planos para o futuro, especialmente os de ordem privada. Diante dos estímulos sociais que preconizam a família como uma entidade socialmente aceita, as ideias e os pensamentos dessas mulheres muito se assemelham aos contextos familiares da sociedade brasileira, cuja mãe é a maior responsável pela prole e pelo orçamento familiar. Segundo o Anual das Mulheres Brasileiras (2011) a inserção das mulheres no mercado de trabalho é crescente, sem desocupar as funções da vida privada, ocupam cada vez mais funções na vida pública, além de serem elas as que mais possuem grau de escolarização. O trabalho e as atividades externas não diminuem a carga de trabalho doméstico. Nas entrevistas foi possível detectar que as apenas participam dessa ideia de que são responsáveis pelo sustento da prole e da manutenção doméstica.

Também pode ser observado que ocorreram inúmeras manifestações sobre a vontade de mudar de vida, mas realçou-se o embate com a realidade e a premência da falta de esperanças. As expectativas não são boas, conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2012, 60% das pessoas voltam a cometer crimes. 60% dos egressos praticam roubo ou furto e 8% cometem homicídios. Esses dados são associados à falta de emprego e à falta de estrutura para preparar o retorno da pessoa presa para a vida

fora da prisão. A cadeia não é funcional quanto à reinserção da pessoa presa na sociedade, pois não há um programa de acompanhamento nem um trabalho junto à família desses egressos. A desesperança, apontado nas uce's, refere-se justamente às reais dificuldades encontradas no convívio após o cumprimento de sentença.

Também há demonstração de aspectos da vida dentro do presídio e os sentimentos dessas mulheres a partir da experiência de estarem privadas de liberdade. Conforme Breitman (1999), dentro da prisão existe um sistema normativo próprio entre as detentas como forma de estabelecer as relações sociais e ao mesmo tempo implantar uma hierarquia entre elas. Para o convívio entre pessoas tão diferentes em tão pouco espaço, existem regras rígidas e separação das apenas em grupos. Geralmente há crimes que não são tolerados pela maioria grupal, como é o caso do infanticídio e estupro de crianças. Deste modo ficou evidenciado a intolerância a esse tipo de crime, apontado como um dos mais graves e o quanto a detenta era discriminada pelas demais, inscrita nas uce's 82 e 83. Também há indicações de trabalhos realizados para obter pequenos ganhos, reclamações sobre o andamento dos processos e pensamentos voltados para não incorrer novamente no mesmo crime para não ser penalizada novamente. Este cotidiano conflituoso está em consonância com a literatura quando fala do convívio dentro das celas e as sanções aplicadas a quem não permanece dentro das regras. Esses códigos de justiça são internalizados para que haja uma limitação que beneficie a maioria do grupo, havendo uma necessidade também de expressar sentimentos e aderir aos comportamentos socialmente aceitos, por exemplo. Tais comportamentos estão relacionados à necessidade de manter-se viva e aceita no grupo, trata-se de uma socialização para viver na prisão. (Thompson, 1980). No âmbito dessas justiças, regras próprias, dessa configuração do dia-a-dia estão as relações de poder que, conforme Foucault, são constituídas por ações, reações, fluxos, influxos, resistências,

afetividades, solidariedades que operam dentro da prisão. Ficaram evidenciados os códigos de conduta e a transmissão da ideia de um comportamento socialmente pretendido pelas mulheres cumpridoras de pena.

Ademais, apresenta a condição de estar presa, que é uma condição singular, pois a prisão tem seus próprios ritmos, as leis oficiais e as regras do convívio cotidiano. Transitar por essas áreas não é fácil. As pressões psicológicas e o adestramento nos hábitos dão origem aos mecanismos de resistência e luta. Também guarda elementos que servem de expectativas para uma vida futura.

No dendrograma referente a repercussões na vida delas dentro do presídio estão exemplificados posicionamentos distintos, seja na ordem da ação, da estratégia de não se deixar vencer em virtude das dificuldades, seja na sujeição como forma de sobrevivência. Tais fatos são muito antagônicas quanto à própria característica de estar presa: por um lado o que há de institucional, a normatização do corpo e a punição e, por outro, um meticuloso aspecto individual, insistindo em resistir, em não se deixar dominar. A resistência dessas mulheres está nas metas a serem alcançadas futuramente e na possível insubordinação, prenderam o corpo, mas não dominaram a alma. As repercussões na vida dessas mulheres estão configuradas na luta, na resistência e nos projetos para o futuro. Como propõe Foucault (1977), a universalidade do controle lhe permite desenvolver o seu próprio potencial e fabricar os mecanismos de defesa, seja demonstrando um comportamento considerado ideal, seja demonstrando claramente que não se deixou abater. O propósito é sobreviver à situação atual e livrar-se do cárcere.

São apresentadas também as mudanças de comportamento ocorridas depois do aprisionamento, ao que aprenderam na prisão e à emissão de novos pensamentos dentro do cárcere. A privação da liberdade acarretou uma normatização discursiva e não-discursiva das apenadas (Foucault, 1977). O prolongamento do cárcere tem uma relação

simétrica com as práticas, as atitudes, as palavras e a emissão de valores e de juízos acerca de algum objeto ou algum contexto, já que as presas adquirem um saber prático desconhecido antes do cumprimento da pena. Aprendem que toda ação tem uma reação. As uce's 48 e 62 remetem a um sopesar, a uma alteração do pensamento em virtude do tráfico e da contrapartida pelo suplício de estar presa. Este ponto também remete às reflexões sobre a eficácia da prisão. Tal qual afirma Canazaro (2010), as uce's referentes a repercussões na vida das mulheres estão correlacionadas ao improfícuo sistema carcerário no que tange à reeducação das apenadas, em especial aquelas relacionadas à dependência química. Outras, porém, afirmam que aprenderam algo relacionado à profissionalização. De qualquer modo há vínculos entre as pessoas, os quais são dialéticos e permeados pelas relações entre as pessoas e o meio. Brauntein (2007) demonstra que a prisão foi um instrumento criado para moldar o indivíduo, entretanto há uma correlação de forças entre a institucionalização da pena e as reações individuais e grupais que reestruturam as redes de poder e ressignificam comportamentos e pensamentos dos envolvidos.

Pode-se observar nas uce's 03, 25 e 89 que houve uma configuração em torno da vida atual (medos, inseguranças, desesperanças, forças, resistência, fé, mudança de comportamento e questionamentos sobre a serventia da prisão) e do tempo futuro (sonhos, desejos, incertezas, projetos para a vida). Conforme Cesar (1996), no que tange àquilo que estão vivendo agora, as uce's relacionam-se com códigos de sobrevivência, relacionamentos interpessoais e aprendizados dentro da penitenciária; no que concerne ao futuro estão aspectos especialmente relacionados à família, à vida amorosa, ao trabalho e a uma preocupação em reorganizar a vida de maneira geral quando ganharem a liberdade.

Essas uce's remontam ao desejo de reconstruir a família, juntar os filhos, restabelecer a união com o companheiro e apoiar-se no trabalho, na religião e nos estudos como forma de conseguir seus objetivos. Desse modo ficou demonstrado que há o desejo de uma vida melhor, mas há também indicativos de incertezas, inseguranças em relação ao futuro, há correlação com os efeitos maléficos da dependência química, uma preocupação relacionada ao futuro dos filhos, cujas necessidades vão além das questões materiais. De modo geral há um panorama futuro a partir da realidade em que elas se encontram no momento.

A exemplo da uce 110, relacionada à conduta dentro da prisão, aos códigos de justiça, à contestação das sentenças impostas a diferentes crimes, à falta de atenção no andamento de processos judiciais e à intenção de não cometer os mesmos crimes que acarretaram a prisão traz uma correlação entre o que foi feito, as repercussões desses atos no presente e o que poderá acarretar na vida futura. Existe a preocupação com os estudos e o trabalho fora da prisão, a intenção de compreender como funciona a mente humana, o comportamento social, a demonstração de resistência, indicação de que o aprisionamento não conseguiu acabar com os sonhos e que há disposição para enfrentar as dificuldades quando ocorrer a saída do presídio. Está relacionada com um investimento pessoal, luta e resistência diante das dificuldades apresentadas.

Ainda há uma avaliação entre o crime cometido e a pena a ser paga, como é demonstrada na uce 48, e existem indicativos que aportam o seguinte: que o crime não compensa, que o comportamento foi alterado dentro da prisão, que o aprisionamento não resolve a questão da dependência química e que, para superar as dificuldades cotidianas, há um apego à religiosidade. Essa avaliação incide sobre a serventia social da prisão e sobre as repercussões do aprisionamento na vida de cada uma delas e também traz elementos de correlação entre a vida presente e a vida futura.

Em relação aos sonhos e desejos, houve várias falas sobre o desejo da reconstituição familiar. Este conceito de família como algo importante é demonstrado na literatura como sendo um lugar de reprodução ideológica, de socialização e que no seu interior há transmissão de valores, de costumes e de padrões de comportamento (Bruschini, 1993). A tentativa de se incorporar novamente a esse modelo está associada à convivência social, ao pertencimento a um grupo, como foi citado nas uce's 81 e 135. A referência que elas possuem de convívio social pode ser entendida a partir da análise sociocultural, a partir dos espaços onde se formam as relações sociais e a partir de um comportamento socialmente aceito. Parte-se da questão de que as vivências trazidas por elas no seu meio cultural baseia-se no que a sociedade aceita e acredita como formas estruturantes de boa conduta. Além disso, a família é composta por um grupo de pessoas que possuem laços afetivos e psicológicos (Bruschini, 1993). Ao relatarem que um dos desejos é a recomposição familiar, com filhos, mãe, pai e/ou companheiro há a intenção de direcionar a vida para esse padrão socialmente aceito. No que tange à recomposição familiar, também há o desejo de ter uma casa para morar, embora a casa seja uma unidade material de produção e de consumo, está amiúde relacionada com família, sendo o lugar das vivências e experiências com os familiares, é o lar propriamente constituído. Segundo Toassa (2010) a vivência é sempre a vivência de algo, de um processo que produz um resultado de um ato vivenciado. Sendo assim, as referências sobre a recomposição familiar estão intimamente relacionadas à ideia de vínculo social e às relações primárias, com construções objetivas e subjetivas na socialização desse sujeito.

Em relação ao trabalho que elas querem efetivar quando saírem em liberdade, também nota-se a constituição deste ser social. Na constituição da subjetividade feminina moderna há uma ideia de que a mulher é responsável pela manutenção da

prole, sendo assim, a sua capacidade produtora, a sua condição material está relacionada ao ser “útil”, “respeitada”, ser “capaz de subir na vida”, de “fazer o próprio destino”. (Alves, 2009). Além das atividades domésticas, essa mulher constitui-se pelo trabalho, que representa uma maneira de não voltar para a cadeia e de se reintegrar à sociedade. Constitui uma forma objetiva e subjetiva das relações sociais pretendida por algumas mulheres, e, segundo Saffioti (2004), as construções sociais relacionadas a gênero tem, na sua história, possibilidades de intervenções que se efetivam na dialética entre a objetividade e a subjetividade. Além dos afazeres domésticos, como cuidar da casa e dos filhos, a mulher também absorveu trabalhos relacionados ao espaço público, ampliou-se o leque de cuidadora, como estavam inscritas nas profissões de enfermeira, professora, assistente social, dentre outras e açambarcaram as atividades relacionadas ao comércio, à indústria e a outras inúmeras práticas produtivas. Conforme Saffioti (2001) essa maneira de pensar e agir sobre o mundo do trabalho reflete uma operação dinâmica e complexa do modelo de mulher socialmente constituído, primordialmente no mundo capitalista e burguês. Tais modelos são constituídos, introjetados, vivenciados e reproduzidos no meio social. O trabalho, no primeiro dendrograma, está relacionado aos sonhos e aos desejos de ocuparem um espaço social e de reorganizarem a vida para além do espaço privado.

Quando as uce's relacionam-se ao convívio e ao cotidiano das apenadas dentro das celas, há relatos de mudança de comportamento e de pensamento. Algumas atitudes sofreram alterações para arrefecer as dificuldades encontradas no cotidiano e há elementos de resistência das apenadas diante do aprisionamento. Algumas mudanças consistem em parar de brigar, em tentar manter um bom convívio com as demais companheiras de cela, dos aprendizados profissionais e declarações daquilo que acham justo ou injusto enquanto cumprem penas.

A maioria dentro do presídio associou códigos de conduta, cujas regras são definidas pelas próprias apenadas, ocasionando sanções a quem desobedecer. Para conviver dentro do presídio, há decisões de não enfrentamento a um grupo ou pessoa, resistência individual em relação a algo ou inviabilidade momentânea de uma reivindicação ou até mesmo perceber que o momento não é de uma contra-ofensiva a um desagrado.

Existem também os laços de solidariedade e ajuda mútua entre elas, que pode variar entre uma palavra amiga, a divisão de um objeto, associação em torno de uma religião ou aprender algo novo, seja ligado à profissionalização ou à religião. Essas estratégias de sobrevivência estão relacionadas aos efeitos estressantes do aprisionamento. Uma das principais dificuldades encontradas no cárcere é o convívio entre pessoas diferentes. Assim, essas adequações no modo de viver estão relacionadas à constituição subjetiva de cada sujeito, com as relações de poder que estabelecem entre si e com os diferentes desejos de cada uma delas. A convivência traz novas formas de comportamento desses sujeitos constituídos deferentemente. Segundo Vygotsky (1933/1934), citado por Toassa (2010), a vivência é dividida em dois núcleos básicos de reflexo: o primeiro o meio na sua relação com o sujeito e o modo como ele vive, e o segundo as peculiaridades do desenvolvimento do próprio eu. Dentro do espaço prisional há uma redefinição dos códigos internos que orientam permanentemente a vida das apenadas. Elas não obedecem apenas às leis do Estado, não apenas às regras gerais do presídio, mas também às regras transmitidas e aceitas entre elas, pois trata-se de um poder dentro de outro poder, que pune com rigor, mas que serve também para definir condutas e atuações das presas e das pessoas correlacionadas, como as visitas e a relação com a carceragem, por exemplo. A atitude de não compactuar com um código implica em represálias que podem ser piores que a punição policial. Por outro lado, a

resistência serve também como uma desautorização policial, uma forma grupal de manter um micro poder grupal (Foucault, 1979). Assim o comportamento, a obediência ou desobediência, os pensamentos quanto à vida futura, os questionamentos sobre a validade ou não da prisão, os aprendizados e todos os efeitos que o aprisionamento provoca, compõem o que Vygotsky (2004) chamou de subjetivação do sujeito. Na prisão há uma força que colabora para homogeneizar as subjetividades e outras forças que vão contra essa demanda. A mulher presa não é apenas passiva dentro do processo prisional, sujeita a inúmeras normatizações, ela tem também singularidades, sonhos e desejos individuais que ressignificam as repercussões na vida de cada uma delas.

Há de ser lembrado que uma parte considerável da vida delas foi permeada pela violência, que continua existindo dentro da penitenciária e algumas delas relataram que sabem o quanto será difícil a vida fora da prisão, com o estigma social de quem já foi preso. Quando a uce 03 demonstra a crítica que a apenada diz saber que sofrerá fora, está justamente apontando a lógica opressora que continua existindo além da prisão. Mas na mesma uce há o indício de resistência a esse dispositivo, quando ela afirma que irá superar as dificuldades. Trata-se, pois, de uma resistência ativa. Mesmo estando ciente de todas as dificuldades que encontrará pela frente, a apenada tem o desejo de construir uma nova vida. Esse trânsito entre as dificuldades vivenciadas e a vontade de superar os problemas tem em seu bojo o sujeito objetivado e subjetivado, quando ela verbaliza a realidade social e histórica em que está inserida associa a sua existência enquanto o “eu” constitui o “outro” e o “outro” é constituidor do “eu” (Vygotsky, 2004). O primeiro dendrograma sinaliza que as condições que elas vivenciaram repercutem no presente e terão desmembramentos futuramente na vida de cada uma. Ele demonstra a vivência das mulheres no contexto do presídio, e como vivência é uma unidade da consciência, viver dentro do presídio possibilitou para cada uma delas a

apreensão de aspectos para compreender e sentir as dificuldades vivenciadas nesse espaço e as repercussões causadas por essas circunstâncias. A relação com o meio tem aspectos internos e externos, ligados ao convívio na carceragem e às experiências trazidas de fora. Isto reflete tanto no relacionamento com as companheiras de cela quanto nas expectativas relacionadas ao futuro. Tais aspectos passam tanto pelo cognitivo, quanto pelo afetivo. A junção dos sonhos e desejos com a realidade posta cria uma consciência emergente da vida, a partir das situações apresentadas e ressignificadas por elas. A história dessas mulheres está intrinsecamente ligada à história do país e vice-versa. As relações estabelecidas por elas, os sonhos e os desejos são ordenados pela subjetividade, que é um produto histórico, uma prática associada à experiência repetida, com padrões hierárquicos de conduta e com aquilo que é socialmente aceito. Esse padrão associa-se ao fato de “ser mãe”, “cuidar dos filhos”, “reunir a família”, “trabalhar”, “estudar”, são normas de conduta fortemente relacionadas ao “eu” e ao “outro”, são vínculos constituidores do ser social e esses desejos e sonhos estão no condicionamento futuro, naquilo que é esperado. Já os aspectos ligados ao enfrentamento das dificuldades estão associados aos instrumentos de atuação, da ação desses sujeitos históricos. Estes fatos estão associados ao entendimento social e trata-se da vida prática e cotidiana, das condições históricas dadas a essas mulheres para que haja uma articulação em sociedade e a criação de formas de resistência e de intervenção quando saírem do presídio.

Em relação ao dendrograma Motivo da pena o resultado está em consonância com o último dado estatístico lançado pelo Departamento Penitenciário Nacional: a maioria das mulheres presas está entre os 20 e 35 anos, declarou ser negra ou parda, possui baixa escolaridade e era a principal responsável pelo sustento da família antes de ir para a prisão. Há no Brasil 29.347 mulheres presas, o que representa 17,53% da

população prisional. Ao todo são 514.582 mil pessoas presas. Estima-se que até o final do ano de 2012, a população carcerária feminina aumente em 0.75% em relação à população carcerária do país. O déficit de vagas para a mulher presa é de 15 mil, contra 193 mil vagas masculinas. No Brasil, elas cumprem pena, primeiramente por roubo, seguido de furto, compondo uma margem de 64,7% desses crimes. No presídio feminino Ana Maria do Couto May, em Cuiabá, os dados extraídos das 27 entrevistadas são compatíveis com a média nacional, sendo a média de idade de 34,18 anos. Entretanto a maior causa da penalidade entre as entrevistadas foi o tráfico de drogas, compreendendo 59,25% do total do motivo das penas.

Assim como aponta Soares (2002), neste dendrograma muitas mulheres envolvem-se em crimes por questões do contexto social em que estão inseridas: questões de ordem material e emocional. Ao serem presas e terem um distanciamento das condições que as levaram à transgressão, há um arrependimento e uma nova maneira de encarar os problemas da vida. Uma das questões mais citadas, como motivo da pena, está ligada à família: precisava sustentar os filhos, vingar a morte do marido, dar guarida para pessoas do círculo íntimo ou repetir crimes cometidos por familiares. O fato de ficarem longe da família é de grande peso para o arrependimento e provocam reflexões sobre os motivos que as levaram para o presídio.

Esta tese conjuga com o pensamento foucaultiano de que a pena tem o significado de castigo e punição, associada ao tormento, à aflição e às dificuldades. Segundo o autor atual ideia de prisão é proporcionar uma pena a alguém de uma maneira socialmente aceita, ou seja, é a moderna forma de colocar todos os indivíduos que desobedeceram a certas leis na sociedade para sofrerem de forma humanista. O enforcamento, a queima na fogueira, as chicotadas, dentre outros castigos, cedem lugar à punição “gentil”, comedida de acordo com cada delito, infração ou transgressão das

leis e da ordem social. O emprego de tal medida e as razões do seu uso foram historicamente constituídos e aceitos.

No dendrograma Motivo da pena é evocado o motivo da pena a ser cumprida pelas mulheres do presídio feminino Ana Maria do Couto May e há as razões pelas quais essas mulheres cumprem tais penas, a duração para cada tipo de crime, as principais características das apenadas e conjunturas subjetivas que as levaram ao ápice da exclusão social. Tal aprisionamento pertence a uma vasta rede composta por questões econômicas, políticas, sociais e culturais.

Como o tráfico de drogas é o crime mais frequente e os motivos que levaram a maioria das mulheres a praticá-lo foram questões relacionadas à sobrevivência, podemos associá-lo ao desemprego, à falta de políticas públicas ou, no mínimo, à exequitude delas, no que tange ao bem-estar social e, especificamente, ao descaso público aos problemas intrínsecos à dependência química no Brasil.

Diante da pena imputada a essas mulheres é possível fazer algumas reflexões acerca da sociedade contemporânea e, em especial, aos dispositivos coercitivos e punitivos para grupos sociais ou indivíduos. Pode-se pensar, através de suas falas, sobre a finalidade latente da exclusão dos desviantes, da criação da norma, da ausência de proteção e da implacável justiça. Uma justiça que cria, recria e robustece as disparidades sociais.

A motivação, as circunstâncias, a identificação dos crimes e o tempo das penalidades estão dispostos de acordo com o entorno social, há um envolvimento com a família, com questões econômicas e de ordem psicológica. Como evidência deste pressuposto a uce 25 traz o cumprimento de pena homicídio, sendo que a apenada conviveu ao longo da vida com assassinatos de pessoas próximas. Na uce 34, que traz latrocínio, a apenada relata em suas histórias de vida inúmeras violências, além de

afirmar que foi roubada e incriminada pelo próprio pai. A uce 100, em que a apenas cumpre sentença por tráfico, traz elementos indicativos de que o pai também foi preso por tráfico de drogas.

Este dendrograma, além do histórico das apenadas, dá também o tônus do entorno social quando cometeram os crimes: a uce 83 aponta para o desemprego e as questões de sobrevivência; a uce 31 aponta o tráfico de drogas e o problema da dependência química; a uce 83 aponta situações de ordem psicológica. Em todos os casos são apontadas as fragilidades da mulher diante das situações apresentadas no contexto em que cometeram os crimes.

A prisão não deve ser a norma, a regra geral, o suplício como educador, controlador social e fim último. Para todos os tipos de violência sofridos pelas apenadas a prisão apareceu como fim último, como a solução para todos os problemas sociais. Torna-se necessário desnaturalizar a prisão, ouvir o que estas mulheres têm a dizer e considerar que o próprio Estado julgador/punidor esteve ausente quando elas precisaram dele. O crescente aumento de encarceramentos e o alto índice de reincidência são indicadores de que o aprisionamento de pessoas não resolve os problemas sociais. Em concordância com Brauntein (2009) torna-se necessário pensar na importância do arrefecimento deste fato, da vulnerabilidade social, do encarceramento e da reincidência penal. As transgressões cometidas pelas mulheres presas no presídio feminino Ana Maria do Couto May são reflexos das suas histórias de vida. As vozes dessas mulheres em relação aos motivos do encarceramento dão indícios do que é necessário mudar para arrefecer ou prevenir os setores mais vulneráveis da sociedade.

No dendrograma denominado Organização Social Dentro do Presídio, foram apresentadas as vivências enquanto experiência intrínseca da vida delas dentro da

prisão, reivindicações de alguns direitos com críticas ao sistema, traços de resistência como a solidariedade e de enfrentamento, quando relacionado aos momentos críticos. Como formas de resistência foram apresentadas questões religiosas, na ordem do pensamento e uma tentativa de fuga, na ordem atitudinal.

Em conformidade com os estudos de Caldeira (2000), existem, no Brasil, problemas internos dentro das penitenciárias que são pouco vistos, o que impossibilita o diagnóstico do problema e a criação de medidas para combatê-los. As mulheres apenas tentam se organizar como podem e lançam mão dos recursos disponíveis. Há solidariedade entre elas, porém dentro de um ambiente tão hostil as mazelas são inevitáveis.

Das 27 mulheres entrevistadas foi possível identificar grandes sofrimentos dentro da prisão, como citam as uce's 37 e 115, discriminação entre as apenadas como estão inscritos nas uce's 25 e 84, afetividade e solidariedade, apontadas nas uce's 12, 93 e 106, descumprimento da LEP nas uces 117 e 51 e cumprimento da LEP na uce 87. Desse modo há uma grande oferta de exemplos do cotidiano dentro da prisão.

A partir do dendrograma Organização social dentro do presídio, há informações que vão desde a arquitetura do presídio até reivindicações de seus direitos quando não são respeitados. É citada a questão da falta do venustério e como se sentem pouco à vontade para continuar com a vida sexual dentro da cela, bem como críticas que fazem ao sistema judiciário e penitenciário. Há também um propósito para cada tipo de atitude e de comportamento dentro dessa organização social, que vai da fuga para proteger a própria vida até a resignação do cumprimento da sentença e o apego à religiosidade. Essas atitudes e comportamentos dentro do presídio estão sob a influência do contexto prisional, há uma ressignificação do espaço associado diretamente às vivências, aos conhecimentos e aos afetos e desafetos que são produzidos neste ambiente.

As uce's estão de acordo com os estudos de Soares (2002), no que tange à produção de momentos antagônicos diante das experiências e das vivências dentro das celas: as detentas vão organizando o cotidiano em virtude de acontecimentos díspares. Como todas são vítimas das pressões psicológicas, das incertezas do amanhã, da sensação de vulnerabilidade e que, muitas vezes, são situações reais de abandono, elas acabam por estruturar maneiras de sobrevivência e estratégias para o enfrentamento das dificuldades diárias.

Todos os dendrogramas suscitaram questões relacionadas a gênero. A história das mulheres e suas implicações com a violência foram robustecidas pela sociedade patriarcal e machista. Cabe ressaltar, conforme Saffioti (2004), que esta violência de gênero é praticada diretamente pelo homem ou por quem lhe faz as vezes, sendo também é praticada e perpetrada por mulheres. O importante é discuti-la e evidenciá-la para arrefecer ou destruir os processos de sujeição que são datados e historicamente constituídos. As mulheres que foram vítimas e/ou que produziram violência estão imbricadas na atual formatação dos direitos humanos, o que remete a um esforço de avaliar o alcance das políticas públicas e as proposições para que sejam aperfeiçoadas para melhor atender ao direito dessas pessoas.

Segundo a base inaugural da declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em assembleia geral da ONU, em 1948, que prevê um sistema global de proteção a todos os seres humanos, são incluídos temas e grupos específicos, dentre os quais a igualdade de gênero. Isto significa que os sujeitos passaram a ser titulares de direitos, tanto as mulheres quanto os adolescentes e as crianças. Ao apontar pormenores da vida cotidiana dessas mulheres torna-se possível refletir sobre o momento histórico vivenciado, robustecer as reivindicações cobradas nos planos internacionais, nacionais e na vida privada, de caráter doméstico. Conforme o pensamento de Miller (2002), a

adoção de uma linguagem comum, com direitos e obrigações, permite que se trabalhe com o potencial radical da estrutura tripartite da responsabilidade estatal, ou seja, respeitar, proteger e implementar. A implementação ou a fortificação de políticas públicas só é possível a partir daquilo que se conhece, daí a importância das pesquisas que buscam *in lócus* dados que contribuam para o desfrute dos direitos ou a implementação de novas medidas. Um dos apontamentos mais importantes dessa pesquisa é a imensurável ausência de direitos na história da vida das mulheres apenadas. O fio condutor das suas falas constitui-se de violência em vários momentos da vida, de sentimentos de vazio e a omissão do Estado, que só é presentificado na punição e quando exerce o poder de aumentar a exclusão e o isolamento.

Todas as mulheres entrevistadas declaram ter sofrido violência ao longo da vida, violência física, sexual, patrimonial, psicológica tanto em espaços públicos quanto privados. São mulheres que possuem idades que variam entre 18 e 57 anos. Quanto à cor da pele houve a predominância da branca, seguida de negra e parda, enquanto que a cor de pele amarela apareceu como consequência da falta de sol. Nenhuma das apenadas é analfabeta, o grau de escolaridade variou entre ensino fundamental, que foi predominante, e pós-graduação, que apresentou apenas uma entrevistada. O motivo da pena mais frequente entre elas foi o tráfico de drogas, depois homicídio, latrocínio, formação de quadrilha, furto e roubo, estupro e estelionato. Dentre as sentenciadas o tempo da pena variou entre 3 anos e 4 meses a 66 anos. Nesta amostra foi possível verificar que as mulheres incorrem em todos os tipos de crimes, independentemente da idade, cor da pele ou grau de escolaridade. A única regularidade encontrada foi ter sido vítima de violência em algum momento da vida e o fato de todas serem mães.

De acordo com o postulado desta tese cada mulher em conflito com a lei é um indivíduo único com suas próprias experiências e vivências. No cômputo geral o conflito com a lei está relacionado a uma crise financeira e desemprego, negligência, violência física e psicológica, abuso sexual, dissolução da família e envolvimento e dependência química. O envolvimento com a violência ao longo das suas vidas constituiu esses sujeitos históricos.

São exatamente essas constituições objetivas que formaram as mulheres que hoje cumprem penas e que foram vítimas de violência. A infância e a adolescência dessas mulheres estão associadas à violência e esse fato colaborou para que elas vivenciassem outras histórias de violência durante a vida adulta. Considerando que é a partir de cada sujeito e dos significados que ele dá a cada vivência fato constituidor do seu comportamento e da sua personalidade, essas mulheres são os sujeitos históricos descritos na teoria vigotskiana, pois manifestaram a realidade que viveram e as relações sociais que mantiveram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto pode-se observar que a violência é um fenômeno complexo, tem origem milenar e uma essência de sofrimento, dor ou dano causado a outrem intencionalmente e que poderia ser evitado. Há relatos em diferentes sociedades e desde os primórdios do uso da força e da coerção de uma pessoa sobre outra ou de um grupo sobre outro. Com o estabelecimento do Estado e, em seu bojo, das suas leis, tipificou-se com maiores detalhes aquilo que seria aceito socialmente e aquilo que estaria fora da lei. Conforme o Estado foi se aprimorando, a violação de uma regra tornou-se uma violação contra os representantes da lei e contra os mantenedores da paz social. Desse modo o crime foi evoluindo junto com a sociedade.

Com base nos resultados obtidos, este trabalho descreveu, a partir de uma amostra, a história de vida das mulheres que compõem a população carcerária feminina da Penitenciária Ana Maria do Couto May, localizada em Cuiabá, estado de Mato Grosso. Teve, como objetivo geral, além de trazer reflexões acerca das histórias das mulheres no Brasil, fornecer dados que sirvam de elementos para futuros estudos de intervenções no sistema prisional ou a elaboração de estudos relacionados às políticas públicas que tenham o intuito de arrefecer ou acabar com os elementos que engendram e perpetuam a violência na sociedade brasileira. A combinação da parte teórica com a parte empírica proporciona um vasto material para o redimensionamento de políticas públicas para esses sujeitos de direitos, com suas especificidades e necessidades.

Um dos elementos que deve ser focado de forma mais abrangente é a questão da chamada criminalidade no que tange a não se restringir a números estatísticos, mas pontuar também as principais causas desse índice de criminalidade no país. O lar, por exemplo, na grande maioria das vezes, mostrou-se como um lugar danoso para as

mulheres que hoje estão cumprindo pena. A violência esteve presente também nos lugares e com agentes que representavam a justiça, como foi citado, na violência policial e dentro da própria penitenciária.

A partir das falas das mulheres foi possível constatar que a violência esteve presente em vários momentos de suas vidas e compõe todo o seu processo de subjetivação. As lembranças que elas têm de uma experiência passada emergem a partir do que se considerou, nesta tese, da Psicologia Histórico-Cultural como consciência. A consciência reflete aquilo que está internalizado, por exemplo, os momentos de violência a que foram submetidas ou que cometeram. Os dados indicaram que a violência sofrida ou cometida estão relacionadas às experiências duplicadas e que o desembocar dessa história foi a prisão que, por sua vez, mostrou-se ineficiente para a diminuição da violência, pois representa outros contextos de violência, seja como vítima ou como sujeito da ação. Em todos os casos houve relatos de mulheres que se sentiram subjugadas e vulneráveis em algum momento da vida, fato aumentado pela condição de ser menina/ mulher. O histórico do patriarcado, na submissão do gênero feminino, esteve presente na vida delas e continua sendo registrado e denominado.

Há um dado paradoxal nos dendrogramas: embora as mulheres tenham alegado, muitas vezes, que não possuem perspectiva de vida futura, ao seu modo disseram que sabem de toda a violência estrutural existente na sociedade e que há um nível grande de preocupação em relação ao futuro, ligada à integração grupal e familiar, à falta de emprego, à dependência química, à falta de escolaridade e a discriminações pelo fato de serem ex-presidiárias.

A respeito do tráfico de drogas, que foi o crime com maior índice entre as entrevistadas, é importante ressaltar que os motivadores externos são complementação de renda ou a única forma de sustento em virtude do desemprego. Também operam

companheiros e pessoas próximas à família envolvidos no tráfico de entorpecentes. Especialmente em relação aos companheiros há sempre uma ligação afetiva e elas acabam servindo de cúmplices durante o tráfico. Apenas uma detenta informou o contrário, que o companheiro acabou pagando uma pena para livrá-la do artigo 33. Também, em várias uce's, foi possível detectar que o tráfico de drogas acarretou consequências graves no âmbito familiar. Ademais o tráfico serviu de porta de entrada para outras situações de violência: assaltos, brigas entre traficantes, exploração sexual para pagar pela droga consumida. Além de ser um problema a ser resolvido dentro das políticas públicas, como um conjunto de ações coletivas que visam garantir os direitos sociais, para o caso das apenadas verificou-se que não há efetivamente um acompanhamento psicológico e psiquiátrico para essa dependência. Sobre esta questão, as mulheres que sofrem com a dependência química apresentaram o desejo de livrar-se do problema, mas deixaram claro que necessitam de ajuda. Uma delas inclusive citou que pediu ajuda ao juiz e quando ela foi presa encontrou um ambiente desfavorável para a sua recuperação.

Quanto ao direito à educação e ao trabalho, também é necessário priorizar as atividades educativas, de formação e de capacitação profissional, atendendo às suas necessidades específicas. As atividades educacionais e laborais atingem uma porcentagem muito baixa entre a população carcerária do Presídio Ana Maria do Couto May. Uma das maiores preocupações apresentadas por elas, quando a pergunta era referente às expectativas futuras, foram relacionadas ao próprio sustento e ao desejo de sustento da prole.

No que se refere ao direito à visita íntima, o presídio mostrou-se inapropriado, pois não há local adequado para que as mulheres possam manter uma vida sexual e a preservação da intimidade. Com a falta de venustério robustece-se a falta de visitas

íntimas e isto interfere nas relações afetivas com maridos ou namorados. A carência afetiva e sexual colabora para uma mudança de comportamento sexual, que foi um dos dados mais representativos nas uce's. Desse modo é necessário que o espaço da carceragem contemple também uma arquitetura capaz de proporcionar à mulher presa condições de manter contato com as visitas e, em especial, como foi mostrado no trabalho, com visitas íntimas.

O contato com mundo externo foi um apontamento também importante quanto à comunicação. As apenadas declararam que as cartas demoram meses para transitarem, isto quando tem retorno. O telefone público, no interior da penitenciária, também apresenta problemas: nem sempre está funcionando, não é sempre que tem agente disponível para retirar a presa da cela e acompanhá-la até ele, não é sempre que as detentas possuem cartão telefônico para efetuar as ligações, não é comum que parentes e amigos tenham condições de receber ligações a cobrar. Foi dito, durante as entrevistas, que um dos maiores índices de punições ocorre em virtude do uso de celulares, que, assim como dinheiro, joias e drogas, entram dentro do presídio clandestinamente, contribuindo para outros problemas de saúde da mulher, como a infecção do útero, pois os objetos são introduzidos via vaginal, contaminando o organismo.

Sobre saúde, o quadro também é grave, algumas declararam ter contraído doenças dentro do presídio e outras reclamaram da falta de assistência médica e acompanhamento à saúde. Ocorre amiúde falta de medicamentos e objetos de manuseio e de procedimentos, normalmente ligados à burocracia. Outro problema apontado é o medicamento como moeda de troca entre as detentas. Em alguns casos a detenta pode guardar a medicação para vendê-la dentro dos raios; não é raro alguém procurar medicamentos afirmando sentir determinadas dores, apenas com a intenção de obter uma moeda de troca.

O isolamento foi um tema apontado pelas presas como algo degradante, que tem gerado consequências danosas para a saúde mental das mulheres. Para elas a privação de liberdade e as punições institucionalizadas dentro das penitenciárias não se mostram eficientes para reabilitá-las ao convívio social. As sentenças e os regimes disciplinares diferenciados apenas demonstram a existência do caos e a ineficiência do Estado quanto à questão. Na dimensão subjetiva das histórias de vida dessas mulheres, o aprisionamento representa apenas a punição pelo crime cometido e a convivência com outros tipos de violência característicos da exclusão. As falas das mulheres que cumprem pena muitas vezes estavam relacionadas com o fato de a prisão não ser educativa ou relacionar-se à estrutura social que deveria oferecer mais oportunidades aos setores mais vulneráveis da sociedade. Assim, há uma responsabilidade com essa população no sentido de não impor a punição pela punição.

Constatou-se também que, após o encarceramento, as entrevistadas adotaram outras posturas sobre a vida fora da prisão. Muitas disseram estar arrependidas do crime que cometeram, que querem reaver laços familiares, estudar, ter um emprego ou montar um pequeno negócio, que desejam participar de alguma igreja e apresentaram algum posicionamento sobre a vida sexual e afetiva.

Somado-se a isso, há próprio contexto em que elas estão inseridas, o político, econômico e social. Ficou claro, durante a explanação do trabalho, que elas são capazes de cometer qualquer tipo de crime, não existindo uma dicotomia entre crimes cometidos por homens e crimes cometidos por mulher. Na transgressão das leis existem crimes que variam desde o tráfico de drogas com o intuito de sustentar a família ou manter certo *status* e vai até homicídios cometidos por vingança, para o roubo ou para a sobrevivência.

A coleta de dados e a pesquisa dentro dos presídios brasileiros são necessárias não só para indicar as reais condições de vida dentro das penitenciárias, mas também de entender como esses sujeitos foram construídos socialmente. Esta pesquisa aponta que todas as mulheres passaram por situações violentas e as situações de vulnerabilidade continuam a existir dentro dos presídios, seja porque pertencem a grupos minoritários, como estrangeiras e grupos religiosos, seja porque os crimes que cometeram são considerados hediondos pelas próprias companheiras de cela, ou porque possuem grau de parentesco com policiais e pessoas afins. Torna-se necessário dar voz a essas mulheres com a intenção de promover as Regras Mínimas de Tratamento dos Reclusos, por exemplo, o direito a uma cama ou a um berço para a criança, como foi apontado por uma entrevistada.

Com o avanço do feminismo a mulher consegue açambarcar cada vez mais o espaço público e isto se direciona também para o mundo do crime, o que causa uma grande preocupação social, porque como o aprisionamento não prepara a mulher para ser reinserida na sociedade, ela tem grandes chances de sofrer discriminações, falta de oportunidades para o trabalho, distanciamento familiar e afetivo e, conseqüentemente, oportunidades de transgredir as leis e ter problemas com a justiça novamente.

Assim, programas que tenham o objetivo de melhorar a qualidade de vida das mulheres apenadas, de instrumentalizá-las e de dar assistência social e psicológica dentro dos presídios, bem como iniciativas que objetivem a sua reinserção na família, na sociedade, no mundo do trabalho, nas instituições de ensino e instituições religiosas são de suma importância.

Também há de se pensar no ato punitivo. Algumas transgressões podem ter sentenças de cunho alternativo, não sendo necessariamente a reclusão em presídios.

Além de serem mais saudáveis para as transgressoras, ofertam a possibilidade de trabalhos comunitários o contato com pessoas que estão precisando de alguma ajuda. As penas alternativas podem melhorar a qualidade de vida de todos os envolvidos na questão. A prestação de serviço comunitário tem obtido mais sucesso na reintegração e na não reincidência dos crimes do que os regimes fechados.

Nesta perspectiva, penso que uma das extensões desta tese de doutoramento poderá ser a união do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso a órgãos como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, universidades e com a Secretaria de Estado de Justiça do estado de Mato Grosso. As mulheres entrevistadas apontaram seus desejos e anseios em relação ao futuro e se houver um programa de acompanhamento e incentivo para que elas possam desenvolver suas potencialidades e desenvolver outras habilidades capazes de provocar um acolhimento da família e um mote profissionalizante, haverá chances de atendimento das suas respectivas necessidades. O próprio Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, que oferece cursos de profissionalização e educação para jovens e adultos, poderia assumir parte deste compromisso. É possível aliar os estudos desenvolvidos no programa de Dinter entre a Universidade Federal da Paraíba e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, com os estudos relacionados à educação, ao gênero, à arquitetura, à resiliência, aos valores, à tecnologia, à qualidade de vida e à representação social e que poderiam servir como instrumentos aglutinadores de conhecimento e prática social.

Este estudo, além de demonstrar uma demanda específica das mulheres apenadas do presídio feminino Ana Maria do Couto May, pode ajudar a propor práticas sociais levando em consideração as necessidades das mulheres que sofreram condenações como: a) a própria arquitetura e estrutura do presídio, em especial a creche, o venustério

e o seguro; b) a assistência social e psicológica, em especial a vida sexual, reprodutiva e afetiva; c) o ensino profissionalizante; d) a reinserção na sociedade com melhor qualidade de vida; e) a assistência aos familiares que estejam em condições de vulnerabilidade social; f) os cursos de aperfeiçoamento para profissionais ligados ao sistema penitenciário.

Com o ensejo de ramificações desta tese, desejamos contribuir para estudos e reflexões relacionados às mulheres apenadas, mulheres em contexto de violência e para a psicologia infantil, podendo também contribuir para programas específicos dentro das Políticas Públicas relacionadas às questões de violência de gênero.

Referências

- Agamben, G. (2002). *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG.
- Alberto, M. F. P. e & Cirino, D. C. S. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: Revisão da literatura brasileira em saúde. In: Alberto M. F. P., Lima J. A. & Santos, D. P. (Orgs.), *Infância, adolescência e Juventude: Pesquisa, Intervenção e Políticas Públicas*. João Pessoa, PB: Editora Universitária UFPB.
- Alberto, M. F. P. e Lima, J. A. (2011). Evitando revitimização de crianças e adolescentes em situação de violência sexual. In: Alberto M. F. P., Lima J. A. & Santos, D. P. (Orgs.), *Infância, adolescência e Juventude: Pesquisa, Intervenção e Políticas Públicas*. João Pessoa, PB: Editora Universitária UFPB.
- Alberto, M. F. P., Freire, M. L. & Lima, J. A. (2011). Abuso sexual: Vulnerabilidade e violação de direitos de crianças e adolescentes. In: Alberto M. F. P., Lima J. A. & Santos, D. P. (Orgs.), *Infância, adolescência e Juventude: Pesquisa, Intervenção e Políticas Públicas*. João Pessoa, PB: Editora Universitária UFPB.
- Alberto, M. F. P. Santos, V. M. S., Maciel, M. A. & Lima, J. W. (2011). Os fatores de risco nos processos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Ministério Público. In: Alberto M. F. P., Lima J. A. & Santos, D. P. (Orgs.), *Infância, adolescência e Juventude: Pesquisa, Intervenção e Políticas Públicas*. João Pessoa, PB: Editora Universitária UFPB.

- Alves, Z. M. M. B. (2000). Continuidades e Rupturas no Papel da Mulher Brasileira no Século XX. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(3), 233-239. Recuperado de www.scielo.br/pdf/ptp/v16n3/4810.pdf
- Araújo, M. F, Martins, E. J. S., & Santos, A. L. (2004). *Violência de gênero e violência contra a mulher*. In M. F. Araújo, & Mattioli, O. (Orgs.), *Gênero e violência*. São Paulo, SP: Arte & Ciência.
- Bento, B. (2006). *A reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transsexual*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (2002). *A construção da realidade social* (22ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Biehl, M. L. (2000). *A família ameaçada: Violência doméstica nas Américas*. Rio de Janeiro, RJ: FGV.
- Bozhovich, L. I. (2004). Developmental phases of personality formation in childhood. *Journal of russian and east european psychology*, 42(4), 71-88.
- Brauntein, H. R. (2007). *Mulher encarcerada: Trajetória entre indignação e o sofrimento por atos de humilhação e violência*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo). Recuperado de www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-19042007-163930/publico/DissertacaoHelioRobertoBraunstein.pdf

Brauntein, H. R. (2009). Gênero e prisão: O encarceramento de mulheres no sistema penitenciário brasileiro. In *Congresso Internacional de Pedagogia Social*. Recuperado de http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000092008000100007&script=sci_arttext

Breitman, M. R. (1999). “Criminalidade feminina: Outra versão dos papéis da mulher”. *Sociologias*, (1), 200-222. Recuperado de <http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/6904/4168>

Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (R. Aguiar, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

Caldeira, T. (2000). *Cidade de Muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, SP: Ed. 34.

Camargo, B. V. (2005). ALCESTE: Um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In A. S. P. Moreira, J. C. Jesuino, & B. V. Camargo (Orgs.), *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais. João Pessoa, PB*: Ed. UFPB.

Camargo, C. L. (1998). *Violência familiar contra crianças e adolescentes*. Salvador, BA: Ultragraph.

Canazaro, D., & Argimon, I. I. L. J. (2010). Características, sintomas depressivos e fatores associados em mulheres encarceradas no Estado do Rio Grande do Sul. *Cad.*

Saúde Pública, 26(7), 1323-1333. Recuperado de <http://www.scielosp.org/pdf/csp/v26n7/11.pdf>

Casique, L. C., & Furegato A. R. F. (2006). Violência contra mulheres: Reflexões teóricas. *Rev Latino-am Enfermagem*, 14(6). Recuperado de http://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n6/pt_v14n6a18.pdf

Cesar, M. A. (1996). *Exílio da vida: O cotidiano de mulheres presidiárias*. Brasília, DF: Thesaurus.

Cunha, E. L. (2010). Ressocialização: O desafio da educação no sistema prisional feminino. *Cad. Cedes*, 30(81), 157-178. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v30n81/a03v3081.pdf>

Delari, A., -Jr, (2000). O problema da consciência na teoria histórico-cultural. In *Consciência e Linguagem em Vigotsky: Aproximações ao debate sobre subjetividade*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas.

Diniz, N. M. F., Santos, M. F. S., & Lopes, R. L. M. (2007). Representações sociais da família e violência. *Rev. Latino-am Enfermagem*, 15(6). Recuperado de http://www.scielo.br/pdf/rlae/v15n6/pt_19.pdf

Foucault, M. *Vigiar e punir* (1977). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Graal.

Fundação Perseu Abramo (2010). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*. Recuperado de

<http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf>

Fundo Penitenciário Nacional (2008). Ministério da Justiça do Brasil. *Reorganização e reformulação do sistema prisional feminino*. Departamento Penitenciário Nacional.

Grupo de Trabalho Interministerial. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.

Brasília, DF. Recuperado de

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_final_reorganizacao_prisional_feminino.pdf

Goffman, E. (1974). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, SP: Editora

Perspectiva.

Guareschi, N., Comunello, L. N., Nardini, M., & Hoenisch, J. C. (2004).

Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In M. N.

Strey, Azambuja, M. P. R., & Jaeger, F. P. (Orgs.), *Violência, gênero e políticas*

públicas. Porto Alegre, RS: Editora EDIPUCRS.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2011). Pesquisa Nacional por Amostra

de Domicílios 2011. Recuperado de

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/default.shtm>

Instituto de Defesa do Direito de Defesa. (2007). Pastoral Carcerária. Brasil.

http://search.babylon.com/?q=Instituto+de+Defesa.+Pastoral+Carcer%C3%A1ria&s=web&as=0&rlz=0&babsrc=HP_ss

Kronbauer, A. (2005). Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. *Rev Saúde Pública*, 39(5), 695-701. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n5/26287.pdf>

Lardizabal, Y., & Uribe, M. (1997). *Discurso de lãs penas*. Granada: Editora Comares.

Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

Leontiev, A. N. (1978). *Actividad, conciencia y personalidad*. Buenos Aires: Ediciones Ciências Del Hombre.

Lettiere, A., Nakano, A. M. S., & Rodrigues, D. T. (2008). Violência contra a mulher: A visibilidade do problema para um grupo de profissionais de saúde. *Rev. Esc. Enfermagem*, 42(3), 467-473. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v42n3/v42n3a07.pdf>

- Lima, J. A. (2012). *A repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil entre gerações*. (Tese de Doutorado não publicada). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Lima, P. M. F. (2007). *A mulher e a criminalidade*. Recuperado de <http://pt.shvoong.com/humanities/1629228-mulher-criminalidade/>
- Mauá, F. H. & Baltieure, D. A. (2012). Criminal career-related factors among female robbers in the state of São Paulo, Brazil, and a presumed 'revolving-door' situation. *Rev Bras Psiquiatria*, 34(2), 176-184. Recuperado de: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22729414>
- Miller, A. (2002). As Demandas por direitos sexuais . In: *CLADEM . Direitos sexuais, direitos reprodutivos, direitos humanos* . Lima. Recuperado em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000203&pid=S0100-1574200800010000400015&lng=en
- Minayo, M. C. S. (2007). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. 10 edição. São Paulo, SP: Editora Hucitec.
- Minayo, M. C. S. (2006). A inclusão da violência na agenda da saúde: Trajetória histórica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11, 1259-1267. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a15v11s0.pdf>

- Minayo, M. C. S. (2005). Violência: Um velho-novo desafio para a atenção em saúde. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 29(1), 55-63. Recuperado de <http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd51/desafio.pdf>
- Minayo, M. C. S. , Assis, S. G., & Souza, E. R. (2005). *Avaliação por triangulação de métodos*. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz.
- Minayo, M. C. S. (2003). A violência dramatiza causas. In M. C. S. Minayo, & E. R. Souza (Orgs.). *Violência sob o olhar da saúde: A infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz.
- Ministério da Saúde. (2002). *Violência doméstica contra crianças e adolescentes*. Recife, PE: EDUPE.
- Ministério da Saúde. (2012). *Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes (3ª edição)*. Brasília, DF: Autor.
- Nascimento, E. D. (2012). Mulheres criminosas: Analisando a relação entre a desestruturação familiar e a criminalidade. In *XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recuperado de http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/242.%20mulheres%20criminosas.pdf

Paiva, H. M. V. (2002). *A Casa de Correção de Porto Alegre, 1889-1898*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Perrot, M. (2001). *Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros* (3ª edição). São Paulo, SP: Paz e Terra.

Pedroso, P. (1997). Utopias penitenciárias projetos jurídicos e realidade carcerária. *Revista de História*, 136, 121-137. Recuperado de <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rh/n136/a09n136.pdf>

Rago, M. (1998). Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, 11, 89-98.

Reinert, M. (1990). Alceste, une méthodologie d'analyse dès donéss textuales et une application: Aurélia de G. de Nerval. *Bulletin de méthodologie sociologique*, 26, 24-54.

Rita, R. P. S. (2009). Criança em ambiente penitenciário: Uma análise da experiência brasileira. *VoxJuris*, 2(1), 203-220. Recuperado de http://www.ugf.br/editora/pdf/voxjuris_2/artigo7.pdf

Saffioti, H. (1987). *O poder do macho*. São Paulo, SP: Moderna.

- Saffioti, H. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, (16), 115-136. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>
- Saffioti, H., & Almeida, S. S. (1995). *Violência e gênero: Poder e impotência*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria e Editora Revinter Ltda.
- Saffioti, H. (2004). *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.
- Schraiber, L. B., D'Oliveira, A. F. P. L., França, I., Junior, & Pinho, A. A. (2002). Violência contra a mulher: Estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. *Rev Saúde Pública*, 36(4), 470-477. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v36n4/11766.pdf>
- Schraiber, L. B., D'Oliveira, A. F. P. L., Falcão, M. T. C, & Figueiredo W. S. (2005). *Violência dói e não é direito: A violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos*. São Paulo, SP: Ed. UNESP.
- Scott, J. W. (1986). Gender: A useful category of historical analysis. *The American Historical Review*, 91(5), 1053-1101. Recuperado de <http://www.ihp.sinica.edu.tw/~tangsong/reference/96102601.pdf>

Scott, J. W. (1994). Prefácio a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, (3), 11-27. Recuperado de <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/pagu03.02.pdf>

Scott, J. W. (1995). El gênero: Uma categoria útil para el análisis histórico. In Lamas, M. (Org.), *El gênero: la construcción cultural de la diferença sexual* (pp.265-302). México: PUEG. Recuperado de <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/scott.pdf>

Seixas, A. M. R. (1998). *Sexualidade Feminina: História, cultura, família, personalidade & psicodrama*. São Paulo, SP: Editora Senac.

Secretaria especial de políticas para as mulheres. (2010). *Com todas as mulheres, por todos os seus direitos*. Recuperado de http://www.bibliotecafeminista.org.br/index.php?option=com_remository&Itemid=56&func=startdown&id=142

Secretaria da Administração Penitenciária (2012) – Gabinete do Secretario e Assessoria. Departamento de Reintegração Social. Recuperado de <http://www.reintegracaosocial.sp.gov.br/db/crsckyu/archives/5f47853d92f3028dec3eb00e90c9318e.pdf>

Silva, G. C. (2003). *Uma mulher educada educa cem homens: A revista “A Violeta” e a educação feminina, em Cuiabá*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

- Silva, I. V. (2003). Violência contra mulheres: A experiência de usuárias de um serviço de urgência e emergência de Salvador. *Cad Saúde Pública*, 19, 263-272. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/csp/v19s2/a08v19s2.pdf>
- Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (2011). Recuperado de <http://portal.mj.gov.br/cnpcp/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRIE.htm>
- Soares, B. M. (2005). Enfrentando a violência contra a mulher: Orientações e práticas para profissionais e voluntários (as). Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Recuperado de <http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2007/enfrentando-violencia.pdf>
- Soares, B. M., & Ilgenfritz, L. I. (2002). *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond.
- Souza, S. B. (2005). Criminalidade feminina: Trajetórias e confluências na fala de presas do Talavera Bruce. *Revista Democracia Viva*, (33), 10-16. Recuperado de http://www.observatoriodeseguranca.org/files/dv33_artigo2.pdf
- Sugg, N. K., & Inui, T. (1992). Primary care physicians' response to domestic violence. *JAMA*, 267(23), 3157-3160. Recuperado de <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/1593735>

- Toassa, G., & Souza, M. P. R. (2010). As vivências: Questões de tradução, sentidos e fontes epistemológicas no legado de Vigotsky. *Psicologia USP*, 21(4), 757-779. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v21n4/v21n4a07.pdf>
- Toassa, G. (2009). *Emoções e vivências em Vigotsky. Investigação para uma pesquisa histórico-cultural*. (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo). Recuperado de http://www.vigotski.net/ditebras/toassa_2.pdf
- Thompson, A. (1980). *A questão penitenciária*. Rio de Janeiro, RJ: Forense.
- Viafore. (2005). D. A gravidez no cárcere brasileiro: Uma análise da Penitenciária Feminina Madre Pelletier. *Revista Direito & Justiça*, 31(2), 91-108. Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/viewFile/571/401>
- Vygotsky, L. S. (2009). *A construção do pensamento e da linguagem*. (P. Bezerra, trad.). (2ª ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (2006). La crisis de los siete años. In L. S. Vigotski, *Obras Escogidas. Tomo I* (pp.377-386). Madrid: Visor.
- Vygotsky, L. S. (2004). A consciência como problema da psicologia do comportamento. In L. S. Vigotski, *Teoria e método em psicologia* (3ª ed.), (pp. 55-85). São Paulo, SP: Martins Fontes.

Vygotsky, L. S. (1991). *A formação social da mente*. São Paulo, SP: Martins Fontes.

Wacquant, L. (2001). *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.

World Health Organization (1997). *Violence against women: A priority health issue*.
Geneva.

APÊNDICES:**1 - Roteiro de entrevista:****Dados biossociodemográficos:**

Nome:

Idade:

Cor da pele:

Profissão:

Grau de escolaridade:

É ou já foi casada? Tem ou já teve relacionamento afetivo com alguém?

Teve filhos? Se sim, quantos?

Religião:

Motivo da pena:

Duração da pena:

História de vida:

1 – Fale-me sobre sua infância.

2 - Fale-me sobre situações de violência que você sofreu durante a infância.

3 - Fale-me sobre a sua adolescência:

.4 - Fale-me sobre situações de violência que você viveu na adolescência.

5 - Fale-me sobre o que você fez para cumprir essa pena.

6 - Conte-me como tem sido sua vida desde o momento que chegou aqui na prisão.

- 7 - Quando você chegou aqui, o que sentiu? Como foi recebida?
- 8 - Quais as dificuldades que você encontra aqui?
- 9 - Como você se relaciona com as demais pessoas? Companheiras, direção, agentes, família?
- 10 - Como você e as suas companheiras fazem para enfrentar as dificuldades?
- 11 - Já sofreu alguma violência na prisão? De que tipo? Por parte de quem?
- 12 - Para você, para que serviu essa pena e o tempo de prisão?
- 13 - Aprendeu alguma coisa aqui, na prisão?
- 14 - O que deseja fazer quando sair daqui?
- 15 - Tem algum sonho para o futuro?
- 16 - Há algo que não perguntei e que gostaria que perguntasse?

2 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – InfoPen

DADOS SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO			
12/2011		Total de presos: 514.582	Fonte: Infopen/MJ
	Masculino	Feminino	Total
Custódia	38.617	4.711	43.328
Sistema Penit	441.907	29.347	471.254
Capacidade/Vagas	286.266	20.231	306.497
I- Faixa Etária			
18 a 24	127.005	7.371	134.376
25 a 29	111.184	6.552	117.706
30 a 34	79.859	5.128	84.987
35 a 45	70.686	5.945	76.631
46 a 60	26.210	2.580	28.790
Mais de 60	4.551	305	4.856
II- Cor de Pele/Etnia			
Branca	156.120	10.490	166.610
Negra	71.386	4.534	75.920
Parda	185.760	12.573	198.333
Amarela	2.051	129	2.180
Indígena	708	63	771
Outras	10.261	548	10.809
III- Escolaridade			
Analfabeto	24.973	1.461	26.434
Alfabetizado	55.853	2.564	58.417

Ensino Fundamental Incom	203.620	13.250	216.870
Ensino Fundamental Comp	55.257	3.844	59.101
Ensino Médio Incomp	49.309	3.598	52.907
Ensino Médio Comp	33.091	3.262	36.353
Ensino Superior Comp	1.680	230	1.910
IV-Tipo penal			
Furto	67.173	2051	69.224
Roubo	144.329	3036	147.365
Entorpecentes	108.833	16.911	125.744
Adm. Pública	1.075	69	1.144
V- Atividade de Trabalho			
Trabalho Interno	80.041	9.084	89.125
Trabalho Externo	18.958	1.323	20.279
VI- Atividade Educacional			
Alfab-superior	43.906	4.144	48.050

3– Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), da pesquisa, cujo título provisório é “Meninas violentadas, mulheres apenadas”, do Programa Dinter entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso e a Universidade Federal da Paraíba.

Após ser esclarecida sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma delas é sua e a outra da pesquisadora responsável. Em caso de recusa você não terá nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição que receba assistência. O objetivo desse estudo é coletar histórias de vida de mulheres que hoje cumprem pena no Estado de Mato Grosso. Sua participação, nessa pesquisa, consistirá em responder as perguntas feitas pela pesquisadora. Os riscos relacionados com sua participação na pesquisa estão relacionados ao desconforto que você possa sentir ao relembrar fatos ocorridos na sua vida. Os benefícios para você, enquanto participante da pesquisa, estão relacionados ao conforto que você possa sentir ao contar a sua história de vida. Os dados referentes à sua pessoa serão confidenciais e é garantido o sigilo de sua participação durante toda a pesquisa, inclusive na divulgação da mesma. Os dados não serão divulgados de forme que possibilite a sua identificação. A sua identidade será protegida, pois utilizaremos outro nome para a divulgação do trabalho. Você receberá uma cópia desse termo, onde tem nome, telefone e endereço da pesquisadora responsável, caso necessite localizá-la. O nome da pesquisadora é Gisleine Crepaldi Silva, professora do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, rua Zulmira Canavarros, Centro, Cuiabá-MT, cujo telefone institucional é (65) 3314 3500, o telefone particular é (65) 8406 3074.

Considerando os dados acima CONFIRMO estar informada por escrito e verbalmente dos objetivos desta pesquisa e, em caso de divulgação escrita, virtual, por foto e/ou vídeo AUTORIZO a publicação.

Eu.....data de
nascimento:.....Sexo:.....Naturalidade:.....portadora do
documento RG:.....declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da
minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Assinatura do participante

.....

Assinatura da pesquisadora responsável

4 – Protocolo do Comitê de Ética em Pesquisa do Estado de Mato Grosso



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE MATO GROSSO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO
SERES HUMANOS

Protocolo nº 615-2011-CEP-SESMT

Data do Recebimento: 23-02-12

Parecer: 18-06-12

Ofício 030/12/CEP/SES-MT

Cuiabá/MT, 18 de junho de 2012.

Ao (a) Senhor (a)

Gisleine Crepaldi Silva

Pesquisador (a) Responsável

Assunto: Parecer do projeto de pesquisa

Prezado (a) Senhor (a),

O Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso analisou o protocolo de pesquisa intitulado: "**Meninas Violentadas Mulheres Apenadas**", sendo o mesmo enquadrado na categoria "**Aprovado**".

Conforme Resolução do CNS nº 196/96 item IX.2.c, cabe ao pesquisador apresentar relatórios da pesquisa ao Comitê de Ética a partir da data de sua aprovação, ficando assim definidos: relatório parcial 18-09-2012, e final até 18-12-2012, cumprindo assim as prerrogativas da resolução em pauta.

Atenciosamente,


Valdete Marques A. Antiquiera
Coordenadora do
CEP/SES/MT